

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO  
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

**DIEGO PEREIRA DA MAIA**

**Memoriais organizacionais como mídia: os heróis da  
Praça da Matriz de Porto Alegre**

Porto Alegre (RS)  
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO  
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

DIEGO PEREIRA DA MAIA

**Memoriais organizacionais como mídia: os heróis da  
Praça da Matriz de Porto Alegre**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGCOM/UFRGS, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Karla Maria Müller

Porto Alegre (RS)  
2017

CIP – Catalogação na Publicação

MAIA, Diego Pereira da  
Memoriais organizacionais como mídia: os heróis da Praça da Matriz de  
Porto Alegre. / Diego Pereira da Maia. 2017.  
137 f.

Orientadora: Karla Maria Müller.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de  
Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e  
Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. memoriais organizacionais. 2. comunicação organizacional. 3. Heróis  
organizacionais. 4. Praça da Matriz. 5. Porto Alegre

DIEGO PEREIRA DA MAIA

**Memoriais organizacionais como mídia: os heróis da  
Praça da Matriz de Porto Alegre**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGCOM/UFRGS, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Karla Maria Müller

BANCA EXAMINADORA:

---

Profa. Dra. Karla Maria Müller – UFRGS (Presidente/Orientadora)

---

Profa. Dra. Jeniffer Cuty – UFRGS

---

Prof. Dr. Valdir José Morigi – UFRGS

---

Prof. Dr. Rudimar Baldissera – UFRGS

---

Prof. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi – UFRGS (Suplente)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Darcy e Kátia, que mesmo não sabendo direito o que eu estudava no mestrado, sempre me apoiavam e manifestavam felicidade e orgulho com muito brilho no olhar.

À minha irmã e melhor amiga, Laura, não há palavras suficientes para descrever o quanto o seu apoio foi e sempre será o que me impulsiona a ser uma pessoa melhor. Foi desde pequeno minha grande inspiração. Lembro que eu ficava louco para começar a ir ao colégio e aprender a ler e escrever, pois minha irmã estava decifrando as letras e as palavras. Te amo muito minha super-chambinho (super-heróis que inventamos quando criança, mas que fará parte de nós para sempre).

À Karla Müller, minha orientadora, professora que foi minha grande inspiração na graduação, no curso de Relações Públicas, da qual tive o prazer ser orientado no TCC e agora no mestrado. Obrigado Karla, pela dedicação, apoio e por acreditar em mim.

Aos professores Rudimar e Lizete pelas ricas contribuições na banca de qualificação e à professora Jeniffer Cuty pela disposição e carinho com que me tratou diante dúvidas da área da museologia.

Aos colegas e amigos do PPGCOM: Camila, Tabita, Jandré e Thaís; e do Theatro São Pedro: Guilherme, Gisele e Thaís Brito. Obrigado de coração.

Aos amigos João, Bruno e Sandro, irmãos que a vida me presenteou. Foram muitos finais de semana não podendo dizer sim pra baladinha ou para um chimarrão, mas entendiam. Obrigado amigos!

Ao Eliandro por estar ao meu lado e contribuir para que 2016 não seja marcado apenas com os fatos de sofrimento do nosso país, mas também um ano de muita alegria e amor.

*Essa lembrança que nos vem às vezes...  
folha súbita  
que tomba  
abrindo na memória a flor silenciosa  
de mil e uma pétalas concêntricas...  
Essa lembrança...mas de onde? de quem?  
Essa lembrança talvez nem seja nossa,  
mas de alguém que, pensando em nós, só possa  
mandar um eco do seu pensamento  
nessa mensagem pelos céus perdida...  
Ai! Tão perdida  
que nem se possa saber mais de quem!*

Mario Quintana

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo geral compreender como os memoriais da Praça da Matriz constroem sua importância institucional para o Estado por meio de seus heróis organizacionais. Como objetivos específicos buscaram-se evidenciar as diferenças teóricas entre memória e história e seu uso na comunicação organizacional; verificar a influência do Positivismo no Estado do Rio Grande do Sul e as implicações em organizações na Praça da Matriz de Porto Alegre; analisar exposições de memoriais de organizações públicas localizados ao redor da Praça da Matriz de Porto Alegre. Para tanto, adotou-se como apoio teórico a literatura de várias áreas do conhecimento - como Sociologia, História, Ciências da Informação e Comunicação -, estabelecendo uma colagem de ideias e conceitos extraídos de seus contextos originais, como uma espécie de reconstrução do pensamento. Os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da análise foram a visita e descrição dos memoriais e análise documental referente aos objetos expostos sobre os heróis organizacionais, preenchendo o quadro da Jornada do Herói, com as respectivas etapas e reflexão sobre suas criações no ambiente organizacional e na comparação entre eles. O estudo destaca a importância dos profissionais de comunicação pensarem mais sobre a construção dos mitos nos discursos da história institucional, refletindo desde sua escolha pelos historiadores até sua influência social e cultural para a organização.

**Palavras-chave:** Memoriais Organizacionais. Comunicação Organizacional. Heróis Organizacionais. Praça da Matriz. Porto Alegre

## **ABSTRACT**

This study has as a main objective to understand how the memorials of Matriz Square, in Porto Alegre, build their institutional relevance for the State by means of their organizational heroes. As per a specific objective, the intention was to highlight the theoretical differences between memory and history and their use in organizational communication; to verify the influence of Positivism in Rio Grande do Sul State and the implications in organizations at Matriz Square; to analyze exhibitions of memorials of public organizations located in the surroundings of Matriz Square. In order to do so, the theoretical support that was needed was the literature of various fields on the knowledge, such as Sociology, History, Information Science and Communication, establishing a collage of ideas and concepts taken from their original contexts, as a kind of a thought reconstruction. The methodological procedures that were used for the development of the analysis were the visitation and description of the memorials and documental analysis regarding the exhibited objects about the organizational heroes, filling out the chart of the Hero Journey, with their respective stages and reflections on their creations in the organizational environment and comparisons between them. This study highlights the relevance of professionals of communication to think more about the construction of the myths in the speeches of institutional history, reflecting from the choosing of their historians up to their cultural and social influence on the organization.

**Keywords:** Organizational memorials. Organizational communication. Organizational heroes. Matriz Square. Porto Alegre.



## LISTA DE FOTOS E FIGURAS

Foto 1: Vista aérea dos locais de cada memorial na Praça da Matriz .....	15
Foto 2 – Monumento Júlio de Castilhos .....	48
Foto 3 – Palácio do Memorial do Ministério Público .....	75
Figura 1 – Logomarca do Memorial do Ministério Público do RS .....	76
Foto 4 – Prédio do Ministério Público do RS .....	76
Figura 2 – Imagens antigas do Palácio provisório .....	77
Foto 5 – Painel com a linha do tempo do Ministério Público .....	78
Foto 6 – Maquete do prédio do MP do RS .....	79
Foto 7 – Totem na entrada do Memorial do MP .....	79
Foto 8 – Sala 1 .....	80
Foto 9 – Estante-vitrine .....	81
Foto 10 – Sala Sophia Galanternick .....	81
Foto 11 – Expositor de Sophia Galanternick .....	82
Foto 12 – Expositor-vitrine de Sophia Galanternick .....	83
Foto 13 – Entrada principal para o Memorial Theatro São Pedro .....	89
Foto 14 – I Ato do MTSP .....	91
Foto 15 – II Ato do MTSP .....	92
Foto 16 – Eva conferindo o trabalho da pintura do teto do TSP .....	92
Foto 17 – III Ato do MTSP .....	94
Foto 18 – Abraço ao teatro .....	94
Foto 19 – Parede com autógrafos .....	95
Foto 20 – IV Ato do MTSP .....	95

Foto 21 – Casarão rosado .....	99
Foto 22 – Fachada do Memorial do Legislativo do RS .....	102
Foto 23 – Hall de entrada do Memorial do Legislativo do RS .....	103
Foto 24 – Primeira parte, destaque para a figura de Getúlio Vargas .....	104
Foto 25 – Jornal A Federação .....	106
Foto 26 – Vitrine 1 .....	107
Foto 27 – Vitrine 2 .....	108
Foto 28 – Máquina de contabilidade .....	108
Foto 29 – Vitrine 3 .....	109
Foto 30 – Última parte da sala principal .....	109
Foto 31 – Antigo plenário .....	110
Foto 32 – Busto Presidente Vargas .....	111
Foto 33 – Memorial do Judiciário .....	115
Foto 34 – expositor permanente do Tribunal de Justiça do RS .....	115
Foto 35 – Maquete do atual prédio do Tribunal de Justiça do RS .....	116
Foto 36 – Painel “A Casa da Duque” .....	117
Foto 37 – Painel “A Casa da Câmara” .....	117
Foto 38 – Painel “O Concurso” .....	118
Foto 39 – Palácio da Justiça .....	119
Foto 40 – Painel “A Construção do Palácio” .....	120
Foto 41 – Painel “A Restauração” .....	121

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Jornada do herói .....	72 e 73
Quadro 2: Jornada de Sophia Galanternick.....	86 e 87
Quadro 3: Jornada de Eva Sopher .....	97 e 98
Quadro 4: Jornada de Getúlio Vargas .....	112 e 113
Quadro 5: Jornada dos arquitetos .....	122 e 123

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>HISTÓRIA E MEMÓRIA</b> .....	18
2.1	INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO .....	22
2.2	DOCUMENTOS E MONUMENTOS .....	25
<b>3</b>	<b>HISTÓRIA E MEMÓRIA ORGANIZACIONAL</b> .....	29
3.1	MEMORIAL .....	32
3.2	MEMORIAL ENQUANTO MÍDIA .....	35
3.3	A DISPUTA DE PODER ENTRE OS OBJETOS NOS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS .....	41
<b>4</b>	<b>A PRAÇA COMO LUGAR DE MEMÓRIA</b> .....	43
4.1	PRAÇA DA MATRIZ: A PRAÇA DOS PODERES .....	46
4.2	A MEMÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL: UM ESTADO POSITIVISTA ..	51
4.3	O POSITIVISMO COMO INCENTIVADOR DA MEMÓRIA .....	55
<b>5</b>	<b>OS HERÓIS</b> .....	58
5.1	A JORNADA DO HERÓI .....	62
5.2	MITOS E HERÓIS ORGANIZACIONAIS .....	64
<b>6</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	67
6.1	CATEGORIAS DE ANÁLISE .....	71
<b>7</b>	<b>MEMORIAIS DA PRAÇA DA MATRIZ: DESCRIÇÃO E ANÁLISE</b> ....	74
7.1	DESCRIÇÃO DO MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	74
7.1.1	A heroína Sophia Galanternick .....	85
7.2	DESCRIÇÃO DO MEMORIAL THEATRO SÃO PEDRO .....	88
7.2.1	A heroína Eva Sopher .....	96
7.3	DESCRIÇÃO DO MEMORIAL DO LEGISLATIVO DO RS .....	99
7.3.1	O herói Getúlio Vargas .....	111
7.4	DESCRIÇÃO DO MEMORIAL DO JUDICIÁRIO .....	114
7.4.1	Os heróis Carlos Fayet e Luís Fernando Corona .....	122
7.5	ANÁLISE DOS HERÓIS DA PRAÇA DA MATRIZ .....	124
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES</b> .....	127
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	130
	<b>APÊNDICE 1</b> .....	137

## 1 INTRODUÇÃO

A memória organizacional é um processo inserido no pensamento e nas operações da comunicação organizacional, nas quais uma empresa tem que conservar e recuperar informações de sua história. A organização, por sua vez, é um produto cotidiano de suas memórias e tradições.

A cultura de uma organização passa por sua história e: “recuperar o momento de criação de uma organização e sua inserção no contexto político e econômico da época propicia o pano de fundo necessário para a compreensão da natureza da organização, suas metas e seus objetivos”. (FLEURY & FICHER, 1996, p. 23)

Um fenômeno organizacional tem surgido cada vez mais e merece atenção dos profissionais da Comunicação. Trata-se dos memoriais, espaços destinados a divulgar a história das organizações e, como qualquer mídia, são exposições criadas por meio de critérios impostos pela coordenação de cada curadoria. Na grande maioria, são criados a partir de uma data comemorativa e acabam tornando-se permanentes, sendo uma importante vitrine para divulgar as conquistas em determinada área e sua importância sociocultural para a comunidade local. Em um memorial, geralmente, é exposta uma linha do tempo da organização, desde sua origem, missão, valores e é notória a presença da figura do grande herói – ou heroína -, um personagem responsável pelas conquistas e motivo de orgulho e inspiração para os funcionários.

Santos (2015) ressalta que as organizações são parte constituinte da história de uma nação, elas integram e participam de sua formação. Contudo, através da produção de narrativas histórico-organizacionais, as empresas, muitas vezes, se apropriam da história em um processo de reinterpretação ou ressignificação, mostrando-se ainda mais ligada com a história da comunidade, reiterando sua importância social.

A autora faz a importante observação de que existem ainda poucos estudos sobre a memória organizacional no Brasil, como podemos observar no estado da arte (Apêndice 1), e que muitas vezes autores da Comunicação confundem conceitos que são de extrema importância dissociá-los, como história e memória. Para que possamos entender o processo de mídia desses espaços, é necessário deixar claro que são narradas

memórias, e não a história, nesses locais específicos. São recortes, fatos divulgados intencionalmente após um filtro da curadoria dos profissionais envolvidos na construção dessa linha do tempo. A história é um conceito mais complexo, impossível e pretencioso dizer que o discurso presentes é a história da organização.

Esses equívocos em usar história e memória como sinônimos não ocorrem apenas no campo científico e literário, ocorrem também nos textos institucionais e nos memoriais da grande maioria das organizações. A ideia errônea que muitos desses locais transmitem é de que ao entrar nesses espaços – que são veículos de comunicação dirigida<sup>1</sup> - o público visitante conhecerá a história da organização, o que na verdade se tratam apenas de algumas memórias, alguns fatos selecionados intencionalmente em detrimento de outros.

O interesse em estudar o memorial como instrumento de comunicação dirigida surgiu ao desenvolver o trabalho de conclusão de curso da graduação de Relações Públicas, em 2012, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com orientação da Prof. Dra. Karla Maria Müller. Com o título “O registro da imprensa na construção da história organizacional: Memorial Theatro São Pedro”, o trabalho teve como objetivo geral analisar como os recortes de jornais, expostos no Memorial Theatro São Pedro, ajudam a contar a história da organização, por meio da seleção de clipagens antigas ao longo dos anos. A partir de então, percebe-se que a Praça da Matriz de Porto Alegre, onde está localizado o teatro, é cercada por diversas outras instituições representativas de poderes, como religioso, político e cultural, com acervos museológicos e memoriais abertos para visitação pública. Além disso, existem poucos estudos na área da Comunicação sobre esses espaços.

Esse assunto permite amplas discussões que envolvem a linha de pesquisa “Mediações e representações culturais e políticas”, do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Um dos cursos de graduação da faculdade é o curso de Museologia, criado em 2008. Além do trabalho de unir um estudo de

---

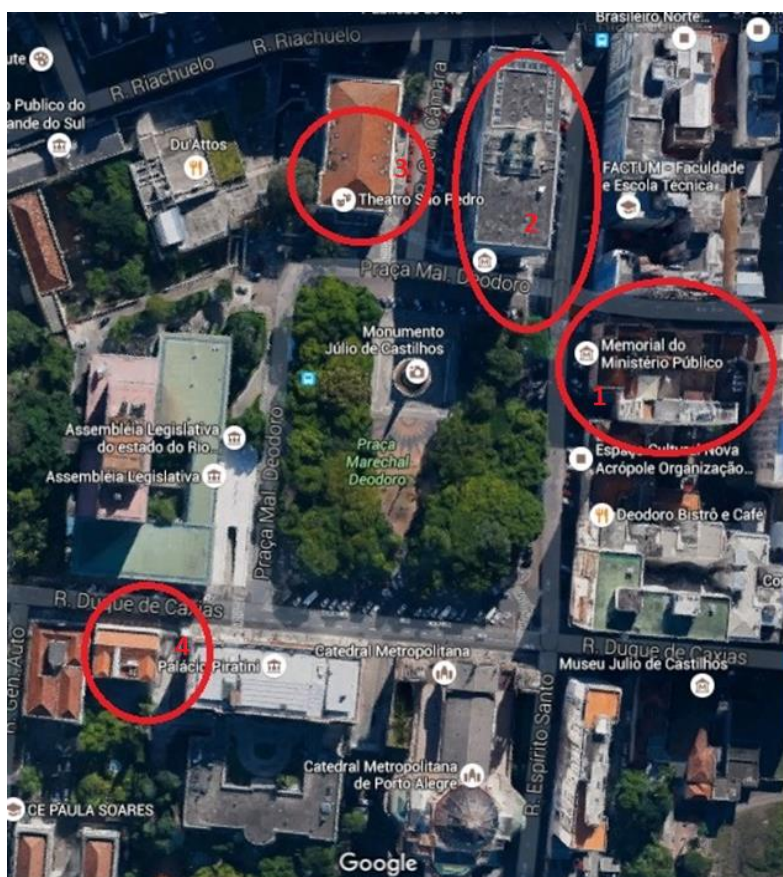
<sup>1</sup> Maricano (2008) classifica os museus e memoriais como veículos de comunicação dirigida aproximativa, enquanto na obra de Fortes (2003) eles estão representados como veículos de comunicação dirigida auxiliar. Segundo o primeiro autor, a comunicação dirigida aproximativa permite uma relação direta entre a instituição e o público, que estará inserido no universo interno da organização. Isso permite criar um vínculo afetivo e emocional entre o público e a empresa por meio do fascínio estabelecido entre a história da marca atrelada ao meio social no qual atua. Também são estreitadas as ligações com os públicos já identificados e é capaz de aproximar aqueles que nem conheciam a marca, por meio de uma comunicação eficiente entre a história e o visitante. Já para o segundo autor, espaços museológicos estão enquadrados em comunicação dirigida auxiliar, pois abrangem o conjunto dos recursos audiovisuais e sofisticadas tecnológicas.

Comunicação com as teorias da Museologia, para entender os memoriais, e seu papel enquanto mídia que irá apresentar ao público visitante a história institucionalizada, é preciso entender os diferentes momentos de criação de cada organização e em quais momentos político-sociais influenciaram o que elas são hoje. O trabalho de pesquisa histórica permite enxergar o que de fato é ressaltado em cada espaço museológico. Quais as prioridades e os momentos que são destacados em cada exposição. Assim, podemos ver algumas figuras conhecidas de cada instituição que personificam a organização, mas que de fato, são figuras que os curadores de cada memorial quiseram ressaltar, em locais estratégicos que os transformam em verdadeiros heróis organizacionais.

A Praça da Matriz de Porto Alegre é o grande “palco” dos poderes do Estado do Rio Grande do Sul. Em seu centro, o monumento Júlio de Castilhos, um herói político, construído pelo Partido Republicano Rio-grandense, diretamente ligado ao positivismo, ideologia política que nos governou durante mais de 40 anos por meio de cinco importantes governadores. Esse estudo histórico nos ajuda a entender como foi importante, desde aquele período, marcar o local com o símbolo do herói. A ideologia do positivismo influenciou no surgimento do primeiro Museu do Rio Grande do Sul, na construção de prédios públicos com características dos ideais positivistas, como é o caso do Palácio Piratini, sede do governo do Estado, e na demarcação de novos mitos e heróis que surgiram ao longo da história, presentes nos memoriais em sua volta.

Para o presente estudo, foram selecionados quatro memoriais ao entorno da Praça da Matriz de Porto Alegre (foto 1): 1) Memorial do Ministério Público do RS (inaugurado em 2000), 2) Memorial do Judiciário do RS (inaugurado em 2002), 3) Memorial Theatro São Pedro (inaugurado em 2008) e 4) Memorial do Legislativo do RS (inaugurado em 2010). Excluiu-se da pesquisa os memoriais que não são de uma organização, como é o caso do Memorial da Rádio da Legalidade (no subsolo do Piratini), que conta a história do Movimento da Legalidade, liderado pelo então governador Leonel Brizola, em 1961. Acervos que não estão à disposição do público, como o da Catedral Metropolitana, também foram excluídos, pois não fazem parte do objetivo do presente trabalho, uma vez que não é uma mídia de comunicação dirigida, ou seja, não há uma exposição que conte a história do poder religioso do Estado.

**Foto 1: Vista aérea dos locais de cada memorial na Praça da Matriz.**



Fonte: Google Maps, editado pelo autor

Vale ressaltar desde já que todos os locais são de organizações públicas, ou seja, o que contraria alguns autores que falam da inexistência de heróis organizacionais no setor público. Também, no estudo de caso, não foi encontrado nenhum estudo envolvendo o setor público, apenas empresas e memoriais do setor privado.

Dessa forma, temos como problema de pesquisa as seguintes questões: Que diferentes relações se estabelecem entre as organizações ao entorno da Praça da Matriz de Porto Alegre através de seus heróis? Esses heróis são personificações da organização e conseguem representar a instituição da qual pertencem?

A partir dessas questões a pesquisa tem como objetivo geral compreender como os memoriais organizacionais constroem sua importância institucional por meio de seus heróis. Como objetivos específicos da pesquisa são: a) evidenciar as diferenças teóricas entre memória e história e seu uso na comunicação organizacional; b) verificar a influência do Positivismo no Estado do Rio Grande do Sul e as implicações em organizações na Praça da Matriz de Porto Alegre; e c) analisar exposições de memoriais de organizações públicas localizados ao redor da Praça da Matriz de Porto Alegre.



Para o alcance dos objetivos tomaremos como apoio a literatura especializada de várias áreas do conhecimento - como Sociologia, História, Ciências da Informação e Comunicação -, estabelecendo uma colagem de ideias e conceitos extraídos de seus contextos originais. No entanto, adentrar em especialidades de outras áreas do conhecimento inspira atenções redobradas e extrema seletividade no uso de “ferramentas” de trabalho e do espaço de interlocução. Por isso, a exigência transdisciplinar do presente estudo significa uma permanente “batalha” contra os obstáculos a serem vencidos, ao reunirmos conceitos de outras disciplinas que, embora pouco familiares, parecem indispensáveis fontes de conhecimento acumulado para o tema.

Em relação à estrutura, esta pesquisa está organizada em oito capítulos. Após este capítulo introdutório, o capítulo dois aborda as principais diferenças entre história e memória, do ponto de vista dos historiadores. Com base em Le Goff (2013), esta parte é fundamental para que possamos pensar a história como algo muito mais complexo, uma disciplina interpretativa que busca entender os fatos com profunda pesquisa. Já memória, segundo Barros (2009) é pautada na dialética entre lembrança e esquecimento. São de lembranças – e o que quer se fazer lembrar – que se constroem muitos desses memoriais. Bourdieu (1998), Costa (1997) e Schvarstein (2002) são alguns dos autores que ajudam a pensar como certas histórias são construídas e transformadas na história oficial, ou ainda, na história institucional. Ainda nesta parte, a diferença e inter-relação entre documentos e monumentos, Le Goff (2013) esclarece desde a etimologia dessas palavras até os seus reais significados no campo historiográfico, mostrando que, muitas vezes, um monumento torna-se documento e desconstrói a ideia de que documentos são apenas os oficiais, pois todos fazem parte de uma criação intencional do homem.

O capítulo três aborda a história e a memória dentro das organizações, trazendo os conceitos de Le Goff (2013) para a realidade dos memoriais, assim como a correta classificação deles e, segundo Barcellos (1999) e Axt (2011), suas diferenças com os museus. Outro ponto deste capítulo é de que, assim como um museu, um memorial também é uma mídia, de acordo com ponto de vista das Relações Públicas, que informa e que possui um discurso da qual será aprovado pelos gestores da organização, assim como decidirão, junto com os historiadores, a importância para algumas lembranças e objetos em relação a outros na exposição. Sobre essa disputa de poderes no memorial, encontra-se embasamento a partir das discussões de Bourdieu (1998).

O capítulo quatro busca situar o leitor no Centro Histórico da Capital do Rio Grande do Sul, cenário dos memoriais pesquisados. A Praça da Matriz de Porto Alegre é rodeada por importantes instituições, tendo em seu centro a figura de um herói, o monumento Júlio de Castilhos, ex-presidente da província de São Pedro - nome do Estado do Rio Grande do Sul na época, no final do século XIX-, influenciador do Positivismo na região, filosofia e religião da qual encontramos vários resquícios pela cidade, principalmente na praça. Autores como Love (1975), Abreu (1998), Morigi (2012, 2015 e 2016) e Caldeira (2007) são fundamentais para compreender processos complexos, como a memória social do Estado e o Positivismo como influenciador da arquitetura, política e até mesmo o surgimento do primeiro museu do Rio Grande do Sul.

O capítulo cinco é sobre os heróis, num apanhado desde a mitologia até os heróis contemporâneos, Campbell (2009) é o autor mais citado nas pesquisas sobre o tema e é suporte para a análise das etapas da qual o protagonista enfrenta suas batalhas na chamada Jornada do herói, da qual o mitólogo desmembra cada fase do herói, como uma fórmula, encontrada em todos os mitos, desde a antiguidade até os mitos modernos. Nas organizações não é diferente, podemos encontrar a figura de um herói em diversas histórias sobre a evolução de uma empresa, alguém que enfrentou desafios e que é influenciador da missão organizacional, alguém tão forte capaz de ser sinônimo da instituição que a representa.

Os procedimentos metodológicos para a análise dos heróis da Praça da Matriz de Porto Alegre encontram-se no capítulo seis, assim como as categorias de análise, baseadas em Freitas (1991), que divide os heróis em natos e criados, assim como completar um quadro com a Jornada do Herói com as etapas expostas nos memoriais, de acordo com os heróis de cada organização.

No capítulo sete são apresentados e descritos os quatro memoriais da Praça da Matriz de Porto Alegre, assim como seus respectivos heróis: Memorial do Ministério Público do RS (Sophia Galanternick), Memorial do Theatro São Pedro (Eva Sopher), Memorial do Legislativo do RS (Getúlio Vargas) e o Memorial do Judiciário do RS (os arquitetos).

No sétimo e último capítulo são apresentadas as considerações, recuperando os objetivos propostos para este estudo e articulando-os com os resultados da análise. A partir da pesquisa desenvolvida e dos fundamentos teóricos acionados também realizase algumas reflexões sobre o tema.

## 2 HISTÓRIA E MEMÓRIA

No intuito de difundir e preservar a cultura, a sociedade contemporânea criou espaços de memória, tais como arquivos, bibliotecas, centros históricos e museus. Além disso, as pessoas e as organizações também desenvolvem ações no sentido de preservar os documentos que atestam sua existência.

Devido ao uso errôneo das palavras história e memória como sinônimos, muito frequente por autores da área de comunicação, iremos a partir de autores da História e da Ciência da Informação, buscar o conceito dessas duas palavras. Isso porque o tema memória é estudado e analisado em várias áreas do conhecimento e o fato de ser interdisciplinar faz dele um assunto de abordagem complexa. Além disso, frequentemente o tema também é associado à cultura, à identidade, à preservação e outros. Contudo, vale ressaltar que a memória está intimamente relacionada à história e à informação<sup>2</sup>, abordagem que será o foco deste trabalho.

Para melhor entendimento deste estudo é preciso refletir sobre memória, especificamente sobre seu conceito. A memória coletiva será tratada com mais relevância tendo em vista o tema desta pesquisa, e não serão abordados os fenômenos da memória em seus aspectos biológicos e psicológicos.

A história, segundo Le Goff (2013) deve ser antes de tudo interpretativa, buscando entender os fatos, com profunda pesquisa, reflexão e esclarecer o sentido. Para se ter a história é necessário uma abordagem hermenêutica do passado, analisando os fatos criticamente, buscando compreender os acontecimentos e seus porquês. Para o autor, a memória, quando analisada através de um viés hermenêutico, isto é, buscando a reflexão e a compreensão dos fatos, ultrapassa os anseios de patrimonialização e museificação, e explora suas contribuições ao presente e ao futuro.

---

<sup>2</sup> Sobre a informação, vale ressaltar que esta é transmitida por meio de processos de comunicação, e como nos mostra Morigi e Massoni (2015), seu conceito não deve ser abordado de maneira isolado, mas a partir de relações com outros conceitos, como o de documento e mídia. A informação, enquanto mídia, em especial, “pois é através das mídias, em seus mais diversos suportes, que efetivamente se comunica a informação, ou seja, elas são responsáveis por transmitir informações.” (p. 3)

Para Nora (1993) memória e história também estão longe de serem sinônimos, a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. Já a memória:

é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (NORA, 1993, p. 9)

Contar o passado apenas com base nos fragmentos da memória pode levar a uma distorção dos fatos – com viés negativo ou positivo - baseado na subjetividade e na emoção. Para Barros (2009) a memória está pautada na dialética entre lembrança e esquecimento, composta de uma dimensão social produto da interação com os outros, servindo como fonte e meio de expressão da história. Essa concepção baseia-se na distinção entre memória individual e memória coletiva, explicitada por Halbwachs (2003). Para o autor a memória individual diz respeito àquela pertencente ao indivíduo, mas é construída a partir da interação com os demais, ou seja, é produto da interação social e da partilha de lembranças em um grupo. Já a memória coletiva, opõe-se à memória individual, consiste em um sistema de lembranças organizado no interior dos grupos sociais, a qual necessita ser reativada ou estimulada para preservar-se. Com isso, é comum a existência de diferentes memórias coletivas em um mesmo grupo.

Nesse sentido, a memória coletiva existe e é formada graças aos indivíduos que dela são portadores, sem os quais ela correria o risco de desaparecer. Para Barros (2009) a memória coletiva corresponde às apropriações do passado e das experiências que os grupos sociais desejam preservar.

Como foi mencionado, a memória é formada entre lembrança e esquecimento. Sobre este último, é importante ressaltar que a história das ciências e das sociedades é rica em exemplos de esquecimento, seja em sua vertente segregadora, seja nas inúmeras formas de silêncio, repressão e exclusão, como nos mostra Costa (1997). Toda época tem seu regime de verdade, contudo nem sempre será unânime. O uso que é feito do esquecimento, em termos institucionais, não pode ser considerado inocente, pois serve a determinados interesses políticos do poder, do discurso e do imaginário.

Para a autora, trata-se então de colocar entre parênteses aquilo que em geral a sociedade toma como natural e a própria noção de memória.

Sempre que determinados saberes são formalizados e instituídos outros saberes são bloqueados. Trata-se de um movimento que esconde e revela e, ao fazê-lo, impede o surgimento de determinadas informações, que ficam adormecidas e até mesmo, em sua forma mais radical, destruídas. Ao mesmo tempo este movimento torna visível um conjunto de saberes que circulam e comunicam (tornam comum), se instituem ao se reinstituem, retornam. (COSTA, 1997, p. 37)

Segundo a autora, este parece ser o processo de institucionalização das práticas sociais. As instituições trazem embutidos mecanismos de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta, que venham a garantir o seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras. Trata-se de reproduzir uma determinada ordem alcançada, com a intenção de uma manutenção: “A instituição reproduz um ritual que deve ser repetido, por força do hábito e com apoio da memória. As instituições lutam para preservar a sua regularidade.” (COSTA, 1997, p. 37)

Para tentar impedir o esquecimento, Von Simson (2006) ressalta que foram criadas instituições especializadas na seleção, coleta, organização, guarda, manutenção e disponibilização da memória, como: museus, arquivos, bibliotecas e centros culturais e de memória, como os memoriais organizacionais. São os projetos de memória que possibilitam que outros a vivenciem de forma plena. Dessa maneira podemos entender a definição de lugar de memória, quando Nora (1984) afirma:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (NORA, 1984, p.13)

Esses espaços utilizam-se da memória coletiva, que descreve e ordena os fatos de acordo com certas tradições estabelecidas, que para Costa (1997) até pode ser confundida com história e mito. A autora disserta um pouco mais sobre memória coletiva fazendo uma relação com a história:

Ela mesma - a história - se encarrega de fazer-nos lembrar os acontecimentos que se deram no passado, revendo e discutindo os fatos à luz de novos documentos e novas pesquisas. A história tem, nesse sentido, dois papéis: molda e subverte a memória coletiva, numa relação de permanente tensão. A memória é fonte da história, mas também instrumento de resistência. Pois diante de tantos discursos oficiais, os grupos sociais guardam em silêncio suas lembranças, numa espera que se nutre de memórias. No momento oportuno as memórias emergem e ocupam o campo social. (COSTA, 1997, p.131)

A partir disso, é importante perceber a materialização dessas memórias, ou a representação da informação, já que a memória está registrada em diferentes tipos de suportes como livros, documentos oficiais, fotos, vídeos, artefatos e outros, pois a memória se faz presente para a sociedade quando recuperada, organizada e disponibilizada de forma adequada. Em outras palavras, de nada serve um livro histórico se ele não recebe o tratamento técnico apropriado para o acesso ao seu conteúdo.

Outro ponto interessante a ser visto é a questão do tempo. Segundo Le Goff (2013), o tempo é o grande marcador das memórias. Como um fio condutor ligando passado, presente e o futuro, a narração permite dar coerência às ações sociais em uma perspectiva temporal, é a narrativa que torna acessível a experiência humana do tempo, o tempo só se torna humano através da narrativa. Para o autor, a inteligibilidade da narrativa reside no reconhecimento de seu papel mediador, atuando como um divisor de águas entre dois momentos distintos, o ponto inicial e o ponto final.

O tempo é uma experiência fundamental da humanidade. De acordo com Whitrow (1993, p. 17), “nossa experiência direta do tempo é sempre do presente, e nossa ideia dele surge da reflexão sobre essa experiência.” Mas, para que tenhamos consciência do tempo é preciso que nossa atenção se desloque tanto para o passado, quanto para as expectativas do futuro. Aí alcançamos a experiência da duração. E a verdadeira consciência dos fenômenos temporais só se realiza, na medida em que a criança percebe que as coisas a sua volta tem relação entre si e com ela própria, o que só se torna possível com o desenvolvimento da memória.

Além da relação com o tempo, a memória tem a forte ligação com o hábito. Segundo Le Goff (2013), o hábito é uma forma de memória. Trata-se de um dispositivo sensorio-motor, do qual todo ser humano é dotado, que se dá de forma automática e seletiva, determinando o que deve ser retido e o que deve ser esquecido. No âmbito institucional a repetição pelo hábito é um trunfo que é reconquistado a cada jornada.

Berger & Luckmann (1985) abordam os hábitos dos seres humanos com relação à construção das instituições sociais: “As instituições implicam a historicidade e o controle. (...) Não podem ser criadas instantaneamente. As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos” (p. 79). É importante ressaltar que é comum em alguns textos o uso errôneo de instituição como sinônimo de organização ou empresa, o que será esclarecido a seguir.

## 2.1 Instituições e organizações

Presente nos mais diversos textos e usado para designar diferentes tipos de administrações, é usada constantemente a palavra instituição como sinônimo de organização, o que é equivocado no ponto de vista de seus reais significados. Autores como Schvarstein (2002) nos ajudam a refletir sobre o termo, apresentando o conceito de cada uma dessas palavras de acordo com a visão organizacional. As instituições, segundo o autor, são os corpos normativos jurídico-culturais compostos de ideias, valores, crenças e leis, que determinam as relações sociais de maneira geral.

Entendemos que as relações de força que determinam o plano institucional e este, por sua vez, define a organização. Segundo Costa (1997), a instituição se atualiza numa organização. A autora traz o exemplo da burocracia, que é uma organização que se pensa instituição. Na verdade, a burocracia tem um fim em si mesma. A questão prioritária da organização é a eficácia. E a da instituição é a legitimidade, vale repetir.

Para Berger & Luckmann (1985), o hábito tem forte influência para a construção das instituições. No caso das memórias das organizações – o foco desta pesquisa – quando a memória é exposta em memoriais ou museus, ou em livros comemorativos, aquela história passa a ser a oficial.

Para além do conjunto dos meios que caracterizam uma organização, é importante identificar uma instituição, definida por um conjunto de práticas finalizadas, com suas normas e suas regras. Bourdieu (1998) ressalta:

A filosofia da história que está inscrita no uso mais corrente da linguagem corrente e que leva as palavras que designam instituições ou entidades coletivas – Estado, Burguesia, Patronato, Igreja, Família, Justiça, Escola – a constituírem-se em sujeitos históricos capazes de originar e realizar os seus próprios fins encontra a sua forma mais acabada na noção de Aparelho (ou de “dispositivo”), a qual voltou a estar em moda no discurso com maiúsculas denominado “conceitual”. (p. 75)

Podemos compreender que todas as organizações são compostas por várias instituições. Pegando como exemplo as organizações que serão analisadas, a instituição Justiça aparece tanto no Palácio da Justiça, quanto na Assembleia Legislativa e no Ministério Público. Algumas instituições aparecem em todas as organizações, como a instituição Estado.

Após esse entendimento, passamos para o conceito de organizações, que segundo Schvarstein (2002), possui definições mais amplas. O autor aborda quatro

diferentes significados, trazendo a contribuição de alguns pensadores para a construção dessas classificações. O primeiro significado de organizações é de uma unidade socialmente construída para o lucro de fins específicos (2002 apud ETZIONI, 1961); em segundo, relações entre indivíduos que produzem uma unidade complexa ou sistêmica (2002 apud MORIN, 1981); terceiro, conjunto de eleições que buscam problemas, assuntos a espera de soluções (2002 apud COHEN, MARCH e OLSEN, 1972); e por último, as organizações são soluções em busca de problemas (2002 apud WEICK, 1979).

As organizações estão cercadas por muitas instituições que determinam e impõem aspectos das interações sociais estabelecidas entre os indivíduos. No caso dos museus e memoriais organizacionais, a história está instituída com a criação destes espaços. Esses lugares estabelecem os acontecimentos mais importantes.

As organizações não são apenas locais de trabalho, mas lugares importantes para o desenvolvimento da identidade humana. Ao estudarmos as organizações, não se pode esquecer que elas são formadas por pessoas reais, com identidade, identificações e memórias.

Sobre a construção da identidade das organizações, podemos refletir de maneira geral com o texto de Silva (2000), que aborda o processo de produção da identidade. Segundo o autor, esse processo oscila entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la.

O autor fala em identidade nacional, mas a partir das palavras dele podemos entender também como são feitas as construções de identidade de uma organização.

Nas organizações, é central a construção de símbolos, destacando-se em muitas delas, também a figura dos chamados mitos fundadores. Fundamentalmente, um mito fundador remete a um momento crucial do passado em que algum gesto, algum acontecimento, em geral heroico, épico, monumental, em geral iniciado ou executado por alguma figura “providencial”, inaugurou as bases de uma suposta identidade nacional. Pouco importa se os fatos assim narrados são “verdadeiros” ou não; o que importa é que a narrativa fundadora funciona para dar à identidade nacional a liga sentimental e afetiva que lhe garante uma certa estabilidade e fixação, sem as quais ela não teria a mesma e necessária eficácia. (2000, p. 85)

A identidade, segunda o autor, seja da natureza ou da cultura, ela não é fixa, estável, unificada e permanente: “podemos dizer que a identidade é uma construção, um



efeito, um processo de produção, uma relação, um ato permanente.” (SILVA, 2000, p. 96)

Já a identificação, segundo Hall (2000) é um processo de articulação, que “opera por meio da *différance*, envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de ‘efeitos de fronteiras’. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui” (p. 106). Logo a seguir, o autor diz que:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. (p 109)

Os memoriais seguem e respeitam a identidade e ressaltam os símbolos de suas organizações. Enriquez (2007) descreve o conceito desses sistemas simbólicos, importantes para a identificação do público visitante.

Sistemas simbólicos: é importante que os indivíduos refiram-se a símbolos fortes, que lhes dêem unidade coletiva. O nome da organização, sua história, a de seus fundadores, a utilização de uma mesma linguagem e uma vestimenta relativamente similar ajudam na constituição de uma organização onde cada um se submete voluntariamente à mesma lei considerada como indispensável para a obtenção do bem comum. Quanto mais os indivíduos têm marcas fortes, mais eles se sentem ligados. (2007, p. 150)

A produção de uma significação, segundo Sólito (2010, p. 122), acontece pelo efeito retroativo dos significantes sobre seus antecedentes na cadeia significante. Contudo, o que se ouve é o significado. Baldissera (2008) afirma que “diferentemente do que acontece com a significação, tem-se que a comunicação não é possível senão articulada com os sistemas de significação. Como já dito, a comunicação pressupõe sentidos em circulação e disputa” (p.196).

Mesmo que não tenhamos vivido em décadas passadas, temos a capacidade de imaginar e entender a história em nosso cérebro a partir de referências. Segundo Baldissera (2010), o imaginário corresponde, além de todos os condicionamentos psíquicos e sociais, um elemento criativo e racional com dimensões próprias do ser humano.

Sólito (2010) traz o esclarecimento de Fink (1988, p. 44) sobre o que é o Simbólico sendo apenas um recorte, ele neutraliza o Real, criando uma “realidade”

passível de ser nomeada, algo que pode ser pensado e verbalizado. Assim, o que existe passa pela linguagem, e tudo aquilo que estiver fora dela não tem existência: “O Real é aquilo que não foi simbolizado, *ex-siste*, ou seja, está separado da nossa realidade” (SÓLIO, 2010, p. 123). E nem todo o Real será simbolizado: uma parte dele foge à simbolização, e somente será capturada por meio de criação sucessiva de relações com significantes.

Essas considerações evidenciam a impossibilidade da cristalização da significação; o mundo é constantemente (re)criado pelo sujeito em processos de construção de sentidos. Porém, esses sentidos não apenas “refletem o mundo como uma rede de significados culturais por meio dos quais se compreende e transforma a realidade”, como afirma Ruiz (2003, p. 59), mas também revelam sujeitos tensionados, perpassados, tecidos juntos com e na cultura. (BALDISSERA, 2008, p. 196)

Já no imaginário das organizações temos muitas vezes a figura dos heróis, como os fundadores e/ou administradores que ficaram por um longo período à frente da empresa. É comum existir a presença de uma figura que represente a instituição nas exposições em museus e memoriais organizacionais. Para isso, diversos objetos e documentos fazem parte dessa narrativa. Ao expor a memória coletiva nos espaços museológicos utiliza-se dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos, da qual é importante a sua diferenciação e termos clareza de seus significados nessas exposições.

## **2.2 Documentos e monumentos**

Na historiografia moderna geralmente se distinguem os conceitos de monumento e de documento. Le Goff (2013) propôs, em *História e Memória*, essa distinção terminológica e conceitual que, embora não constitua unanimidade e possa ser contestada, tornou-se corrente entre os historiadores. Para o autor, monumento é tudo quanto resta do passado; e documento é o monumento que o historiador seleciona para seu trabalho. Todo documento é também monumento, mas nem todo monumento é documento. São suas palavras:

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do

mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador. (Goff, 2013, p. 485)

Na linguagem popular corrente, utiliza-se a palavra monumento para designar estátuas, lápides, edificações de natureza diversa destinadas a perpetuar a memória de alguém ou de alguma coisa. A noção de monumento está quase indissociavelmente ligada à ideia de um objeto material intencionalmente feito ou preservado, para manter viva alguma memória.

Etimologicamente, porém, se recuarmos até a forma latina *monumentum*, o sentido é bem mais amplo. Monumento significa “tudo o que lembra alguém ou alguma coisa, o que perpetua uma recordação, qualquer monumento comemorativo”, mas significa também “monumentos escritos, marca, sinal por onde se pode fazer um reconhecimento, uma identificação” (MACHADO, 1967, p. 604).

A etimologia da palavra documento, segundo Le Goff (2013), provém do verbo latino *docere*, ensinar. Documento é, pois, sinônimo de ensinamento. O ensinamento pode ser escrito, pode ser oral e pode também ser simbólico, sem necessariamente se exprimir em linguagem escrita ou falada. O verdadeiro sentido da palavra documento, pois, vai muito além do significado estrito de documento escrito, como entendiam os historiadores positivistas do século XIX (que supervalorizavam o documento escrito e oficial) e como o linguajar popular corrente consagrou.

A proposta do autor é, de certa forma, voltar ao sentido mais próximo do original dos termos e designar como monumento tudo quanto se herdou do passado, em sentido muito amplo e abrangente. E considerar como documento aquilo que o historiador escolhe para seu trabalho historiográfico, de acordo com sua criteriologia e sua respectiva escala de valores. Le Goff (2013) restringe, pois, o sentido da palavra documento. Um escrito do passado que tenha chegado até nós, ainda que perfeitamente preservado, é um monumento e não é, por si mesmo, um documento; somente será documento se for selecionado e utilizado por um historiador. Essa distinção tem algo de arbitrário e, portanto, algo de objetável, mas sem dúvida é muito clara, didática e funcional, adequando-se às necessidades terminológicas dos historiadores.

Documento, com origem na linguagem jurídica francesa, “tem o sentido moderno de testemunho histórico”, afirma-se essencialmente como testemunho escrito.

O termo “documento” colocar-se-ia em primeiro plano, por um lado, destacando-se de um conjunto de palavras (provas, instrumentos, testemunhos etc.) que tentavam reunir os novos métodos da memória coletiva e da história ao desejo de provar cientificamente [...] e, por outro lado, devido à renovação da legislação e do direito. (LE GOFF, 2013, p. 488)

O autor apresenta o desenvolvimento histórico dessas duas palavras. A palavra documento surgiu depois e ganhou força na Europa com as ideias do positivismo, na França “com a escola positivista, o documento triunfa. [...] A partir de então, todo o historiador que trate de historiografia ou de mister de historiador recordará que é indispensável o recurso ao documento.” (LE GOFF, 2013, p. 489)

Essa compreensão positivista limita o trabalho do historiador, pois os fatos históricos que não forem registrados como documentos, ou gravados, ou escritos, perderam-se. Com isso, os historiadores sentiram a necessidade de expandir o significado de documento, com sentido mais amplo, não só o conceito da prova escrita, mas ilustrada, transmitida pelo som, pela imagem, ou qualquer outra maneira. Segundo Le Goff (2013):

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permitir utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (p. 490)

É importante ressaltar que documentos não são necessariamente materiais, podem também ser imateriais, quando não se materializam, não se corporificam. Um exemplo, entre muitos outros: mitos, relatos, contos, histórias que fazem parte da sociedade e que atravessam gerações por meio da história oral. Tudo isso pode ser selecionado como documento, por um historiador que relacione esse mito com mitos análogos provenientes de fontes escritas e obras de arte.

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental, e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. (...) Só a análise do documento enquanto monumento permite à

memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 2013, p. 495)

É importante ressaltar que mesmo documentos escritos podem revelar involuntariamente o que não foi intencionalmente escrito. Certas omissões intencionais são muito reveladoras. Le Goff (2013) se estende sobre os cuidados que o historiador deve tomar para não se limitar à letra do texto em si, exclusivamente, como propunham os positivistas, mas saber ir além do texto, inserindo-o num contexto, problematizando-o, interrogando o que nele não está dito e questionando o que nele está dito. Tudo isso constitui tarefa dos historiadores. É o que torna delicioso o nosso ofício.

O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor o futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar esta problemática, porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo talvez sobretudo os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos. (LE GOFF, 2013, p. 497)

Por isso é importante descrever e interpretar os memoriais - com todos os seus documentos e monumentos expostos - para compreender a história das organizações e sua participação nos movimentos sociais dos quais fizeram parte. No próximo capítulo, o foco da pesquisa é na história e memória organizacionais, assim como na tentativa de entender a denominação de memoriais, esses espaços que são parte central do estudo e aprofundá-los como um instrumento de mídia, de acordo com autores da Comunicação.

### 3 HISTÓRIA E MEMÓRIA ORGANIZACIONAL

As inúmeras divulgações e lançamentos de projetos que falam em resgate e reconstrução da história e memória das organizações tem sido bem comum nos últimos anos. Além de historiadores e museólogos, é possível encontrar técnicos de outras áreas trabalhando na criação e no desenvolvimento desses espaços, como profissionais da Comunicação. Além da crítica que se faz às palavras “resgates” e “reconstrução” por meio dos historiadores, esses jargões muitas vezes servem para chamar atenção do público, mas são evitados nas pesquisas da área, pois não há resgate ou reconstrução, a história é um desenvolvimento complexo, como vimos no capítulo anterior. A história organizacional forma parte também de um movimento mais amplo que faz emergir novas memórias no cenário contemporâneo, de indivíduos e coletividades que reivindicam espaço e reconhecimento, sobretudo de suas ações, sua identidade e seu legado. Com isso:

Ganha lugar a luta por manter viva essa memória, mas também por conquistar espaço no discurso histórico a partir de uma revisão das interpretações sobre o passado, por figurar nos livros e manuais escolares, por ver-se incluído no calendário oficial de comemorações, reivindicações que têm como objetivo reparar o silêncio e a invisibilidade que, muitas vezes, marcaram a vida dessas coletividades, e promover a sua integração à história da nação a partir de uma nova perspectiva (HEYMANN, 2006, p. 3).

As palavras de Heymann (2006) buscam evidenciar a formação de uma memória reivindicada por grupos sociais. Contudo, as organizações também almejam esse reconhecimento, conquistar a empatia e a preferência dos públicos através da afirmação de seus valores, de suas contribuições à sociedade e sua participação na construção histórica da nação.

Segundo a autora, observa-se esse tipo de apelação através das produções histórico-narrativas, onde a história organizacional é narrada como atuante e participativa na construção da história nacional. Essa visão é incorporada aos livros empresariais, muitas vezes lançados em datas comemorativas, assim como a própria

inauguração dos memoriais organizacionais. Por meio da evocação da história organizacional, se busca ressaltar a função social da empresa e seu aporte à sociedade.

As organizações são parte constituinte da história de uma nação, elas integram e participam de sua formação. No entanto, através da produção de narrativas histórico-organizacionais, as empresas, muitas vezes, se apropriam da história em um processo de reinterpretação ou ressignificação.

Ao narrar sua história, a organização não apenas recupera seu legado, mas coloca em evidência e legitima discursivamente seus feitos, seus atos, suas decisões, reforçando sua existência por meio de uma comunicação afirmativa que ressalta sua função social. Através dessas narrativas, as empresas buscam validar a sua existência, mostrando suas prestações à sociedade, a chamada função social, bem como reforçam sua capacidade de adaptação ao meio e adequação entre os objetivos e valores organizacionais aos públicos pelos quais se destinam.

Mais que uma fonte de unicidade, a história e a memória organizacionais constituem-se como verdadeiros elementos de legitimação organizacional. A história ou a “historicidade” das empresas é reivindicada como um elemento de legitimação. Trata-se da valorização do tempo, do passado e da afiliação subentendida nessa relação temporal - reconhecimento das origens e dos fundadores. Para Santos (2015), uma empresa antiga e duradoura tem a destacar sua autenticidade perante as novas organizações, as quais muitas vezes não fazem mais do que imitar o passado.

A autora afirma que a história está associada à verdade, atribuindo um sentido de credibilidade e originalidade aos acontecimentos. No entanto, a história só é possível através da memória e dos mecanismos ligados a ela: lembranças, relatos, objetos, arquivos. Observa-se a memória como uma (re)construção, um objeto da história e meio para acesso e interpretação.

História e memória são, portanto, analisadas como fontes de legitimação organizacional. Ambos os campos são complementares e sua relação complexa é explorada pela comunicação na composição das narrativas histórico-organizacionais.

Assim, a construção histórico-narrativa nas organizações contemporâneas ultrapassa a celebração mítica e dá lugar a uma narrativa pautada pelo real e pelo presente, segundo Santos (2014). A autora afirma que o culto aos personagens fundadores, atualmente está sendo substituído pelo aporte histórico nacional, onde a organização se vê partícipe no desenvolvimento da sociedade e da nação. Essa dinâmica

histórico-narrativa pode ser observada, ainda, como um processo de construção simbólica da memória econômica e industrial do país.

Empresas e empresários começaram a entender que o reconhecimento da história passa também por um autoconhecimento do fazer organizacional, da razão de ser das organizações, da missão e dos propósitos pelos quais ela fora norteadas desde sua fundação. Tal reflexão resulta fundamental a fim de que as organizações possam assumir seus papéis na sociedade. Uma responsabilidade pública que implica a valorização da história organizacional. (SANTOS, 2014, p. 65)

Relacionar a importância histórica da organização com o desenvolvimento da comunidade é um trabalho que pode ser encontrado em diversas empresas. Um desses exemplos é o livro comemorativo aos cento e trinta anos da Sogipa (Sociedade de Ginástica de Porto Alegre), lançado em 1997. Após longo trabalho de pesquisa da historiadora Haike Kleber da Silva, a obra, além de contar a história do clube e seu pioneirismo e importância para a sociedade local e nacional, destaca a importância da organização para a valorização da imigração alemã no Estado e sua contribuição na valorização histórica de algo tão marcante e presente na vida de centenas de descendentes dessas famílias que vieram para o sul do país.

Atualmente, como resultantes do processo de valorização da história organizacional, observa-se a existência de associações, comitês e centros de memória no interior das empresas. Dessa forma, a história é observada como um produto, resultado do processo de produção, do trabalho desenvolvido pelos comitês e centros de história e memória, bem como pelos departamentos de comunicação.

Tal visão remonta à hipótese de um processo de construção narrativa por trás dos projetos histórico-organizacionais, o qual encontra na comunicação o mecanismo de difusão e mediação da história. Nesse processo de comunicação histórico-narrativo, cabe à organização selecionar os elementos que ela deseja mostrar e a maneira pela qual ela quer ver contada a sua história.

A celebração do passado nas narrativas organizacionais visa demonstrar a continuidade de uma organização, uma forma de reiteração do passado ou das marcas do passado na atualidade: “Narrar a história de uma empresa, comunicar seus feitos aos públicos mais diversos constitui uma forma de legitimar o percurso de uma empresa como duradoura, sólida, perene” (SANTOS, 2014, p.65).



É na dialética do lembrar e esquecer e na narrativa que a história organizacional é cuidadosamente (re)construída, segundo Santos (2014), embora essa (re)construção é contestada por muitos autores. O esquecimento, pontuado por Gagnebin (2006), não apenas é inevitável como também necessário à sobrevivência da memória. A maneira como a história é evocada e, conseqüentemente, relatada, denota uma escolha estratégica (entre o lembrado e o esquecido), mas também uma temporalidade particular ao processo de construção narrativa e de restituição histórica.

A pesquisa histórica de uma empresa permite entender também as atividades dentro de seu contexto de atual. Portanto, a memória organizacional é um instrumento de gestão da informação e o memorial, por sua vez, é uma importante mídia a ser estudada.

### **3.1 Memorial**

A partir de pesquisas no âmbito dos contextos histórico-sociais e culturais em que os museus foram constituídos ao longo dos últimos anos, é notória a diversidade de questões a serem repensadas, ampliadas e adaptadas à realidade atual. Um segmento museal, mas que não chega a ser classificado como museu são os memoriais. A discussão sobre a diferença de museu e memorial é importante visto que o objeto de estudo deste trabalho são os heróis organizacionais representados em quatro memoriais ao redor de uma praça.

Expondo a ambiguidade existente entre memorial, museu e centro cultural e constatando que o primeiro não teria uma identidade definida conceitualmente, realizou-se um levantamento bibliográfico para estudar o significado da palavra com o objetivo de tentar delimitar seu objeto e campo de atuação e diferenciar o termo de centro cultural e museu, enquanto instituições voltadas à memória.

Ao tentar definir o termo memorial, verificou-se a pouca produção bibliográfica sobre o tema na literatura da área, inclusive da História e da Ciência da Informação. Segundo Axt (2011) museu e memorial se comunicam, mas têm composições diferentes. O museu pressupõe necessariamente a existência de um acervo, enquanto o memorial pode ser formado sem necessariamente ter um acervo documental e material consolidado, pois é construído por meio da estratégia de interpretação e consulta de acervos já existentes.

Em sua pesquisa, Barcellos (1999) verificou que no Brasil e no mundo destacam-se casos de memoriais que tem como função homenagear alguém e cita alguns exemplos: Memorial em homenagem a Diana Spencer, o memorial da princesa Diana, o John Kennedy Memorial, o Lincoln Memorial em Washington, na Europa, o Memorial F.M. Dostoiévski, e no Brasil, o Memorial JK e o Memorial Prestes. Sobre esses memoriais afirma que:

Possuem o formato de um museu nos termos do Conselho Internacional de Museus e similares, enquanto “instituição permanente que conserva e expõe coleções de objetos de caráter cultural”, mas são publicamente denominados memoriais como se nenhuma diferença isto fizesse. (BARCELLOS, 1999, p.2)

O estudo do autor fundamentou-se na pesquisa etimológica e conceitual em dicionários e enciclopédias. A palavra *memorialis*, do latim, é a raiz de memorial, seria um registro que auxilia a memória. Etimologicamente o conceito de Memorial diferencia-se do conceito de museu, suas semelhanças são apenas em sua forma. Memorial é aquilo que conserva a memória e também pode ser encontrado como parte ou etapa do sagrado, da religião, da eucarística. Sobre seu estudo, Barcellos (1999) afirma:

Ainda que aparentemente tais conceitos pareçam ainda serem pouco elucidativos para o campo pretendido, nunca é demais lembrar que até agora, instituições governamentais importantes dedicaram-se a criar memoriais sem o mínimo critério, a não ser o de um conceito sem conteúdo. (1999, p. 9)

O memorial é um espaço físico que atende interesses de divulgação, conservação e valorização de uma memória de determinado local. Tem a função de prestar uma homenagem por meio de memórias específicas de alguma época, personalidade ou organização. Muitos deles funcionam como centros culturais, sendo cenário para as mais diferentes atividades artísticas, como, por exemplo, apresentações musicais, exposições de artes plásticas e saraus.

O empasse é que a construção de um memorial é semelhante a de um museu, ambos dependem de acervos, bibliotecas e dos centros de arquivo. Utilizamos das teorias da museologia para estudar esse local, pois são instituições ou organizações sem fins lucrativos que exercem atividades de investigação, educação, informação e outras

relacionadas a esta ciência, ou seja, ele pertence à museologia, mas se difere dos museus, pois sua construção é menos rígida. Por isso é importante deixar claro essas sutis diferenças e não usarmos os dois como sinônimos.

A Museologia vem firmando os alicerces do seu caráter científico a cada dia, e esse aspecto pode, inclusive, ser exemplificado com relação à atualização de algumas definições para promover os interesses da área e de outras disciplinas relacionadas com a gestão e as atividades dos museus. Além dos museus designados como tal, os memoriais são espaços de trabalho nos quais museólogos e historiadores colocam em prática seus conhecimentos, possibilitando aos profissionais trabalharem com a investigação dos domínios da história, da educação e da informação.

Assim como os museus, os memoriais também são mídias, e como se diferem por ser em sua grande maioria um espaço museal que conta a história de uma instituição específica, fica mais evidente que a construção desse espaço poderá ser tendenciosa, uma vez que o curador terá que selecionar etapas da vida organizacional para história uma história que emocione e atraia o público visitante. O historiador Jorge Barcellos escreveu em crônica no jornal *Correio do Povo*<sup>3</sup> que esse fenômeno está presente em todo o campo da museologia, e diz que: “atrair público para os museus entrou em sua fase concorrencial: ganha quem fizer as exposições que impressionem mais os sentidos. Entramos na era do megaevento, era do museu-espetáculo” (2011).

Segundo o autor, a exposição deve estimular a reflexão. O espaço museal pode utilizar mídias e tecnologias, mas servir como suporte à educação. O que é visto é o uso dessas ferramentas como recursos que visam à fascinação do público e à estimulação de seus sentidos em detrimento da relação com o saber.

Desde que Andréas Huysssein apontou para o fato de que os museus estão cada vez mais se tornando parte da indústria cultural, museólogos e historiadores se defrontam com o problema de como construir suas exposições e para que fins. Na era das massas, fotografias originais do passado dão lugar a plotters adesivados imensos, objetos originais cedem espaço a réplicas. Por todo o lado vemos a substituição de modelos tradicionais de produção museológica por modelos ditos "modernos". (BARCELLOS, 2011, p.1)

Em outras palavras, Barcellos critica a espetacularização que é vista nas mais recentes exposições, o que desperta discussão entre os profissionais de variadas áreas

---

<sup>3</sup> BARCELLOS, Jorge. Museus e exposições. Encontrado em: <http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=116&Numero=235&Caderno=0&Editoria=108&Noticia=296411> Publicado em 23 de maio de 2011. Último acesso em: 27 de maio de 2012.

como da museologia, comunicação, psicologia, educação, entre outros. Ir ao museu antes era sinônimo de aprender, hoje, além disso, também tornou-se de entreter.

Mesmo não sendo suficiente para compreender perfeitamente o termo memorial, o estudo de Barcellos permitiu tomar conhecimento sobre o aparecimento da instituição memorial na atualidade, e das possibilidades de uso do conceito de memorial. Ficou evidente que esses três espaços – museu, centro cultural e memorial - não existem isoladamente, mas se misturam todo o tempo e não são exclusivos de museólogos e historiadores.

### **3.2 Memorial enquanto mídia**

Compreender a vida de uma organização por meio de uma linha do tempo permite analisar os momentos de fracasso, sucesso, frustrações, inovações, entre outros fatores que envolvem a demarcação de fases de vida como um todo. A história organizacional é o conjunto dos fatos relevantes que influenciam sua operacionalidade. Apesar de parecer um conceito simples, nem todas as organizações percebem a necessidade e a relevância do autoconhecimento.

O uso da história como instrumento de mídia é estudado desde Walter Benjamin, no início do século XX, sobretudo no cinema. Segundo Maricano (2008) a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje) acrescenta há alguns anos a Memória Empresarial como uma ferramenta de gestão, com finalidade de promover a discussão e incentivo acadêmico. No Brasil, o estudo nesse campo ainda é novo e merece maior desdobramento e atenção entre os profissionais de comunicação. Nassar (2008) afirma que a maior dificuldade encontrada, ao levar adiante sua pesquisa, foi a quase inexistência de referências sobre os vínculos entre o campo das relações públicas e o da história organizacional.

Entender a história organizacional promove o entendimento de suas origens e desvenda o seu legado para a comunidade, encontrando novos caminhos para mudar, sem perder a consciência de sua verdadeira identidade, mantendo os diferenciais da marca. A memória organizacional é discutida no contexto social por Nassar da seguinte forma:

As organizações são percebidas, lembradas e narradas de inúmeras formas pela sociedade, pelos mercados, pelos públicos e pelos

indivíduos. Uma das formas mais importantes é definida pela história e pelas diferentes formas de memória dessa história que os protagonistas sociais têm das organizações como um todo e também em suas expressões individuais. As organizações, como os indivíduos, não existem fora da sociedade e, assim, são participantes, mesmo na omissão, dos acontecimentos sociais. (2008, p. 117)

O autor foi um dos precursores a estudar a memória organizacional, mais precisamente como nós profissionais da comunicação somos responsáveis, na maioria das vezes, pela guarda de registros e documentos históricos nas empresas. Com isso, é a grande referência no país ainda sobre o assunto entre os comunicadores, sendo citado em quase todos os trabalhos relacionados ao tema. Ainda assim, cabe avançar ainda mais no assunto.

Dentro da perspectiva do autor, a cultura, os símbolos, os heróis, a identidade e a comunicação é o conjunto de elementos que formam a imagem de uma instituição, sendo os grandes pilares para a construção da memória. A memória de uma organização é a narrativa estruturada a partir de memórias individual, social ou organizacional. Assim, ela é uma narrativa possível entre tantas outras que podem ser construídas. O importante é entender que essa construção é feita a partir do que foi e do que é relevante para cada grupo que coleta as informações.

Assim como a memória humana, a memória empresarial também é seletiva, pois se escolhe algumas das experiências mais relevantes e os fatos marcantes, positivos e negativos - ou apenas os positivos - dependendo da estratégia que se quer adotar. Para isso, segundo Nassar (2008), é preciso conservar a memória, para que um dia se possa buscar informações capazes de contar a história de uma determinada organização.

Selecionar as etapas para apresentar em uma linha do tempo e conectá-las tem uma influência direta com o presente da organização, pois mesmo ao pensar o passado, o curador remete ao presente e o que a empresa representa para a sociedade. No Brasil, o estudo nesse campo ainda é novo e merece maior desdobramento e atenção entre os profissionais de comunicação, pois a grande maioria dos estudos são da memória, por meio de entrevistas de funcionários, ou peças de comunicação antigas, mas não dos memoriais organizacionais, como é o caso desta investigação.

Grande parte do curso de Comunicação Social estuda as mídias se detendo aos seguintes veículos: rádio, televisão, jornal, revista e internet (sites, blogs e redes sociais). Entretanto, o museu é uma das mais antigas mídias e, nos últimos tempos, é um

importante instrumento de comunicação dirigida para organizações públicas e privada apresentar a história organizacional e a importância social ao longo de uma trajetória.

O termo mídia se refere aos meios de comunicação e de notícias em geral. Segundo Souza (2012), mídia é o vocábulo transcrito da pronúncia inglesa para o plural latino de *medium*, que tanto em latim quanto em inglês se escreve *media*, que significa meios. Para o campo das Teorias da Informação, mídia é a mediação, entre emissor e receptor de uma mensagem, dada a impossibilidade de comunicação direta, servindo como suporte para ampliar e atingir uma variedade indefinida de receptores. Para a Ciência da Comunicação, as mídias são entendidas como diferentes suportes técnicos dos processos comunicativos, como meio de comunicação que se estende no tempo e no espaço ultrapassando os contextos da interação face a face.

Com a disponibilização de espaço interativo, onde o visitante pode ter contato com a realidade da organização, sua trajetória na cidade, no país, ou até mesmo no mundo, é possível ressaltar as principais fases pelas quais a entidade vivenciou, como conquistas, ameaças de mercado, evolução tecnológica e tantos outros aspectos interessantes. Para os profissionais da comunicação, o espaço deve ser explorado como veículo de comunicação dirigida aproximativa, em que programas especiais podem ser desenvolvidos com *stakeholders*<sup>4</sup> da organização, como visitas programadas de formadores de opinião, da imprensa, de escolas e tantos outros.

Maricano (2008) classifica os museus e memoriais como veículos de comunicação dirigida aproximativa, enquanto na obra de Fortes (2003) eles estão representados como veículos de comunicação dirigida auxiliar. Segundo o primeiro autor, a comunicação dirigida aproximativa permite uma relação direta entre a instituição e o público, que estará inserido no universo interno da organização. Com isso, cria-se um vínculo afetivo e emocional entre o público e a empresa por meio do fascínio estabelecido entre a história da marca atrelada ao meio social no qual atua. Também são estreitadas as ligações com os públicos já identificados e é capaz de aproximar aqueles que nem conheciam a marca, por meio de uma comunicação eficiente entre a história e o visitante. Já para o segundo autor, espaços museológicos

---

<sup>4</sup> Os stakeholders são “todas as pessoas que têm interesse em relação às empresas ou organizações: shareholders (acionistas), o governo, os consumidores, ativistas, funcionários, as comunidades representativas e a mídia” (CARROLL, 1998, p. 38, apud FRANÇA, 2010, p. 1133). São públicos conectados à organização por razões de participação, investimentos, ou seja, que tem um ponto de apoio, uma reivindicação (stake) nos negócios da empresa. (FRANÇA, 2010, p. 1133)

estão enquadrados em comunicação dirigida auxiliar, pois abrangem o conjunto dos recursos audiovisuais e sofisticações tecnológicas.

A aproximação entre a Comunicação Social e a Museologia, no presente trabalho, vem pela necessidade de analisar como as Relações Públicas auxiliam na construção da memória das organizações. Como desafio, construir um espaço museológico e transformá-lo em uma atrativa mídia para que o público tenha identificação com a história do local e que ensine e o remeta para o passado, como relata Torresini:

Defende-se a ideia de que na visitação a um museu histórico, através do material exposto, o visitante entra em contato com sua capacidade de construir imagens do passado, ampliando a capacidade de imaginação, habilidade indispensável à compreensão dos movimentos da história e à fixação dos conteúdos necessários ao aprofundamento do conhecimento sobre o passado humano. Acredita-se que o desenvolvimento da imaginação histórica auxilie na aprendizagem, na pesquisa e no ensino da História. (2010, p. 39)

Como vimos no capítulo anterior, a história não pode ser confundida com memória. Para Barbosa (2008), enquanto a primeira é uma disciplina que utiliza, inclusive, da memória como possibilidade de acesso ao passado, a memória é uma habilidade em constante luta contra o esquecimento. Para isso, são utilizados documentos, objetos e livros que percorrem gerações em busca de eternizar uma história.

Em primeiro lugar, a memória produz a autenticidade do testemunho como algo vivido no passado. O testemunho dá ao portador daquela reminiscência a autoridade de ter presenciado algo que acontece e que pode trazer de volta. Mas para a história o passado chega, sobretudo, através do que está inscrito (documento), indicando a presença imortalizada do passado. (BARBOSA, 2008, p. 236)

Torresini (2010) pensa a memória como um trabalho de reconstrução do passado de um narrador. Por isso a memória é o presente na medida em que ela é revivida com os materiais do que está na consciência presente do narrador: imagens, palavras, sentimentos e experiências atualizadas. Para Meneses (1987) a memória diz respeito mais ao presente que ao passado: “Exilá-la no passado é deixar de entendê-la como força viva do presente. Sem memória não há presente humano, nem tampouco futuro. A memória gira, portanto, em torno de um dado básico do fenômeno humano, a mudança” (p. 115).

Como qualquer mídia, os museus também exercem poder e sua identidade é construída de acordo com os interesses do que se quer mostrar, esse é o discurso de Scheiner (2009) e que é de extrema importância para qualquer análise de um museu organizacional:

A identidade de cada museu estará, portanto, estreitamente vinculada à identidade social e política dos grupos culturais que o criaram e mantêm, bem como à capacidade desses grupos de atuar cada museu – e também o patrimônio – como instância de significação social. (p. 46)

Um museu empresarial permite expor várias mídias simultaneamente, como fotografias, recortes de jornais e revistas, sons, filmes, entre outros, envolvendo os convidados por inúmeros estímulos. Se empregados da maneira correta, ou seja, sem ruído na comunicação, o conjunto das informações passa a ter um perfeito entendimento de cada fase da organização, formando um discurso baseado no apelo emocional, construído na exposição.

Nas relações com os públicos, a comunicação dirigida tem caráter complementar, e seus meios significam um apoio para que a organização realize os registros de sua história e dos seus processos de trabalho. Mesmo classificando as instituições museológicas como veículos de comunicação auxiliar, é importante ressaltar o que Fortes diz a respeito dos veículos de comunicação aproximativa:

Ao empregar-se os diversos tipos de veículos de comunicação dirigida aproximativa, combinados com os demais veículos dirigidos, o que se pretende é dar oportunidade para que as informações fluam nos dois sentidos, empresas/grupos de interesse e público/empresa, pressupondo o acompanhamento e a união de todos nesse procedimento de Relações Públicas. (2003. p327 – 328)

Essas palavras traduzem o objetivo dos memoriais organizacionais, que é oportunizar ao público visitante conhecer a história da organização e se aproximar da instituição de uma forma concreta. O museu empresarial é uma mídia a favor da empresa e de extrema importância à assessoria de comunicação, que deverá divulgá-lo e buscar o maior número de visitantes possível que se identifiquem com a história organizacional.

Segundo Castells (1999, p. 38-41), a sociedade tem como princípio organizacional a identidade, que é “o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou



conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais”. Reconhecemos nesta ideia a possibilidade dos profissionais da comunicação utilizarem a recuperação das memórias como processo de reconhecimento e de fortalecimento do sentimento do público em pertencer àquela realidade organizacional.

A identidade organizacional também é discutida por Nassar (2008) ao apresentar a memória empresarial como estratégia de relações públicas.

É esta dimensão (histórica) ligada à construção da cultura e da identidade organizacional que interessa aos estudos de Relações Públicas, por terem como componente o conjunto de símbolos, comportamentos e processos de comunicação que desenharam a personalidade e a imagem corporativa. Sabemos que símbolos, comportamentos, personalidades e processos de comunicação das organizações constituem construções históricas, que têm como referência a sociedade (suas questões, tensões e tendências) e as ações das organizações e de seus gestores. (p. 128 - 129)

Os processos de comunicação ajudam a construir a imagem de uma organização. Por meio dela o público receberá informações e fará comparações com outras instituições.

No âmbito da história empresarial, é relevante perguntar o que é selecionado no campo da memória pelos gestores que formam a direção da organização. Além disso, em que espaços, momentos e condições são feitas essas seleções de memória.

A seleção de qualquer registro deve ser organizada e exposta de forma que a narração seja compreendida pelos visitantes do museu: “Uma vez selecionados os acontecimentos, as mídias os relatam de acordo com um roteiro dramático” (CHARAUDEAU, 2010, p. 254). É o que podemos observar em museus ou memoriais empresariais, com objetivos de aproximar o público da história da marca, construindo uma poderosa relação afetiva entre a organização por toda sua trajetória e benefícios que trouxe à sociedade. Para isso, os objetos também podem ser analisados separadamente, mas também dentro do contexto da proposta da exposição. Com isso, percebe-se a intencionalidade de certos destaques da história em detrimento a outros. A disputa pelo olhar atento do público para uma lembrança específica merece atenção, pois é a partir desses destaques que surgem, inclusive, a figura de heróis.

### 3.3 A disputa de poder entre os objetos nos espaços museológicos

Não dá para pensar um produto de uma organização sem estratégia. Ela deve estar presente em cada etapa da organização, inclusive no modo como sua história é contada. Sobre os memoriais, há, por exemplo, a estratégia de expor algo com mais destaque que outro assunto, uma fotografia, um recorte de jornal, um objeto, tudo vai depender da importância que se quer dar a algum fato. Este é um recurso comum, visto e reproduzido em cada museu, os diferentes poderes que alguns temas tem em relação a outros irá determinar os destaques na exposição nesses espaços.

A partir de pesquisas no âmbito dos contextos histórico-sociais e culturais em que os museus foram constituídos ao longo dos últimos anos, é notória a diversidade de questões a serem repensadas, ampliadas e adaptadas à realidade atual. O poder simbólico pode ser visto e estudado nos mais variados objetos de análise, sendo uma obra muito rica para os estudos em comunicação organizacional. Para Bourdieu (1998), o poder simbólico é um poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a esse poder ou mesmo daqueles que o exercem.

Nas exposições dos memoriais e museus, os símbolos são instrumentos de integração entre o passado e o público visitante. Enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social.

Para descrever as produções simbólicas como instrumentos de dominação, Bourdieu (1998) se baseia na tradição marxista que privilegia as funções políticas dos sistemas simbólicos em detrimento da estrutura lógica e da origem. Este fundamento explica as produções simbólicas relacionando-as com os interesses das classes dominantes. Na questão das exposições museológicas, podemos refletir o destaque que uma peça tem em relação a outra. Uma única foto exposta sozinha em uma parede tem um valor simbólico maior do que várias fotos espalhadas em uma parede de mesma metragem. O isolamento de peças de arte, por exemplo, é fruto de um valor criado a partir do distanciamento em relação a outras peças expositivas. Podemos também pensar nos diversos personagens apresentados, onde alguns têm seus espaços maiores e/ou com maior número de objetos. A transformação de uma figura em herói pode ser representada dessas disposições em museus e memoriais, principalmente para se diferenciar das demais pessoas expostas.

Surge então um importante conceito trazido por Bourdieu, que é o da distinção, pois a cultura que une por intermédio da comunicação é a mesma cultura que separa como instrumento de distinção, que legitima a diferença das culturas exatamente pelo diferencial imposto em relação à cultura dominante.

O autor considera que as relações de comunicação são sempre relações de poder que dependem do capital material ou simbólico acumulado pelo agente. Os sistemas simbólicos, enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento cumprem sua função política de imposição e de legitimação da dominação de uma classe sobre a outra, agindo como forma de violência simbólica. No caso das memórias organizacionais, certos fatos são tidos como mais relevantes que outros, e muitos acabam sendo esquecidos e “apagados” quando retirados das exposições. O menos importante passa, muitas vezes, pela condição de inexistente, pois a grande maioria do público visitante do local se depara com a verdade que está sendo exposta, não tomando conhecimento do que foi retirado pela curadoria que montou a linha do tempo da organização: “O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)”. (BOURDIEU, 1998, p. 9)

A relação de poder está por toda parte. Numa praça, a localização e o significado de seus monumentos, os prédios construídos em seu entorno e na permanência, ou não, de lembranças históricas. O próximo capítulo tem o objetivo de desvendar um pouco sobre o local dos memoriais que serão descritos e analisados mais tarde. A Praça da Matriz de Porto Alegre é um lugar de muitas memórias, e como muitas praças nos centros de capitais, possui prédios históricos e de representação de poderes, como religioso, político e cultural.

#### 4 A PRAÇA COMO LUGAR DE MEMÓRIA

Poucos são os vestígios materiais consideráveis do passado nas grandes cidades brasileiras e, segundo Abreu (1998), o Brasil é um país de cidades novas onde muitas construções antigas deram lugar a modernas arquiteturas, principalmente aos prédios e monumentos que simbolizavam o poder da monarquia logo que o país passou a ser uma república. Contudo, há um movimento recente de preservação, um engajamento que está cada vez mais presente em diversas cidades do país, numa prova de que a forma como a sociedade brasileira se relaciona com as suas memórias vem mudando a cada dia.

Muitos dos prédios históricos foram destruídos devido ao projeto modernizador do século XIX, que segundo Abreu (1998) fundamentou-se na esperança de um futuro melhor e na rejeição do passado, na abolição dos seus vestígios, na sua superação. A vergonha do passado e a crença no futuro se fizeram olhar para o passado apenas para cimentar a identidade nacional, que estava então sendo forjada. Segundo o autor:

Lemas como "São Paulo não pode parar", "cinquenta anos em cinco", "pra frente, Brasil" e muitos outros, independentemente de seus vínculos político-ideológicos, ilustram bem esse movimento de valorização do novo, e justificaram um sem-número de intervenções realizadas sobre as paisagens herdadas do passado. (ABREU, 1998, p.81)

A situação hoje é diferente. O passado das cidades brasileiras está sendo revalorizado e a preservação, por meio do restauro e da reconstrução de prédios históricos, que faz parte do que sobrou das paisagens urbanas anteriores, é um objetivo que vem sendo monitorado por inúmeros agentes, destacando-se os governos municipais. Esses prédios são considerados patrimônio histórico e artístico nacional. O patrimônio, segundo Morigi (2015) começou a ser entendido também como propriedade pública, pertencente à comunidade. De acordo com o decreto-lei nº 25, de 1937:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937, p. 1).

Nas cidades há prédios e monumentos que adquirem importância para o espaço urbano, conforme os significados que lhe são atribuídos, como resultado de processos de cunho histórico, social, cultural etc. São consideradas testemunhas do desenvolvimento do local em que estão inseridas, portanto, atribui-se valores especiais a essas obras, passando a considerá-las patrimônio cultural.

Com o tempo começamos a entender patrimônio histórico e artístico como patrimônio cultural, termo que unifica e designa esses bens, considerando toda produção humana como bem cultural. O Centro Histórico de Porto Alegre, segundo Morigi (2015), é o local com a maior concentração de prédios tombados pelo patrimônio histórico. O tombamento ocorre quando passa a figurar na relação de bens culturais com importância histórica, artística ou cultural reconhecida por algum órgão municipal, estadual ou federal que tem essa atribuição e se tornam patrimônios públicos.

Diversos fatores sociais, políticos e culturais concorrem para a definição do que seja o patrimônio cultural de um povo, de uma nação, de uma comunidade, sendo que seu conceito é bastante recente e resultado de lutas por valorização social de grupos antes invisíveis, passando a incluir a definição de patrimônio imaterial. Esses bens adquirem diferentes significações, conforme o grupo e o período histórico considerado, e passam a fazer parte das representações da coletividade a respeito de si mesma, isto é, podem representar sua identidade e sua memória. Para Morigi (2015), as informações produzidas sobre a cidade e seus patrimônios são fundamentais para entendermos a multiplicidade de representações sobre ela, caracterizando-a como produtora de informações sobre si mesma. Permitem também que nos perguntemos por que só uma representação se torna hegemônica, entre outras que teriam sido possíveis de serem construídas.

O elemento da cidade que é de suma importância para a pesquisa é a da praça, que com certeza é um dos locais mais ricos na interação entre a comunidade e sem dúvida é importante na história de uma cidade. Abreu (1998) lança a seguinte pergunta: “será então impossível recuperar a memória de uma cidade?” (1998, p. 86). Como resposta, o autor conta que sim, e que não. Sim, pois é impossível recuperar todas as memórias de um local em sua totalidade, principalmente em se tratando de uma memória coletiva. Isso, ao mesmo tempo, não quer dizer que seja impossível resgatar muitas das memórias de uma cidade, ao contrário, este trabalho deve ser visto como fundamental, pois é por meio da recuperação das memórias coletivas – materializadas no espaço ou em documentos – e da preocupação constante em registrar as memórias

ainda vivas, que poderemos reconstruir muito do passado, eternizando o presente e garantindo, às gerações futuras, um conjunto de memórias importante para a identidade desta comunidade. Para isso, o autor faz um alerta: “é importante que, no momento certo, saibamos sair da seara fluida e insegura das memórias e que ingressemos nos campos mais seguros da história e da geografia” (ABREU, 1998, p. 87), ou seja, após a coleta desta memória, é necessária sua reflexão e análise mais aprofundada dos acontecimentos políticos, sociais, econômicos, entre muitos outros, que influenciam nosso cotidiano e, assim, compreender os atravessamentos que circundam tais memórias, de forma séria e responsável.

A praça é uma das aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si. Coexistem, em qualquer momento do tempo, inúmeras memórias coletivas. Ao eternizarem-se em registros permanentes, essas memórias urbanas não perdem seu caráter específico, sua vinculação ao grupo ou classe que as produziu. Abreu (1998) deixa bem claro algo importante a se considerar: nem todas as memórias coletivas urbanas conseguiram ser registradas, e isso deve ficar claro sempre. Muitas se perderam no tempo, fazendo os vestígios do passado que subsistiram na paisagem ou nas instituições de memória sejam apenas fragmentos das memórias coletivas que a comunidade produziu. E fragmentos muito especiais, pois estão geralmente ligados a estruturas de poder.

No caso dos prédios da Praça da Matriz o patrimônio não pode ser estudado dissociado da cidade e do Estado, pois é um campo marcado pelo diálogo e a região como um todo é onde se realiza esse diálogo. Para Morigi (2015):

o patrimônio precisa ser considerado a partir do presente, resultante de seu tempo, transformado de acordo com a instabilidade da memória e dos interesses políticos que interferem em sua construção. As representações sobre o patrimônio refletem as tensões e os conflitos existentes entre os diferentes interesses de grupos sociais em disputa pelo poder na sociedade. As informações divulgadas sobre a cidade e seu patrimônio auxiliam na mediação dos sentidos construídos sobre ambos (p.5).

Alguns lugares, segundo o autor, possuem características singulares, que evocam sentimentos e lembranças, ficando no imaginário, devido aos significados atribuídos, tornando-nos sujeitos imprescindíveis na sua efervescência e visibilidade. O mesmo ocorre com os memoriais de cada organização que serão analisados. Os memoriais da Praça da Matriz de Porto Alegre auxiliam, enquanto mídia, na construção e no fortalecimento das representações de cada patrimônio.

É impossível narrar toda a história da Praça da Matriz, mas ao iniciar o estudo histórico encontramos elementos importantes para falar de memória, história e heróis organizacionais. A começar pelo meio da praça, um grande monumento que destaca a figura de um herói político; a disputa de poderes do passado, nesta que é conhecida como a praça dos poderes, por sediar importantes instituições públicas, e que figuraram no cenário atual de seus prédios; e o Positivismo, filosofia seguida durante muitos anos por alguns governantes e que foi – e ainda é – um grande influenciador na forma como a região enaltece suas memórias e seus heróis.

#### **4.1 Praça da Matriz: a praça dos poderes**

A transferência definitiva da capital do Estado Rio Grande do Sul para Porto Alegre deu-se em 24 de julho de 1773. Segundo Spalding (1967) uma missa festiva foi celebrada nas obras da Igreja da Matriz, cuja construção iniciara um ano antes, no mesmo local onde, em 1753, fora instalado um cemitério para os camponeses açorianos.

Nos anos de 1770, a Praça da Matriz era conhecida como Alto da Praia. Poucas eram as edificações que margeavam a área. Em 1780 concluem-se as obras da Igreja e em 1789 ganhava ela como ilustre vizinho, o antigo Palácio da Presidência. Um ano depois, terminam as obras da Casa da Provedoria da Real Fazenda, ao lado do Palácio, que mais tarde passou a abrigar a Assembleia Legislativa.

O século XIX trouxe vários fatos marcantes, como a Independência do Brasil – em 1822 -, e nesta época, a Praça da Matriz começava a ter cada vez mais novas construções e de grande importância para o Estado. As bandeiras do País e da Província passaram a dominar os mastros da área. Em 1818, foi concluído o aristocrático Casarão dos Câmara<sup>5</sup>, morada do primeiro Presidente da Província, Visconde de São Leopoldo, também patrono da imigração alemã, cujas primeiras levas de colonizadores chegaram em 1824.

Embora a Praça da Matriz reunisse as construções mais nobres da acanhada cidade à beira do rio, o logradouro não passava de um terreno despido, em declive acentuado, sulcado pela erosão, sem arborização, iluminação ou calçamento. Junto às fachadas dos prédios públicos, bruxuleavam quando

---

<sup>5</sup> É a residência mais antiga de Porto Alegre. Hoje, o casarão dos Câmara pertence à Assembleia Legislativa (situada nos fundos da atual sede do legislativo) e funciona como centro cultural. Referência em: <http://www2.al.rs.gov.br/dc/SolardosC%C3%A2mara/tabid/3269/Default.aspx> Acessado em 23 de abril de 2016.

muito alguns candeeiros alimentados com óleo de peixe ou de baleia. A primeira calçada para pedestres surgiu em 1846. Partia da Rua do Ouvidor (General Câmara) e subia perpendicularmente em direção ao Palácio, no topo. Dois anos mais tarde, o lado leste ganhou igual passarela de pedra, conectando às antigas Rua do Cemitério (Espírito Santo) até a Rua da Ponte (Riachuelo). (FRANCO, 1988, p. 15)

A vida cultural da província ganhou um espaço nobre em 1858, com a inauguração do Theatro São Pedro. Mas, segundo Franco (1988), o local começou a ser urbanizado, com planejamento da prefeitura apenas em 1865, quando recebeu o nome de Praça Dom Pedro II, em homenagem à visita do monarca a Porto Alegre, que para aqui viera comandar a defesa do Rio Grande do Sul contra a invasão paraguaia.

Em 1874, com a inauguração da Usina do Gasômetro, a Praça da Matriz recebeu postes de iluminação pública à gás, que formavam um círculo em torno do chafariz central. Em 1871, concluiu-se a construção do prédio apelidado de Forte Apache, na esquina da atual rua Jerônimo Coelho, para ser a sede da Assembleia Provincial, hoje o prédio sedia o Memorial do Ministério Público. Ao lado do Theatro São Pedro, foi construído um edifício gêmeo, destinado inicialmente a abrigar a Câmara Municipal e, mais tarde, o Tribunal de Justiça. Do outro lado era situado o antigo prédio da Bailante, em estilo neo-clássico, onde hoje eleva-se o edifício da Assembleia Legislativa. Esse lugar promovia festas e congregarmentos sociais de diferentes modalidades. Do lado leste, na esquina com a Rua Duque de Caxias, ficava o prédio da Intendência Municipal, que em 1901 deslocou-se para o Paço Municipal com a inauguração da sede atual da prefeitura – próximo ao Mercado Público de Porto Alegre. Foi também nos anos de 1870 que começaram a circular pela praça os bondes puxados por jumentos.

Com a Proclamação da República, em 1889, a praça passou a chamar-se Marechal Deodoro, denominação oficial que ainda hoje prevalece. Em 1896, foi lançada a pedra fundamental do novo Palácio do Governo, no mesmo lugar do antigo. A sede do poder transferiu-se então para o “Forte Apache”, onde ficou até 1921, com a inauguração do Palácio Piratini.

Em 1903, após projeto de urbanização da cidade, a praça ganha um novo contorno e o monumento Júlio de Castilhos (foto 1) em seu centro, que passa a ser o grande destaque e forte símbolo de uma época. A escultura em bronze, concebido por Décio Villares e fundido em oficinas na França, é dominado por uma alegoria feminina da República e em suas laterais, representa três fases da vida de Júlio de Castilhos: a juventude, ou fase da propaganda republicana; a maturidade, ou fase de



institucionalização do regime; e a velhice<sup>6</sup>, quando o chamado Patriarca converte-se no profeta dos republicanos gaúchos. Um dragão na base do monumento representa a ameaça da restauração monárquica e a oposição ao regime ditatorial de Castilhos e Borges de Medeiros. Anualmente, sempre no dia da morte de Castilhos, 24 de outubro, eram celebradas exéquias cívicas junto ao monumento. A prática foi abolida com a Revolução de 3 de outubro de 1930.

### Foto 2: Monumento Júlio de Castilhos



Fonte: do autor

Outro importante ponto, ressaltado na obra de Le Goff (1990), é que as classes mais poderosas não apenas construíram objetos mais duráveis, como foram também as criadoras das próprias instituições de memória, não raro estabelecidas exatamente para guardar as lembranças que aqueles que as instituíram consideravam importantes. Por essa razão, os documentos que se encontram nessas instituições, e que são também invariavelmente utilizados como fontes ou atestados de memória urbana, são eles também expressões de poder. Trazendo para o exemplo da Praça da Matriz, a história

---

<sup>6</sup> Importante ressaltar que Júlio de Castilhos morreu jovem, aos 43 anos de idade. Ou seja, esse mito do velho profeta é uma invenção para fortalecer ainda mais o Castilhismo, movimento inspirado no Comtismo, da qual fazia August Comte o profeta do Positivismo.

nos mostra que antes do monumento Júlio de Castilhos existia outra estátua na praça, que retratava a figura do Conde de Porto Alegre - Manuel Marques de Sousa -, que representava para muitos, a figura da monarquia. A retirada dessa estátua e a inauguração de um monumento que retrata a figura heroica de Júlio de Castilhos, no mesmo local, simboliza a força e o poder do Partido Republicano Rio-grandense na época e demarca o fenômeno do castilhismo, muito presente em diversos locais da cidade, inclusive nessa que representa a praça dos grandes poderes do Estado.

É através das representações sociais, que se manifestam as relações simbólicas, as hierarquias, as posições sociais e são construídas as identidades de um grupo. Segundo Morigi e Semensatto (2012), “as representações circulam em torno das instituições, dos símbolos e dos arquétipos, intervindo na vivência e na prática, formando parte destas, mas sem dominá-las” (p. 185). Investigar a articulação entre memória e representações sociais é importante para a compreensão da construção dos sentidos, dos monumentos e dos documentos que servem como suporte para a história institucionalizada dos memoriais da Praça da Matriz.

A cidade em que vivemos é formada pela sobreposição de épocas, formas arquitetônicas de períodos diversos, fragmentos que se entrelaçam, compondo a trama por onde transitamos distraídos. Ao conhecer sua história, nosso olhar se torna mais atento. A Praça da Matriz se consolidou como o centro cívico, cultural e religioso dos gaúchos. Tem sido há décadas o destino de passeatas e manifestações populares, cuja concentração final se dá em frente ao palácio do Governo, da Assembleia ou da Justiça. Da mesma forma, para lá tem convergido há quase um século e meio a vida artística, cultural e religiosa de Porto Alegre.

Caldeira (2007), por meio de tese de doutorado, faz uma apresentação sobre a gênese no território brasileiro e a importância da formação da praça, tendo como ponto de partida a chegada dos portugueses e o processo de colonização implementado, assim como suas transformações históricas, em sintonia com o desenvolvimento político da Nação: “Denominações como Praça da Matriz, Terreiro de Jesus, Largo do Carmo, Praça da Sé, indicam a diversidade de praças religiosas que constituíram nossa paisagem urbana”. (CALDEIRA, 2007, p. 81)

A autora percorre a história, desde a Antiguidade das civilizações greco-romana – que já ostentavam monumentos e homenagens aos seus reis e imperadores - buscando os principais elementos de formação desse espaço tão importante para as cidades.

Diversos são os campos disciplinares que estudam a praça como espaço coletivo, comum ou público. Muitos são os trabalhos na Arquitetura, encontramos alguns na Sociologia, e pensando como espaço coletivo, o termo “praça” engloba questões socioculturais que podem sim ser discutidas na Comunicação, uma vez que representa o lugar do encontro, onde se desenvolve a vida social, e o espaço de identidade, onde os grupos sociais se reconhecem e onde existe a possibilidade de trocas. O termo envolve também uma questão política, pois, segundo Caldeira (2007), a imagem da cidade forma-se a partir da relação dos habitantes com seus espaços públicos.

Além das feiras, festas, procissões e representações teatrais, outra atividade ocupava o espaço da praça: os julgamentos e as execuções públicas. Para além de um espaço de sociabilidade, a praça era o lugar onde se demonstrava o poder das leis.

O Estado, contrapondo-se ao poder religioso, marca sua entrada oficial na cidade com a instalação do pelourinho. Diante da necessidade de estabelecer mecanismos de controle no regime escravocrata, criou-se um espaço onde se realizavam punições públicas, em que os condenados, amarrados, ficavam expostos à execração pública. A praça novamente será escolhida, na maior parte das cidades coloniais, como o local de instalação do pelourinho. (CALDEIRA, 2007, p. 83)

O processo de formação da praça brasileira está diretamente ligado aos princípios urbanísticos da tradição portuguesa utilizados na colonização da América. Estudando o urbanismo português e sua influência ultramarina, Teixeira (2001) identifica a existência de padrões que aparecem na “estrutura global da cidade”. Esses padrões estão presentes desde a escolha topográfica dos sítios e do traçado implementado, até a constituição dos elementos morfológicos – quarteirões, lotes, ruas, praças -, resultando em certa composição arquitetônica.

Essa escolha foi utilizada para a formação da Praça da Matriz de Porto Alegre: era o local mais alto do centro, de onde se via o porto à beira do Guaíba, numa região de fácil visão da antiga região central. Entretanto, hoje antigos casarões deram lugar a prédios altos e o Guaíba já não é mais visto do alto da praça.

Com tantas mudanças na paisagem, novos tempos despertaram também a consciência quanto à preservação da memória da cidade. Foram restaurados o Theatro São Pedro nos anos 70 e 80, o Solar dos Câmaras (a residência mais antiga de Porto Alegre, hoje centro cultural da Assembleia Legislativa) e o Palácio Provisório (hoje o Memorial do Ministério Público do RS), transformando-se em espaços de cultura e memória. Hoje convivem na Praça da Matriz registros arquitetônicos que expressam a

trajetória da arquitetura, das artes e da história do pensamento humano, e claro, até hoje uma memória viva na praça e arredores: a do Positivismo. A seguir, alguns pontos importantes sobre a capital do RS, que está entre as cidades de maior influência deste movimento francês no mundo.

#### **4.2 A memória do Rio Grande do Sul: um Estado positivista**

São inúmeras as memórias políticas, econômicas e sociais do Rio Grande do Sul desde que o território era uma capitania (1807 – 1821), passando pela denominação de Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, durante o período imperial brasileiro (1821 – 1889). Durante o século XIX, a região esteve em permanente estado de guerra, como bem relata Love (1975). Entre 1835 e 1845 seu território foi objeto de cisão do restante do Brasil, constituindo-se a República Rio-Grandense na revolta conhecida como Guerra dos Farrapos, movimento que durou dez anos, voltando-se a integralizar-se com o restante do país num acordo de paz. Teve os limites territoriais acertados com o Uruguai pela última vez em 1850. Com a proclamação da República brasileira em 15 de novembro de 1889, viria a se tornar o atual estado do Rio Grande do Sul. Logo depois, em 1893, outro conflito: a Revolução Federalista, uma guerra civil entre os federalistas, grupo opositor a Júlio de Castilhos, então presidente do Estado. Esse grupo tinha como objetivo conquistar uma maior autonomia e descentralizar o poder da então recém-proclamada República (FRANCO, 1988). Durou até agosto de 1895 e foi vencida pelos seguidores de Júlio de Castilhos<sup>7</sup>, um governo ditatorial conhecido pelo enorme derramamento de sangue. A política não era o diálogo, mas a força bruta aos que eram contrários ao seu governo.

No cenário dessa disputa política, a capital: Porto Alegre, que tem como data oficial de fundação 26 de março de 1772, com a criação da Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, um ano depois alterada para Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. Em 24 de julho de 1773, Porto Alegre se torna a capital da capitania, com

---

<sup>7</sup> Júlio Prates de Castilhos nasceu e cresceu em uma estância gaúcha e estudou Direito em São Paulo, onde teve contato com as ideias positivistas de Auguste Comte. Depois de formado, retornou para sua terra e passou a escrever no jornal *A Federação*, atacando o Império, a escravidão e seu adversário político Gaspar Silveira Martins. Foi deputado constituinte em 1890-1891, e acreditava em uma fase ditatorial para consolidar a República e defendeu uma forte centralização do poder no ditador republicano. Foi um dos fundadores do Partido Republicano Rio-grandense, ao lado do liberal Assis Brasil e do conservador Pinheiro Machado. (FRANCO, 1988)

a instalação oficial do governo de José Marcelino de Figueiredo. Em 1821, ganhou o status de cidade pelo imperador Dom Pedro II. Devido a sua expansão, no século XX, Porto Alegre destacou-se entre as demais cidades do Rio Grande do Sul e projetou-se no cenário nacional. A demarcação geográfica era bem menor da que encontramos hoje e como é comum em qualquer cidade, a região central não é o centro geográfico, mas o centro histórico. É o local aonde se encontra o porto - que propiciou a vinda das famílias de imigrantes de diversos lugares -, assim como os prédios com os principais poderes de uma capital.

Sobre a memória política do Rio Grande do Sul uma importante influência foi o Positivismo<sup>8</sup>, iniciada por Júlio de Castilhos, que governou de 1891 a 1898. Segundo Love (1975), como muitos de sua geração, Castilhos era discípulo ardoroso de Augusto Comte: “o positivismo comtiano começara a penetrar no pensamento brasileiro na década de 1860 e, na época em que Castilhos chegou a São Paulo, fizera um número considerável de adeptos entre as escolas profissionais brasileiras” (p. 37 e 38). Ao todo, segundo o autor, foram 40 anos de governo positivista, que passou de Castilhos, Borges de Medeiros, Carlos Barbosa e Getúlio Vargas.

Embora não sendo membro do Apostolado Positivista, fundado por Miguel Lemos no Rio de Janeiro, Castilhos respeitava o comtismo “ortodoxo”, a Religião da Humanidade. Love (1975) explica que os membros da Igreja Positivista não podiam participar da política ativamente, inclusive não votavam. Com isso, Castilhos estava impossibilitado de exercer cargos públicos. Contudo não escondia sua adoração pela filosofia e, nos últimos anos de sua vida, deixou clara sua simpatia pela tendência religiosa do Positivismo.

Comte acreditava que os fenômenos históricos e sociais podiam ser reduzidos a um conjunto de leis científicas, e foi ele que alçou o termo “sociologia”. Via a História em desenvolvimento, através de três grandes estágios epistemológicos: o teológico, o metafísico e o positivo. (...) Comte, que conhecia e condenava o caos da revolução, colocava grande ênfase na ordem; com efeito, definia o progresso como ‘desenvolvimento da ordem’. Propunha, a partir daí, a preparação de uma classe de ‘sacerdotes’ positivistas para aconselhar e guiar os chefes de Estado no período de transição. (LOVE, 1975, p. 38)

---

<sup>8</sup> Tendo Auguste Comte como um de seus principais idealizadores, o Positivismo é uma doutrina filosófica, sociológica, política e religiosa. Surgiu como desenvolvimento sociológico do iluminismo, das crises social e moral do fim da Idade Média e do nascimento da sociedade industrial - processos que tiveram como grande marco a Revolução Francesa (1789-1799). Em linhas gerais, ele propõe à existência humana valores completamente humanos, afastando radicalmente a teologia e a metafísica (embora incorporando-as em uma filosofia da história). Assim, o Positivismo associa uma interpretação das ciências e uma classificação do conhecimento a uma ética humana radical, desenvolvida na segunda fase da carreira de Comte. (RODRIGUES, 2016)

O Positivismo defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. De acordo com os positivistas somente pode-se afirmar que uma teoria é correta se ela foi comprovada através de métodos científicos válidos. Os positivistas não consideram os conhecimentos ligados às crenças, superstição ou qualquer outro que não possa ser comprovado cientificamente. Para eles, o progresso da humanidade depende exclusivamente dos avanços científicos.

Castilhos extraiu do Positivismo a crença na forma de governo republicano e ditatorial: abraçou a fé de Comte pelo governo das classes conservadoras e defendeu fervorosamente a ordem como base do processo social. “Conservar melhorando” transformou-se no lema de Castilhos, que segundo Love (1975) pode ser corretamente interpretado como um conservador, mas seu interesse pelos elementos progressistas do positivismo não era simples artifício; a filosofia social de Comte forneceu a Castilhos e a sua geração uma versão paternalista e altamente racionalista do liberalismo do século XIX. Em particular, Castilhos e outros positivistas adotaram do filósofo as ideias de defesa das liberdades individuais e a condenação da escravidão, e suas exigências quanto à separação entre a Igreja e o Estado, à educação primária universal e à intervenção estatal para proteger os operários industriais.

Nas questões políticas, o governo aderiu fielmente aos preceitos de Comte em relação à conduta e à organização governamental. Ao insistir no equilíbrio orçamentário, no Executivo funcionando através de plebiscito, no Legislativo com poderes limitados à aprovação da receita e da despesa e na estrita separação entre o poder espiritual e o temporal. Love (1975), em importante passagem de sua obra, expõe que muitos políticos e intelectuais nacionais eram contrários ao Positivismo e à política ditatorial de Júlio de Castilhos, que na verdade conquistou muitos aliados e simpatia do povo mais por sua personalidade do que por suas crenças no Positivismo. O governador tinha uma forte arma ao seu lado, era editor - desde 1885 - de um dos principais jornais da época, A Federação, da qual fazia sua propaganda e a de seu partido.

Assim era o Rio Grande do Sul nos primeiros anos do século XX. Subdesenvolvido perante os padrões europeus e antidemocraticamente governado, dividia estas peculiaridades com os demais membros da Federação Brasileira. Castilhos havia construído uma máquina política assaz durável para sobreviver a uma guerra civil, comportando à organização do governo estadual. (p.112)

O Positivismo continuava a ser corrente dominante da vida intelectual da Capital. Para Love (1975) os positivistas tinham ampla influência nas novas faculdades, especialmente nas escolas militares e de Engenharia; esta última, efetivamente, foi fundada por três positivistas. Em 1897, fundou-se um grupo de estudo positivista em Porto Alegre e, em 1928, erguia-se uma igreja organizada pelos positivistas ortodoxos ou religiosos. A capela é uma das poucas do mundo projetada conforme descrição de Augusto Comte e situa-se na avenida João Pessoa, 1058, no bairro Farroupilha.

Após Castilhos, os governos de Borges de Medeiros, Carlos Barbosa e Getúlio Vargas (este último rompe com o Positivismo apenas na década de 30 quando assume a Presidência da República) continuam com a influência positivista, tanto na política quanto na arquitetura, com monumentos em tributos oficiais (como o da Praça da Matriz) e prédios públicos da capital gaúcha. A obra de Love (1975) destaca inclusive um retrato de Comte – ao lado dos de Borges e Castilhos – exposto na sala do diretor da Biblioteca Pública Estadual. Na fachada deste edifício, construído durante a administração de Barbosa Gonçalves (1903 – 1913) e inaugurado em 1922, encaixaram-se bustos dos “santos” de Comte – o anatomista francês Marie François Bichart, Aristóteles, Descartes, Frederico II, Shakespeare, Gutenberg, Dante, Carlos Magno, São Paulo e Júlio César.

Da herança do Positivismo, o mais importante era a intervenção do Estado na economia e na sociedade. Getúlio Vargas, por exemplo, teve um viés pragmático tanto em suas relações internacionais como nas políticas adotadas no interior do Brasil. Mostrou certa simpatia pelos integralistas, mas, no final, aboliu a Ação Integralista Brasileira, adotando algumas de suas ideias, especialmente o autoritarismo. Ele preferia um Estado sem partido a um Estado de partido único. Sempre soube manipular e navegar entre as agremiações políticas nacionais.

Essa influência do Positivismo no Rio Grande do Sul não ficou apenas na política. Hoje existem quatro templos positivistas no mundo: Chapelle de l'Humanité, em Paris; Templo da Humanidade, no Rio de Janeiro; Templo Positivista de Porto Alegre, em Porto Alegre; e Capela Positivista, em Curitiba. É nítido o fascínio que muitos tiveram por esta filosofia no Brasil, que influenciou os intelectuais do final do século XIX na proclamação da República, assim como o lema da bandeira brasileira, “Ordem e Progresso”. Outra influência que iremos ver a seguir é a do surgimento do primeiro museu no Rio Grande do Sul, chamado Museu Júlio de Castilhos.

### 4.3 O Positivismo como incentivador da memória

Após a elaboração de sua filosofia, Comte concluiu que deveria criar uma nova religião, pois para ele, as religiões do passado eram apenas formas provisórias da única e verdadeira religião: a religião positiva. Segundo Pereira (2006), para os positivistas, as religiões não se caracterizam pelo sobrenatural, pelos deuses, mas sim pela busca da unidade moral humana. Com isso, buscou-se na história elementos para fortalecer o surgimento de uma nova religião que apresenta um novo conceito do Ser Supremo, criando então a Religião da Humanidade.

Comte copiou quase tudo da Igreja Católica, arquitetura, rituais, sacerdócio, santos. Copiou, sobretudo, o culto à Virgem-Mãe. Mas introduziu uma grande alteração. Eliminou a ideia de transcendência, isto é, rejeitou a existência de um deus separado e distante da humanidade. Trouxe a religião para a Terra. O Deus para ele era a própria humanidade. O Deus era uma deusa, a Deusa Humanidade, palavra que ele grafava sempre com inicial maiúscula, representada por Clotilde de Vaux, escritora francesa, musa inspiradora de Auguste Comte e cofundadora da Religião da Humanidade.

A Religião da Humanidade possui como lema religioso a máxima: "O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim". Que inspirou a proclamação da república brasileira e o lema da bandeira nacional. Os positivistas religiosos acreditam na imortalidade subjetiva da alma, cultuando a memória dos mortos pelo legado que deixaram para a cultura humana: "Os vivos são sempre e cada vez mais governados necessariamente pelos mortos" é a máxima de Auguste Comte que se refere à "ordem humana". Quem vai ao templo pode lê-la logo no pórtico da Igreja e também em seu interior. No altar, a glorificação de treze grandes nomes que marcaram a história, uma espécie de apóstolos do Positivismo, cultuados através de seus bustos: Moisés (Teocracia Inicial), Homero (Poesia Antiga), Aristóteles (Filosofia Antiga), Arquimedes (Ciência Antiga), César (Civilização Militar), São Paulo (O Catolicismo), Carlos Magno (Civilização Católico-Feudal), Dante (Poesia Moderna), Gutenberg (Indústria Moderna), Shakespeare (Drama Moderno), Descartes (Filosofia Moderna), Frederico II (Política Moderna) e Bichat (Ciência Moderna), mais Heloísa de Argenteuil (freira e escritora, representante das "Santas Mulheres" ou "A glorificação feminina do Positivismo") a única mulher e ainda a que não representa instituições intelectuais como é o caso dos homens.



No Estado, Júlio de Castilhos tinha o desejo de fundar o museu do Rio Grande do Sul. Na época, não existia espaço museológico e acervo que ajudasse a reconstruir a história da região, com suas lendas, políticas, costumes e guerras. A máxima positivista em comprovar os fatos e cultivar o passado foi um grande influenciador para a fundação, no governo Borges de Medeiros, em 1903, do Museu do Rio Grande do Sul, denominado Museu Júlio de Castilhos, em homenagem a seu idealizador, e ex-governador, morto prematuramente, em decorrência a um câncer na garganta.

Foi a primeira instituição museológica do Estado<sup>9</sup> e, como era comum na época, seu acervo abrangia artefatos indígenas, peças históricas, obras de arte, coleções de zoologia, botânica e mineralogia. Dessa forma, buscava-se reunir objetos que representassem as características do Estado do Rio Grande do Sul, abarcando, assim, diversas áreas do conhecimento. Inicialmente, o Museu teve por sede dois pavilhões no Parque da Redenção, que haviam sido construídos para a primeira Exposição Agropecuária e Industrial do Rio Grande do Sul, realizada em 1901. Passando, em 1905, a ter como sede dois prédios localizados no Centro de Porto Alegre, próximo ao Palácio Piratini e à Praça da Matriz, na rua Duque de Caxias.

O prédio de entrada, número 1231, foi construído em 1887, era a casa de Júlio de Castilhos, que ali residiu até sua morte em 1903. Em 1905, a residência foi adquirida dos herdeiros pelo governo estadual para nele instalar o Museu do Estado.

Em 1909, o prédio sofreu a primeira reforma para adequá-lo à sua nova função. Outras reformas sucederam-se ao longo dos anos: em 1925, foram construídos novos cômodos no fundo do prédio original; na década de 1970, foi feita uma reforma geral. Este prédio foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) na década de 1980. Houve ainda, em 1997, a substituição do telhado e colocação do forro.

Mantendo seu perfil eclético, foram transferidos do Arquivo Público para o Museu, em 1925, os documentos relativos à história política, administrativa, eclesiástica e militar da antiga Capitania de São Pedro.

No início da década de 1950, com o avanço das ciências e da museologia, fez-se necessário constituir instituições específicas para cada área do conhecimento. Assim, foram criados o Museu de História Natural (atual Museu da Fundação Zoobotânica), o Museu de Arte (atual MARGS) e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Obras de

---

<sup>9</sup> Site do Museu Júlio de Castilhos: <http://museujuliodecastilhos.blogspot.com.br/p/historico-do-museu.html> acessado em: 04/03/2016.

arte, documentos e coleções zoológica, botânica e mineralógica foram transferidas do Museu Júlio de Castilhos para essas novas instituições. Dessa forma, o MJC passou a dedicar-se exclusivamente à guarda e conservação do acervo histórico de caráter regional.

O Positivismo influenciou a arquitetura atual da Praça da Matriz. No centro, o monumento Júlio de Castilhos, inaugurado em 1903, durante o governo Borges de Medeiros. Em Porto Alegre os principais poderes permanecem, curiosamente, ainda na mesma praça. As principais instituições do Estado estão reunidas na Praça Marechal Deodoro, local que reúne os memoriais organizacionais que serão descritos mais tarde.

Outro ponto importante a ser ressaltado é como a história é encarada para os positivistas. Segundo Birardi (2006), o Positivismo pregava a cientificação do pensamento e do estudo humano, visando resultados claros, objetivos e completamente corretos. Os seguidores desse movimento acreditavam num ideal de neutralidade, isto é, na separação entre o pesquisador e o autor e a obra. Ao invés de mostrar as opiniões e julgamentos de seu criador, retrataria de forma neutra e clara uma dada realidade a partir de seus fatos, mas sem a análise. Os positivistas acreditam que o conhecimento se explica por si mesmo, necessitando apenas de documentos que o comprovem.

Esse ponto de vista influencia também o modo como a história é vista para os positivistas, pois só são válidos materiais concretos e documentos por si só, diferente da visão atual que exige uma interpretação de acordo com o contexto histórico, geográfico, social, político, cultural, para que possa entender os fatos do passado, pois nem todos os documentos são fontes reais e verdadeiras como prega o Positivismo. Esse pensamento anula, por exemplo, a história oral e outras fontes ricas de estudos para a história. Com isso, pode-se inclusive dizer que o Positivismo reduz o papel do homem enquanto ser pensante, crítico, para um mero coletor de informações e fatos presentes nos documentos, capazes de fazer-se entender por sua conta.

Vale lembrar que tanto o Museu Júlio de Castilhos quanto os memoriais da Praça da Matriz, apresentam elementos do Positivismo, e o que mais chama a atenção para esta pesquisa, é a presença do herói. A figura humana e intelectual, uma espécie de santo salvador, alguém tão importante para a vida da organização que é sinônimo da instituição que a representa. O próximo capítulo tem o objetivo de desmembrar a origem e a complexidade da construção desses mitos, assim como sua criação dentro de uma empresa ou órgão público.

## 5 OS HERÓIS

A figura do herói está presente em todas as etapas da vida. O mito heroico, segundo Peluso (2015), é a evolução do ser humano, sendo um exemplo para que os jovens pudessem se inspirar, servindo como modelo educacional. Para Campbell (2009), eles seriam a busca do ser humano pela verdade, sentido e significado através dos tempos. Segundo Silva (2012), os indivíduos narram o mito heroico desde a Antiguidade, primeiro de forma oral e, depois, também, de forma escrita. Esses mitos são narrativas fantásticas difundidas pela memória popular ou pela tradição.

A etimologia da palavra herói vem de heros, do grego, que significa aquele que faz suas ações para o bem do próximo. A partir dessa definição, Peluso (2015) nos explica que além de bravura e coragem, um ato é reconhecido como genuinamente heroico quando a pessoa desempenha ou toma determinada atitude de modo altruísta, ou seja, sem motivos egoístas ou que envolvam o seu ser, mas apenas o bem-estar ou segurança de terceiros. De acordo com a mitologia grega, os heróis eram vistos como semideuses, figuras míticas que se destacavam por serem supostamente filhos de um deus com um mortal.

O herói, nas palavras de Campbell (2007, p. 28), “é o homem ou a mulher que conseguiu vencer suas limitações históricas pessoais e locais e alcançou formas normalmente válidas, humanas”. Esse herói teria duas tarefas. Em primeiro lugar, deve se retirar da “cena mundana” e iniciar sua jornada para combater os “demônios infantis de sua cultura local” (CAMPBELL, 2007, p. 28). Sua segunda tarefa seria retornar ao seu meio e ensinar o que aprendeu.

Dentre os mitos conhecidos, o do herói é o mais comum. Pode ser encontrado na mitologia clássica da Grécia e de Roma, na Idade Média, no Extremo Oriente e entre tribos primitivas contemporâneas. Para Peluso (2015), falar de heróis é falar de nós mesmos, pois sempre buscamos a identificação com essas figuras. A função sociológica dos mitos é aquela que dá suporte e valida a ordem social. Conforme entrevista concedida por Campbell (2009, p. 8) em 1985 e 1986 a Moyers, o “herói simboliza nossa capacidade de controlar o selvagem irracional dentro de nós”. Baseado em estudos da mitologia e do inconsciente de Carl Jung, Campbell desenvolveu o conceito de que todos os heróis percorrem uma mesma jornada de vida, que pode ser dividida em

várias etapas, mas permanece inalterada tanto nos mitos gregos quanto em Cristo ou Buda. Essa jornada do herói pode ser encontrada em todo tipo de história, mesmo naquelas que não mostram aventura e feitos extraordinários. Para Vogler (2009), o protagonista de qualquer narrativa é o herói de uma jornada.

Na história da humanidade, sempre existiu a história oral que conta a história de algum herói, sendo passada de geração em geração, por milhares de anos. Mais tarde, com o surgimento da escrita, essas histórias vão sendo consagradas de forma documental resistindo ao tempo e com menor chance de distorções conforme sua criação inicial.

Segundo Silva (2012), em um primeiro momento, os registros de sagas de contos heroicos eram feitas por meio de desenhos que visavam reproduzir, de forma simplificada, a saga do herói, desde o seu nascimento, sua batalha, seu retorno e triunfo final. Esse tipo de escrita é usualmente conhecido como pictórica ou hieroglífica. Com o passar do tempo, os sistemas de escrita foram ganhando maior complexidade quando os símbolos passaram a representar sons.

Importante perceber que mito não é sinônimo de herói, muitas vezes encontrados como sinônimos em algumas literaturas. Silva (2012) esclarece que mitos são narrativas fantásticas, de caráter simbólico ou religiosos, sobre divindades, heróis ou elementos da natureza, difundidas pela memória popular ou pela tradição. A mitologia por sua vez refere-se ao estudo ou análise de tais mitos. Para Moyers (CAMPBELL, 2009), os mitos são a busca do ser humano pela verdade, sentido e significado através dos tempos. Seria uma tentativa da humanidade de compreender sua vida. Campbell (1997) ressalta que a criação dos mitos está intrínseca a vida dos seres humanos, pois em todas as sociedades do mundo encontramos diversas histórias, todas com a presença marcante do herói, grande protagonista de uma jornada que será exemplo como figura ideal a partir de seus feitos, poderes e virtudes.

Para Campbell (2009), existem dois tipos diferentes de mitologia: há aquela que relaciona a pessoa com a própria natureza e com o mundo natural, da qual ela é parte; e há a mitologia estritamente sociológica, que liga a pessoa a uma sociedade em particular. O mesmo autor considera que os mitos têm quatro funções:

Função mística: mostra o mistério e as maravilhas do universo; função cosmológica: preocupa-se com a forma do universo, em como as coisas funcionam. A ciência se ocupa dessa dimensão; função sociológica: quando o mito dá suporte e valida a ordem social; função pedagógica: acontece

quando os mitos são usados para ensinar a “viver uma vida humana sob qualquer circunstância” (CAMPBELL, 2009, p. 32).

Já Jung (2008) considera que os mitos surgiram com os primeiros contadores de histórias, que compartilhavam seus sonhos e emoções, provocando a imaginação dos ouvintes. Esses contadores teriam sido os precursores dos poetas e filósofos. Num primeiro momento, não havia o interesse de saber a origem de suas fantasias, uma preocupação que surgiu muito mais tarde. Para Campbell (2009), os mitos sempre existiram: “As religiões, filosofias, artes, formas sociais do homem primitivo e histórico, descobertas fundamentais da ciência e da tecnologia e os próprios sonhos que nos povoam o sono surgem do círculo básico e mágico do mito” (2009, p. 15).

Os mitos se manifestam em narrativas populares, folclóricas e religiosas – e até no mais despretensioso conto de fadas narrado para uma criança dormir. O homem moderno é uma “curiosa mistura de características adquiridas ao longo de uma evolução milenária”, segundo Jung (2008, p. 121), da qual os mitos são parte.

Peluso (2015) ressalta que a vida é toda simbólica e a mitologia é totalmente construída por símbolos. Para Jung (2008), existem os símbolos naturais e os símbolos culturais. Os primeiros são derivados dos conteúdos inconscientes da psique. São a matéria prima dos psicanalistas interessados em símbolos. Já os símbolos culturais são empregados para expressar verdades absolutas, especialmente pelas religiões. O papel de símbolos religiosos, como a cruz seria o de dar significado à vida do homem. “Não foi o homem-Jesus que criou o mito do homem-deus: ele já existia muitos séculos antes de seu nascimento” (JUNG, 2008, p. 112).

Tanto Jung (2008) quanto Campbell (2009) concordam que os símbolos da mitologia não podem ser fabricados, inventados, nem ordenados ou suprimidos. “Esses símbolos são produções espontâneas na psique e cada um deles traz em si, intacto o poder criador de sua fonte” (CAMPBELL, 2009, p. 16).

Um símbolo marcante do herói, segundo Peluso (2015), é de que ele apresenta sempre uma arma, um superpoder. Segundo a autora, a força e a virtude desses heróis acabam sendo também suas armas e que auxiliam a conduzir a jornada e vencer suas batalhas, resolvendo, assim, os problemas da vida.

Henderson (2008, p. 142) concorda com Campbell (2009) de que os mitos se constroem por meio de mesmo modelo, mesmo quando desenvolvidos em povos diferentes. Para exemplificar, ele cita uma das peculiaridades presentes nas jornadas

heroicas: a presença de figuras tutelares – ou guardiões – que lhes permitem realizar as tarefas sobre-humanas que lhes seriam impossíveis realizar sozinho.

Vários são os arquétipos encontrados na mitologia. Para Jung (2008), arquétipo é um conjunto de imagens psíquicas presentes no inconsciente coletivo que seria a parte mais profunda do inconsciente humano. São herdados geneticamente dos ancestrais de um grupo de civilização, etnia ou povo. Silva (2012) explica que os arquétipos correspondem ao conjunto de crenças e valores comportamentais básicos do ser humano e podem se manifestar nas crenças religiosas, mitológicas ou no comportamento inconsciente do indivíduo.

As imagens simbólicas manifestadas por meio de fantasias provêm do que Jung (2008) chamou de “inconsciente coletivo”, que seria a herança psicológica comum da humanidade que vem sendo transmitida desde sempre. Os contos de fadas e os mitos seriam como os sonhos de uma cultura inteira, brotando desse inconsciente coletivo. Para Vogler (2009), os mesmos tipos de personagens – ou arquétipos – parecem ocorrer, tanto na escala pessoal como na coletiva.

Os arquétipos se manifestam de maneira constante através dos tempos e das culturas. “A universalidade desses padrões é que possibilita compartilhar a experiência de contar e ouvir histórias” (VOGLER, 2009, p. 70). No mito do herói, por exemplo, há arquétipos recorrentes: o herói que parte para a aventura, o arauto que o incentiva, o velho sábio com dons mágicos, os guardiões de entradas que precisam ser atravessadas, companheiros de viagem que se transformam, vilões e brincalhões.

Nos contos de fadas, os arquétipos aparecem nos personagens como o lobo, o caçador, a mãe boa, a madrasta má, a fada-madrinha, a bruxa, o príncipe e a princesa. Para Vogler (2009), embora existam centenas, os arquétipos básicos são: herói, mentor, guardião do limiar, arauto, camaleão, sombra, pícaro.

Dentre os muitos arquétipos presentes na mitologia, o do herói é aquele que representa a busca do ser humano por “identidade e totalidade do ego” (VOGLER, 2009, p. 76). Os heróis apresentam qualidades com as quais se busca identificação. “Eles são movidos por impulsos universais como o desejo de ser amado e compreendido, de ter êxito, e sobreviver, de ser livre, de obter vingança, de consertar o que está errado, de buscar auto expressão” (2009, p. 77).

Jung (2008, p.98) diz que o mito universal do herói refere-se sempre a um homem ou homem-deus poderoso que vence o mal, apresentado na forma de dragões, serpentes, monstros, demônios etc. O herói livra seu povo da destruição e da morte.

Segundo Campbell (2009, p. 137), existem dois tipos de heróis. O primeiro é aquele que se prepara “responsavelmente e intencionalmente para realizar proezas”. Vogler (2009, p.83) os define como decididos, ativos, loucos por aventura, que não têm dúvidas, são naturalmente automotivados. Um exemplo clássico desse herói é Hércules, semideus, filho de Zeus, o grande herói da mitologia grega. A segunda espécie é o herói que é lançado à aventura – não era sua intenção, mas de repente se vê enfrentando os maiores desafios. “É o tipo de aventura em que o herói não tem ideia do que está fazendo, mas de repente se surpreende num mundo transformado” (CAMPBELL, 2009, p. 137). Para Vogler (2009), estes são cheios de dúvidas e hesitações, passivos, que precisam ser motivados ou empurrados por forças externas para se lançarem na aventura. Como exemplo para este segundo tipo de herói podemos citar Aquiles, que se vê sem saída, e abandona tudo para ir a guerra de Tróia, graças ao conselho de Tétis, sua mãe.

### **5.1 A jornada do herói**

A expressão “Jornada do Herói” refere-se a um conjunto de conceitos descritos por Joseph Campbell no livro “O herói de mil faces”, lançado originalmente em 1949, nos Estados Unidos. Baseado em estudos da mitologia e nos textos psicanalíticos de suíço Carl G. Jung, Campbell (1997) defende que todo herói da humanidade, seja Jesus Cristo, Buda ou um herói da mitologia grega, percorre uma semelhante jornada de vida, que pode mudar na forma, mas permanece constante na essência. A essa constância, Campbell deu o nome de monomito, ou de mito único, que é um conceito de jornada cíclica, onde a aventura do herói pode ser dividida em três estágios: a partida; a iniciação; e o retorno. Assim, desde sempre, os mitos lidariam de forma semelhante com assuntos como o amadurecimento do indivíduo, sua chegada à idade adulta, a maturidade e a morte.

A tarefa do herói atual, segundo Campbell (1997), mudou. O surgimento do indivíduo com autodeterminação, a invenção da máquina movida a motor e o desenvolvimento do método científico de pesquisa “transformaram a tal ponto a vida humana que o universo intemporal de símbolos, há muito herdado entrou em colapso” (1997, p. 372). Para o autor, o indivíduo moderno que tem a coragem de atender ao chamado não pode esperar que sua comunidade rejeite “a degradação gerada pelo orgulho, pelo medo, pela avareza racionalizada e pela incompreensão santificada”

(1997, p. 376). Campbell finaliza seu livro alertando que não é a sociedade que deve salvar e orientar o herói criativo; deve ocorrer justamente o contrário.

Para Vogler (2009), os estágios da Jornada do Herói podem ser encontrados em todo tipo de história, mesmo naquelas que não mostram aventuras ou ação física “heroica”. Para o autor, o protagonista de qualquer narrativa é o herói de uma jornada, mesmo que seu caminho só o conduza para dentro de sua própria mente ou para o reino das relações entre pessoas.

A teoria da Jornada do Herói é muito utilizada em roteiros de cinema, seriados e, também, dentro das empresas como ferramenta de motivação e organização de metas para executivos. Joseph Campbell, embora um estudioso aguçou o interesse de canais de televisão nos anos 70 e 80, principalmente por ter admiradores notórios, como George Lucas, que seguiu todos os estágios da Jornada do Herói nos roteiros de Guerra nas Estrelas. Realizou entrevista e foi protagonista de documentários cujo tema central era o interesse no estudo pelos heróis e suas semelhanças em diversos mitos ao redor do mundo.

Toda jornada tem começo, meio e fim e Campbell (1997) explora cada fase da jornada, destacando elementos como paciência, observação e saber identificar os aliados e os chamados dragões, ou inimigos. A Jornada do Herói possui estágios e Campbell (1997) destaca dezessete como principais, sendo dividida em 3 partes: a partida, a iniciação e o retorno. Vogler (2009), muitas décadas depois redefiniu a jornada do herói para adequá-las ao herói comum, ou o chamado herói cotidiano. Embora tenha mantido as três fases originais, as quais chamou de atos, reduzindo para doze etapas, apresentadas a seguir. (1) A Partida: a) Mundo Comum (o mundo do herói antes da história começar. Após, o herói é deslocado de seu mundo cotidiano para um mundo novo e estranho); b) O Chamado da Aventura (o herói é apresentado a um problema:, um desafio ou a aventura); c) Recusa do Chamado (o herói recusa ou demora a aceitar o desafio ou aventura, geralmente porque tem medo); d) Encontro com o mentor ou Ajuda Sobrenatural (o herói encontra um mentor que o faz aceitar o chamado e o informa e treina para sua aventura). e) Cruzamento do Primeiro Portal (o herói abandona o mundo comum para entrar no mundo especial ou mágico). (2) A Iniciação: f) O caminho de provas (o herói enfrenta testes, encontra aliados e enfrenta inimigos, de forma que aprende as regras do mundo especial); g) Aproximação (o herói tem êxitos durante as provações); h) Provação difícil ou traumática (a maior crise da aventura, de vida ou morte); i) Recompensa (o herói enfrentou a morte, se sobrepõe ao seu medo e agora



ganha uma recompensa (o elixir). (3) O Retorno: j) Caminho de Volta (o herói deve voltar para o mundo comum); (l) Ressurreição do Herói (outro teste no qual o herói enfrenta a morte, e deve usar tudo que foi aprendido); e m) Regresso com o Elixir (o herói volta para casa com o “elixir”, e o usa para ajudar todos no mundo comum).

Estes estágios são nada mais que as fases de nossas vidas, tanto profissional quanto pessoal, e nos passa uma mensagem de persistência e foco, em meio à fantasia e sofrimento da vida. Para Vogler (2009), os estágios da Jornada do Herói podem ser encontrados em todo tipo de história, mesmo naquelas que não mostram aventuras ou ação físicas do herói, ou seja, o protagonista de qualquer narrativa é o herói de uma jornada.

## 5.2 Mitos e heróis organizacionais

Na vida real enfrentamos cada etapa da nossa vida semelhante a jornada do herói, inclusive com a reprodução de alguns símbolos. Peluso (2015) afirma que sempre estamos vivendo os mitos, às vezes se sentindo “no inferno”, ora “no céu”, e constantemente usando expressões como “enfrentando dragões” ou “matando leões”, para expor nossa “luta” diária, nas dificuldades com a família, trabalho, que comprovam que os mitos são expressões simbólicas da realidade.

O mito existe também no campo empresarial. São diversas histórias de sucesso, crises, vitórias, derrotas e superação de uma organização. Ao mesmo tempo, surge uma figura essencial para a narração desse mito organizacional: a do herói.

Segundo Silva (2012), o surgimento dos primeiros executivos coincide com a criação das companhias mercantis europeias do século XVII. Todavia, foi no século XX que os executivos assumiram o posto de grupo fundamental e indispensável para o sucesso ou fracasso das empresas.

Embora os administradores já existissem na prática, o conceito de administradores de empresas começou a aparecer somente na metade do século XX. Peter Drucker diz que o gestor é o elemento que dá vida a qualquer negócio. “Sem sua liderança, os recursos da produção continuariam recursos sem se tornarem produção” (DRUCKER, 1995, p. 13). A qualidade dos gestores determina o sucesso e o fracasso da empresa. Drucker afirma que o surgimento da gestão foi fundamental para a história

econômica e que poucas vezes se viu um novo grupo emergir e se provar “tão indispensável tão rapidamente” quanto os gestores.

No topo da hierarquia dos executivos é encontrado o presidente, também conhecido pela sigla em inglês CEO Chief Executive Officer, e pelos sinônimos de líder, chefe, condutor e guia. A ascensão dos grandes administradores, ao longo do século passado, foi acompanhada como ciência pesquisada por nomes como Jules Henri Fayol, Henry Ford, Frederick Taylor e Peter Drucker. A evolução do papel do presidente de empresa acontece em paralelo ao desenvolvimento do conceito de administração. Quando Henry Fayol propôs em 1916 que o trabalho do executivo era planejar, organizar e controlar ele provavelmente não imaginava o poder que esses profissionais teriam 100 anos depois. “Pela hierarquia organizacional, presidente é a pessoa que ocupa o mais alto cargo de comando, possui o poder de dar a última palavra e é responsável pelas decisões mais críticas” (SILVA, 2012, p. 41).

Desde o início do século XX inúmeras revistas especializadas em negócios passam a divulgar a imagem de grandes heróis organizacionais. Esses veículos de comunicação ajudavam a fortalecer a ideia de que os executivos eram dotados de poderes especiais, como exemplo as revistas americanas Fortune (fundada em 1930), Forber (1917), Business Week (1929) e a brasileira Exame (1967). Nelas os gestores de empresas apareciam de diversas formas, como os salvadores de empregos e de dividendos de acionistas, tirando empresas da falência, investindo milhões, sendo recebidos por presidentes e ministros etc.

Chegar ao topo da hierarquia organizacional significa obter os símbolos de status e poder de alguém com capacidade para decidir o destino de pessoas e empresas. Segundo Silva (2012), alcança o imaginário coletivo de herói corporativo, aquele que venceu todos os obstáculos rumo ao sucesso.

Muitos são os exemplos de mitos fundadores, alguns deles já foram amplamente estudados em cases com essa temática, como: John Rockefeller, da Standard Oil; Henry Ford, da Ford; Bill Gates, da Microsoft; e Steve Jobs, da Apple.

Para Freitas (1991, p. 30), “é bastante comum encontrarmos uma relação quase direta entre organizações bem-sucedidas e seus heróis”. A autora ressalta, contudo, que as empresas estatais não possuem os mitos fundadores claramente como as empresas privadas. Essa é a diferença entre o mito fundador e os heróis organizacionais, figuras que “vão sendo construídas em momentos de conjugação de forças significativas” (FLEURY, 1987, p. 10).

Nas práticas das organizações, os heróis são personagens vivas ou mortas, reais ou imaginárias, que servem de referência para os membros da organização. Para Freitas (1991) existem dois tipos de heróis, os natos e os criados. Na primeira categoria, geralmente estão os mitos fundadores, ficam muitas décadas a frente da organização, são a personificação da instituição da qual fazem parte, simbolizando a organização para o mundo exterior. Já os heróis criados estão, geralmente, relacionados com personagens da história da organização que venceram desafios e assumem papel de destaque durante algum período.

Há muito tempo que as histórias desses heróis estão sendo contadas e são objetos de exemplos nas universidades e fonte de inspiração para jovens, que buscam o sucesso econômico e que encontram na figura desse herói um estímulo de que é possível alcançar. Nas últimas décadas, inúmeros memoriais e museus empresariais foram inaugurados, e é possível perceber as narrativas dos heróis desses lugares. Ao ser contada a história profissional, os indivíduos reconhecem experiências, muitas vezes fragmentadas, e assim, criam uma carreira subjetiva, entrelaçando fatos a partir dos materiais disponíveis (objetos, fotos antigas, documentos, recortes de jornais etc).

Das histórias sobre os atos de coragem, nascem esses heróis, que personificam os valores e proveem modelos de comportamento para os demais. Faz parte do modelo da comunicação organizacional divulgar tanto internamente esse herói, quanto para o público externo, pois ele faz parte da memória institucionalizada.

A partir do entendimento do campo simbólico que ajuda a construir a figura do herói organizacional, visto nesse capítulo, a pesquisa segue sua lógica, agora voltada para os memoriais da Praça da Matriz de Porto Alegre. Diferentes significados podem aparecer dentro das exposições, assim como as relações de poder entre as salas e objetos com distintas representações que fazem o olhar do público destacar alguma história ou não perceber algo tido como menos importante para a curadoria e silenciar alguma fase do passado. Com foco nos heróis de cada um desses espaços, o próximo capítulo apresenta os procedimentos metodológicos, assim como as categorias de análise, e a descrição de cada memorial, seguido da análise do herói organizacional de cada local.

## 6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ter um espaço destinado à memória das organizações é um fenômeno que pode ser explorado ainda mais pelos pesquisadores da comunicação, principalmente com o auxílio de diversos olhares interdisciplinares. Há uma tendência em mostrar os valores organizacionais através da memória. Para isso, utiliza-se de uma narrativa com emoção e com figuras que personificam os valores e solidificam a força da empresa.

Os memoriais organizacionais são fenômenos recentes e, na Praça da Matriz de Porto Alegre, encontramos um lugar cercado de poderes simbólicos, onde a história é um suporte para afirmar o discurso da importância desses locais no Rio Grande do Sul, com seus feitos como instituição, destacando assim alguns personagens pela qual foram destacados e são exemplos de superação e força da organização.

A presente pesquisa trata de uma estudo qualitativo baseado em narrativas de quatro memoriais organizacionais da Praça da Matriz de Porto Alegre e como são apresentadas as figuras dos heróis em cada um deles. A definição da amostra são apenas os memoriais, com exposições permanentes sobre a história organizacional, da qual chegamos no número de quatro. São elas, por ordem de inauguração: Memorial do Ministério Público do RS; Memorial Theatro São Pedro; Memorial do Legislativo do RS; e Memorial do Judiciário. Os heróis e heroínas de cada um deles são, respectivamente: Sophia Galanternick; Eva Sopher; Getúlio Vargas; e os arquitetos Carlos Maximiliano Fayet e Luís Fernando Corona.

Toda pesquisa acadêmica busca respostas para perguntas e, para isso, emprega processos científicos ao longo da investigação. As questões que norteiam esta pesquisa são: Que diferentes relações se estabelecem entre as organizações ao entorno da Praça da Matriz de Porto Alegre através de seus heróis? Esses heróis são personificações da organização e conseguem representar a instituição da qual pertencem? Para isso, é necessário adotar etapas ordenadas para que se alcance a resposta do que a pesquisa propõe desvendar.

Este capítulo tem por objetivo expor os procedimentos metodológicos utilizados para responder ao objetivo principal desta pesquisa: compreender como os memoriais

da Praça da Matriz constroem sua importância institucional para o Estado do RS através de seus heróis organizacionais.

Esta é uma pesquisa de natureza descritiva, pois tem como principal objetivo descrever características de determinado fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Segundo Gil (2007), descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos.

Os procedimentos metodológicos consistem em diferentes métodos a fim de alcançar os objetivos propostos no estudo. Conforme afirma Braga (2011, p.6), “o trabalho metodológico corresponde, na pesquisa empírica, a pôr tais elementos abstratos a serviço de um problema-eixo, voltado para efetivas descobertas”. A metodologia adotada para a realização da pesquisa é composta pela Pesquisa Bibliográfica (STUMPF, 2006), Estudo de Caso (YIN, 2005), Pesquisa Documental (MOREIRA, 2005), Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) e suas derivações.

Assim, inicialmente no decorrer do processo investigativo, a pesquisa bibliográfica serve de embasamento teórico ao estudo, que é um dos fundamentos básicos da pesquisa, como sugere o autor. Foi necessário pesquisar em outras áreas do conhecimentos conceitos como memória, história, heróis, heróis organizacionais e a história da Praça da Matriz e seu protagonismo como local de poder e decisões na capital do Rio Grande do Sul, para se chegar às respostas desejadas.

A etapa da visita e descrição é chamada de pesquisa descritiva, que exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). O estudo de caso é um exemplo claro de pesquisa descritiva. Para os autores, o estudo de caso constitui-se numa modalidade de pesquisa, especialmente indicada, quando se deseja capturar e entender a dinâmica da vida organizacional.

Estudo de caso “constitui-se numa modalidade de pesquisa, especialmente indicada, quando se deseja capturar e entender a dinâmica da vida organizacional” (GODOI, MELLO & SILVA, 2010, p. 127). Problemas de pesquisa que geram estudos de caso podem surgir de situações cotidianas, ou seja, são identificados a partir do desejo do pesquisador de explicar alguma situação a partir da prática.

Um estudo de caso é uma investigação empírica que: investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas. Novamente, embora os estudos de casos e as pesquisas históricas possam se sobrepor, o poder diferenciador do estudo é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações - além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional. Além disso, em algumas situações, como na observação participante, pode ocorrer manipulação informal. (YIN, 2005, p. 27)

Em outras palavras, o estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo - com a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados. Nesse sentido, o estudo de caso não é nem uma tática para a coleta de dados nem meramente uma característica do planejamento em si (STOECKER, 1991), mas uma estratégia de pesquisa abrangente. (YIN, 2005, p. 33)

Como se tratam ao todo de quatro memoriais, a pesquisa corresponde ao chamado estudo de casos múltiplos, como aborda Yin (2005). Um estudo de caso é uma investigação empírica que: investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Foram ao todo oito visitas, duas em cada memorial, e após a descrição de cada exposição e inúmeras leituras sobre cada exposição surgiu a necessidade de comparar os heróis organizacionais e a diferença na construção de cada um na história da organização. Além das visitas foram feitos registros fotográficos, descrição de cada memorial e contabilização dos objetos. Assim, verificaremos como foi construído cada espaço, quais as mensagens que são transmitidas para o público e de que maneira e com quais recursos e mídia são encontradas em cada local. Dessa forma, iremos encontrar semelhanças em suas estruturas e peculiaridades entre os tipos de memórias e jornada percorrida por cada herói.

A pesquisa descritiva pode ser usada, segundo Selltiz (1975), quando o pesquisador quer apresentar as características de uma situação, de um grupo ou de um indivíduo e também quando quer verificar a frequência com que algo ocorre. Na pesquisa descritiva não se quer saber as causas, mas descrever o fenômeno.

Para Triviños (1987), o estudo descritivo pode ser criticado por não existir uma descrição exata dos fenômenos e dos fatos. Há sempre elementos que fogem da possibilidade de verificação do observador. Pode também não existir um exame crítico

das informações por parte do investigador, tornando os resultados equivocados, caso necessite o uso de questionários e entrevistas. Como não foram realizadas entrevistas nessa pesquisa, acreditamos em uma análise crítica, um trabalho que pode ser utilizado como referência para os pesquisadores que desejam informações sobre memoriais organizacionais e demais detalhes desenvolvidos ao longo do processo.

Após a descrição e coleta dos materiais selecionados, foi realizada a pesquisa documental, para organizar e construir uma tabela quantitativa com os objetos de cada memorial, para não só descrever as exposições, mas poder comparar a construção de cada um deles na análise documental. Essa pesquisa é ao mesmo tempo método e técnica, pois como método se coloca como base para a investigação, e como técnica complementa outras formas de recolhimento de dados. Para Moreira (2005), na maioria das vezes esse método é qualitativo, pois no material são verificados os conteúdos para a análise.

A análise documental, muito mais que localizar, identificar, organizar e avaliar textos, som e imagem, funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos. Consegue dessa maneira introduzir novas expectativas em outros ambientes, sem deixar de respeitar a substância original dos documentos (MOREIRA, 2005, p. 276).

Após a pesquisa documental, considerada essencial para o início do estudo, serão reunidos os documentos, classificados em categorias e formados em grupos, para iniciar o processo de Análise de Conteúdo (AC), empregada a fim de analisar e interpretar as informações obtidas com a maior clareza possível. Segundo Bardin (2011, p. 31), “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, que consiste em realizar a pré-análise, a exploração do material, o tratamento, a inferência e a interpretação dos resultados.

Para a organização da análise, começa-se utilizando a pré-análise, composta pelos materiais obtidos na pesquisa documental, realizando uma leitura superficial. A fase da pré-análise, segundo Bardin (2011), configura-se como um período de intuições, onde acontece a escolha dos documentos que serão analisados. Nesse momento também é delimitado o *corpus* da pesquisa, que é parte essencial da pré-análise, definido pelo autor como “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (BARDIN, 2011, p. 126).

Os objetos de estudo são objetos expostos como quadros, fotos, documentos e totens explicativos que destacam a importância de cada herói na história da organização.

Para compor o *corpus* de pesquisa, há o envolvimento de algumas escolhas, seleção e regras. Foi realizado um estudo de cunho qualitativo, constituído por dados primários, através dos objetos e documentos expostos nos memoriais que ajudam a enaltecer a figura do herói da organização.

A análise de conteúdo utiliza-se de um conjunto de técnicas na busca por objetividade: categorias, avaliação, enunciação, expressão, análise das relações e do discurso. Sobre as duas últimas técnicas, análise das relações e do discurso, a primeira orienta o estudo não para a frequência, mas as relações que os elementos do texto mantem entre si. A segunda técnica parte da hipótese de que um discurso é determinado pelas condições em que foi produzido e por um sistema linguístico. Desde que se conheçam essas duas condições, pode-se produzir a análise semântica e sintática do discurso.

Assim, podemos apresentar a seguir as categorias da análise dos heróis organizacionais da Praça da Matriz, de acordo com as necessidades dessa pesquisa.

## **6.1 Categorias de análise**

Para que as histórias dos heróis organizacionais contadas por meio das exposições possam ser organizadas de modo a serem usados para responder à pergunta da pesquisa, teremos que reorganizá-las em categorias. A fim de decidir quais são as categorias significativas, é preciso escolher algum princípio de classificação. A pergunta da pesquisa e seus objetivos oferecem a base para a escolha dos princípios de classificação.

O caminho da pesquisa indicou a realização de uma análise para compreender como as informações transmitidas através da comunicação são apresentadas em cada memorial. Além disso, compreender porque da escolha de cada herói, pois foram muitas as personalidades que passaram naquelas organizações e de que forma esses heróis representam a força dessas organizações.

A construção das categorias de análise estão baseadas nas duas divisões de Freitas (1991), que divide os heróis organizacionais em dois tipos: os natos e os criados. Na primeira categoria, geralmente estão os mitos fundadores, personalidades que ficam muitas décadas à frente da organização; são a personificação da instituição da qual fazem parte, simbolizando a organização para o mundo exterior. Já os heróis criados



estão, geralmente, relacionados com personagens da história da organização que venceram desafios e assumem papel de destaque durante algum período.

Interessa-nos analisar a história de cada herói e sua relação com a história do Rio Grande do Sul e se eles possuem alguma influência do positivismo – pontos vistos em capítulos anteriores.

Ao analisar a história desses heróis organizacionais, podemos também dividir em duas categorias segundo Campbell (1997): o primeiro tipo, o herói por conta própria, aventureiro que luta de forma altruísta, sem que ninguém o peça; e o segundo tipo, que é aconselhado por outra pessoa a tomar a decisão de ir à luta e ser um herói.

Para finalizar a análise, a construção de um quadro com as etapas da Jornada do Herói, de Joseph Campbell. A análise da jornada de cada herói organizacional seguirá um dos modelos de análise da dissertação de mestrado de Silva (2012), de título Carreira de presidentes de empresas: a jornada do herói corporativo. Nela, a autora apresenta um quadro (quadro 1) com as etapas simplificadas da Jornada do Herói de Joseph Campbell, feita por Vogler (1999), com a redução de dezessete para doze etapas, facilitando a compreensão e interpretação para a classificação desses heróis da Praça da Matriz.

### Quadro 1: Jornada do herói

#### I: A partida

Mundo comum	O mundo normal do herói antes da história começar. Após, o herói é deslocado de seu mundo cotidiano para um mundo novo e estranho.
O chamado da aventura	O herói é apresentado a um problema: um desafio ou a aventura.
Recusa do Chamado	O herói recusa ou demora a aceitar o desafio ou a aventura, geralmente porque tem medo.
Encontro com o mentor ou Ajuda Sobrenatural	O herói encontra um mentor que o faz aceitar o chamado e o informa e o treina para a aventura.
Cruzamento do Primeiro Portal	O herói abandona o mundo comum para entrar no mundo especial ou mágico.

#### II: A iniciação

O caminho de provas	O herói enfrenta testes, encontra aliados e enfrenta inimigos, de forma que aprende as regras do mundo especial.
Aproximação	O herói tem êxitos durante as provações.

Provação difícil ou traumática	A maior crise da aventura, de vida ou morte.
Recompensa	O herói enfrentou a morte, se sobrepõe ao seu medo e agora ganha uma recompensa (o elixir).

### III: O retorno

O Caminho de Volta	O herói deve voltar para o mundo comum.
Ressurreição do Herói	Outro teste no qual o herói enfrenta a morte, e deve usar tudo que aprendeu.
Retorno com o Elixir	O herói volta para casa com o “elixir”, e o usa para ajudar todos no mundo comum.

Fonte: Silva (2012)

É importante ressaltar que foram preenchidos os campos com as etapas que estão expostas no memorial, mostrando que esses heróis cotidianos também seguem esses estágios - talvez nem todos - dessa jornada, contada de forma quase mitológica. A partir dessas análises, foi possível interpretar e compreender quais as memórias selecionadas sobre esses heróis da Praça da Matriz e suas respectivas trajetórias profissionais.

No capítulo seguinte será apresentada a descrição completa desses espaços, locais importantes para os profissionais da comunicação e que formam a história institucionalizada da organização, assim como a descoberta de cada herói, suas classificações e análise de acordo com a metodologia proposta.

## 7 OS MEMORIAIS DA PRAÇA DA MATRIZ: DESCRIÇÃO E ANÁLISE

Descrever a exposição de um memorial não é uma tarefa fácil. Algumas vezes a história não é contada de forma linear, em outras, vemos objetos expostos de modo aleatório, e algumas histórias são narradas de maneira superficial, o que obriga uma pesquisa sobre algum assunto que não ficou claro – ou ficou incompleto – após a visita no memorial. Antes de descrever os memoriais, é necessário pesquisar sobre a história da organização e a do prédio – todos tombados pelo patrimônio histórico cultural. Alguns desses prédios que abrigam o memorial, a história do edifício nada tem a ver com a organização de fato, como é o caso do Palácio do Ministério Público, que foi sede de inúmeras outras instituições do governo ao longo dos anos. Outro teve seu prédio demolido e sua edificação reconstruída totalmente diferente do modelo original, como foi o caso do Palácio da Justiça. Os quatro memoriais a seguir contam a história de suas organizações, seus respectivos heróis ou heroínas e suas influências na vida política, social e cultural do Estado.

### 7.1 Descrição do Memorial do Ministério Público do RS

O Ministério Público (MP) é uma organização presente no Brasil desde o século XIX. Segundo site oficial<sup>10</sup>, que conta não só a história do MP gaúcho como também a sua importância no país, muitas são as notícias de promotores atuando no Rio Grande do Sul já naquele período. Encontramos, por exemplo, à época da Revolução Farroupilha, a atuação de promotores no Processo dos Farrapos, na perseguição criminal por parte do império brasileiro contra os revoltosos farroupilhas, esse é apenas um dos tantos registros históricos presentes na organização. Atualmente, as atribuições do Ministério Público são amplas: a defesa do meio ambiente, dos direitos do consumidor, da criança e do adolescente, o combate à improbidade administrativa, dentre outras. Tendo como objetivo inicial preservar essa memória institucional foi criado no ano de

---

<sup>10</sup> <https://www.mprs.mp.br/memorial>

2000 o Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, no prédio também conhecido como Palácio do Ministério Público (Foto 2), na Praça Marechal Deodoro (s/nº) esquina com a rua Jerônimo Coelho.

**Foto 3: Palácio do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul.**



Fonte: do autor

Desde esse período, o memorial já publicou diversos livros e artigos, organizou exposições e seminários acadêmicos, com a presença de historiadores do Brasil e do exterior, como Thomas Skidmore, Joseph Love e Spencer Leitmann. Todos os eventos organizados pelo Memorial são relacionados, direta ou indiretamente, com a história do Rio Grande do Sul.

O Memorial do Ministério Público, na sua missão de preservar a memória institucional, torna-se também um agente cultural, desenvolvendo suas atividades a partir de três linhas de atuação: o programa de História Oral; o programa de Pesquisas e Publicações; e o programa de Produção e Eventos. Além disso, ele se consolida como uma marca dentro da organização, tendo logomarca própria (figura 1), e um espaço físico diferente do restante da instituição. Enquanto o Ministério Público do RS (foto 3) encontra-se no endereço avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, número 80 - Porto Alegre (RS), o memorial fica na Praça Marechal Deodoro, conhecida também como Praça da Matriz, esquina com a rua Jerônimo Coelho.

**Figura 1: Logomarca do Memorial do Ministério Público, um desenho da fachada do prédio histórico.**



Fonte: site do Ministério Público do Rio Grande do Sul

**Foto 4: Prédio do Ministério Público, na avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, número 80 em Porto Alegre.**



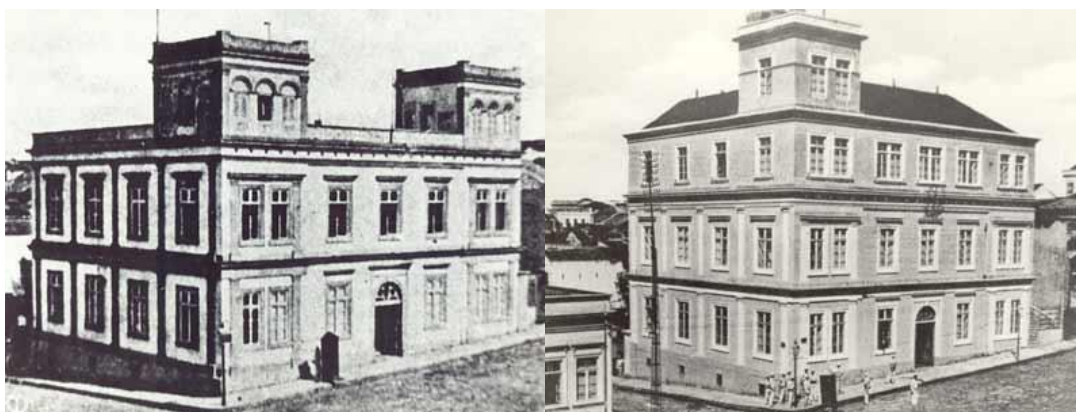
Fonte: Site do Ministério Público do Rio Grande do Sul

O Memorial do Ministério Público está instalado em um prédio cuja história começou em 1857, quando o Comendador Patrício Corrêa da Câmara, Primeiro Visconde de Pelotas e então Vice-presidente da Província de São Pedro, lançou a pedra fundamental da futura sede da Assembleia Provincial.

Devido à demora na conclusão das obras – o prédio só foi concluído em 1871 - a Assembléia Legislativa optou por reformar, em 1860, o antigo prédio que ocupava na rua Duque de Caxias. Após a inauguração do palácio instalaram-se, no prédio, a Diretoria Geral de Negócios da Fazenda Provincial, o Comando das Armas da Província de São Pedro, a Repartição dos Telégrafos e a Diretoria de Obras Públicas.

Como podemos ver na Figura 2, o prédio passou por mudanças significativas no final do século XIX, sendo construído mais um pavimento. Na imagem, à esquerda, o palácio na sua configuração original, imagem de 1874. À direita, 1899 - O Palácio Provisório passou a ter a imagem que permanece até os dias de hoje com a construção de mais um pavimento entre os dois torreões e um novo torreão sobre o extremo norte, onde se instalou o Observatório Meteorológico (em atividade até 1913).

**Figura 2: Imagens antigas.**



Fonte: site do Ministério Público<sup>11</sup>

Com a proclamação da República, em 1896, Júlio de Castilhos, Presidente do Estado, fixou sua residência e sede de governo, transformando-o no Palácio Provisório, uma vez que estava sendo construído no local onde figurava o Palácio Provincial, o novo palácio de governo, o Palácio Piratini. Nesta edificação governaram, durante 25 anos, além de Castilhos, Carlos Barbosa e Borges de Medeiros, até 1921, com a inauguração da atual sede do governo.

O edifício que nascera para ser a sede do Poder Legislativo, converteu-se em Palácio de Governo, servindo, também, ao Poder Judiciário, após o incêndio do Palácio da Justiça, em 1949, até chegar aos dias atuais, sobrevivendo a mudanças como outros tantos prédios da capital sofreram ao longo do tempo. Este é o único prédio onde transitaram de alguma forma todos os poderes constituídos do Estado, o Palácio Provisório é o único palácio na acepção do termo ainda existente na Praça da Matriz. O Palácio Piratini, construído sobre os escombros do antigo Palácio Provincial, destruído para apagar as lembranças do Império e inaugurado em 1921; o Palácio da Justiça, gêmeo do Theatro São Pedro, foi destruído no incêndio de 1949; o Palácio Farroupilha,

---

<sup>11</sup> <https://www.mprs.mp.br/memorial>

sede da Assembléia Legislativa, data da década de 60. Assim, o palácio que nasceu para ser provisório chega aos nossos dias para servir de sede da memória do Ministério Público gaúcho, tornando-se, novamente, endereço importante no centro cívico de nosso Estado.

Durante estes anos, o Palácio recebeu diversas denominações oficiais: Edifício para Assembléia Provincial, Edificação das Repartições Públicas e Edifício das Obras Públicas. Todavia, recebeu uma forte denominação popular: Forte Apache, devido a semelhança arquitetônica com o famoso brinquedo.

Em 1982, o prédio foi inscrito no Livro Tombo Histórico do Estado sob nº 7, pela Portaria nº 03/82, de 14 de julho. Em 1998, a edificação foi devolvida pelo Poder Judiciário ao Poder Executivo, que transferiu o direito de uso e ocupação para o Ministério Público do Estado. No ano seguinte, foi elaborado o projeto arquitetônico de restauração, que teve início das obras de restauração em 2000, com reinauguração do prédio em 2002, como o Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Ao entrar no Memorial do Ministério Público do RS, ao lado direito da recepção um grande biombo com uma linha do tempo (foto 4) sobre a evolução histórica da justiça no Rio Grande do Sul e alguns fatos marcantes do Ministério Público, como a nomeação de Getúlio Vargas, em 1908, como segundo promotor de justiça da Comarca de Porto Alegre, e a primeira mulher promotora de justiça do país, Sophia Galanternick, em 1938. Um total de oito painéis compõe esta primeira parte.

**Foto 5: Painéis com a linha do tempo do MP**



Fonte: do autor

Do lado esquerdo da recepção, uma maquete do atual prédio do Ministério Público do RS (foto 5). Ao lado da porta principal um totem com tela touch (foto 6) com a história do Ministério Público, com áudio, o que permite a acessibilidade de deficientes visuais.

**Foto 6: Maquete do prédio do Ministério Público do RS.**



Fonte: do autor

**Foto 7: Tóten na entrada do Memorial do Ministério Público.**



Fonte: do autor

Na primeira sala, à direita dos totens, uma exposição que destaca peças históricas e uma réplica de como era, em décadas passadas, o Gabinete do Promotor de Justiça (Foto 7). Podemos encontrar os seguintes objetos: duas mesas; cadeira; duas máquinas de escrever; telefone antigo (utilizado para comunicação interna entre o Procurador-Geral e o Governador e os Secretários de Estado); sete retratos na parede; um ventilador; uma placa antiga com a escrita “Procuradoria Geral do Estado”; um



recorte de jornal; e uma toga em um manequim. Este último item é similar ao usado pelos Procuradores de Justiça até hoje em sessões solenes do órgão especial.

Sobre a exposição do recorte de jornal, trata-se de uma reprodução de um jornal oficial sem data, com o seguinte título na manchete principal: “Itálico José Marcon saudando o procurador Geral do Estado Lauro Guimarães: O Promotor Público, na multiplicidade de suas atribuições, se insere, de corpo e alma, nesse mundo fervilhante que o identifica e o dimensiona ao mesmo tempo”.

**Foto 8: Sala 1**



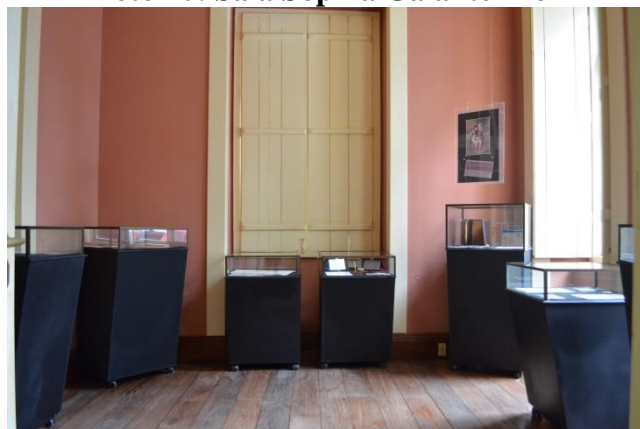
Fonte: do autor

Em uma estante-vitrine com três andares (foto 8), encontramos os seguintes objetos: quatro canetas, que fizeram parte da assinatura de alguns Promotores de Justiça do RS; dois óculos, um que pertenceu a Mondercil Paulo de Moraes e outro a Francisco de Assis Cardoso Luçardo, ambos foram Procuradores-Gerais de Justiça; o primeiro celular utilizado por um Procurador-Geral de Justiça; carteira funcional utilizada por Procuradores e Promotores de Justiça; três livros; boletim; relatórios; anais; e pareceres.

**Foto 9: Estante-vitrine**

Fonte: do autor

Em outra sala, intitulada Sala Sophia Galanternick (foto 9), um espaço sobre a presença das mulheres no Ministério Público. Ao todo são dez personalidades e algumas trabalham na organização até hoje. Cada uma delas tem seu expositor, de diferentes tamanhos e altura, com destaque ao mais alto, no centro direito da sala, destinado a Sophia Galanternick.

**Foto 10: Sala Sophia Galanternick**

Fonte: do autor

Em cada expositor uma ficha com um minicurrículo de cada uma delas e alguns objetos, como fotografias, documentos e placas de homenagem. Das dez, nove formaram-se em Direito e exerceram o cargo de procurador de justiça. São elas, em ordem de apresentação, com os respectivos anos de posse no Ministério Público: Marly Raphael Mallmann (1976); Iolanda de Oliveira Samuel (1976); Maria Regina Fay de Azambuja (1986); Simone Mariano da Rocha (1989); Maria Isabel de Azevedo Souza (1979); Jacqueline Fagundes Rosenfeld (1979); Sophia Galanternick Stur (1938);

Eunice Terezinha Ribeiro Chalena (1976); e Ligia da Costa Barros (1976). Na sala, apenas Letícia da Silva Palhano não fez Direito e não exerce o mesmo cargo que as demais, Letícia foi nomeada, por meio de aprovação em concurso público, cargo de motorista classe F, em 2004, sendo a primeira e única motorista da instituição, visto que o cargo foi extinto.

Na exposição, apenas o espaço de Sophia Galanternick é diferenciado e mais alto que o das demais (foto 10). Com placa acima do expositor, que traz uma foto dela e um cartão com a seguinte frase: “De ordem do Senhor Governador, comunico à senhora que o governador não quer mulher casada na Promotoria. Agradeço o seu trabalho”. (apud. Olhar Feminino, p. 343)

### Foto 11: Expositor de Sophia Galanternick



Fonte: do autor

Os elementos presentes no *display* de vidro (Foto 11) são: uma foto, sem legenda e sem data ou descrição; uma caneta; uma placa do Ministério Público do RS, do ano 2000, com a seguinte escrita “À Doutora Sophia Galanternick Sturb, o nosso reconhecimento por seu pioneirismo e valiosa atuação como Promotora de Justiça”; uma carta escrita à mão; e a ficha de apresentação, no mesmo padrão dos demais expositores. Nele, o seguinte texto: “Natural de Pelotas/RS onde se graduou em Direito. Foi nomeada Promotora Pública em junho de 1938. Atuou nas Comarcas de Carazinho, Palmeiras das Missões e Passo Fundo. Em março de 1941 participou do primeiro

concurso para carreira do Ministério Público, tendo sido aprovada e pouco tempo depois removida para a Comarca de Jaguari. Atuou como advogada em Porto Alegre até 1998. A Dra. Sophia Galanternick foi a primeira promotora gaúcha e a primeira promotora do Brasil. Faleceu no ano de 2003 em Porto Alegre”.

**Foto 12: Expositor-vitrine de Sophia Galanternick**



Fonte: do autor

Essa é a apresentação de Sophia Galanternick para quem visita o Memorial do Ministério Público do RS. Souto (2005) publicou um artigo intitulado *Dr.<sup>a</sup> Sophia Galanternick: uma mulher fora do lugar*, que conta como a advogada, nascida em 1914, foi precursora sendo a primeira mulher no país a ocupar o cargo de Promotora Pública, em 1938. Naquela época, não existia concurso para ingresso no Ministério Público, e o caminho para quem quisesse ingressar no serviço público era buscar intermediação junto a alguma autoridade. Esta pessoa foi Sólon Soares, ex-professor de Direito de Sophia, amigo pessoal de Miguel Tostes, Secretário do Interior e da Justiça, ao qual o Ministério Público estava subordinado. Após o convite e sua aceitação, Sophia foi nomeada em 30 de junho de 1938 para a Comarca de São Lourenço. (SOUTO, 2005, p. 3)

A notícia da nomeação de uma mulher para o cargo de promotor foi notícia em Pelotas, Carazinho e Porto Alegre. O Diário de Notícias de 8 de julho de 1938 reproduziu o discurso feito por Sophia na ocasião de uma homenagem em um restaurante em Pelotas (SOUTO, 2005, p.4).

No final de 1940 foi noticiado que no ano seguinte seria realizado o primeiro concurso para ingresso no Ministério Público. Os promotores em exercício estariam inscritos automaticamente para as provas. Sophia foi aprovada e quando se preparava para a prova oral, hospedada em um hotel, recebeu a visita do Dr. Theodoro Appel, juiz com quem havia trabalhado. O Dr. Appel vinha avisá-la da publicação no jornal de que ela havia sido exonerada do cargo de Promotora Pública 13, com a justificativa que não era adequado uma mulher exercer tal cargo público. A dúvida era: fazer ou não fazer a prova oral? Sophia optou por fazer a prova.

Ao chegar ao recinto onde era aplicado o exame oral, Sophia notou o constrangimento dos colegas. Cumprimentavam-na de soslaio, evitando falar com ela. A jovem sentou e esperou. Recebeu, então, um ofício, sem envelope, do Procurador-Geral, que estava presente na mesa examinadora: “Tendo o Governo do Estado resolvido exonerar-vos por julgar inconveniente aos interesses da administração o desempenho do cargo de promotor por mulher casada, venho, por esse meio, agradecer-vos os bons serviços prestados ao Ministério Público”. Assinado: Anor Butler Maciel, Procurador-Geral do Estado. Sophia permaneceu e aguardou a sua vez.

Sophia atuou como advogada até 1998, quando se afastou da profissão por motivo de enfermidade e faleceu em 12 de novembro de 2003, em Porto Alegre. Com respeito à justificativa de ter sido demitida por ser mulher casada, sabe-se que, ainda na década de 1970, como explica Souto (2005), mulheres que casavam eram demitidas de bancos e de empresas privadas, sob a alegação de que cuidar da casa e dos filhos era incompatível com o mercado de trabalho. No seu depoimento, Sophia oscila em atribuir sua demissão à condição de judia ou à condição de mulher: “Naquele tempo, o Tribunal não aceitava mulher, nem para juiz. (...) Quer dizer, eles não queriam mulher. E, eu, que estava na promotoria, de repente...”. O Desembargador Garibaldi Wedy, aprovado no mesmo concurso de 1941, reforça essa versão: “O Dr. Anor Butler Maciel foi chefe provincial da Ação Integralista Brasileira, no Rio Grande do Sul. Mas acredito que a Dr<sup>a</sup> Sofia Galanternick não ficou no Ministério Público porque havia a orientação de que a função de Promotor Público era privativa e exclusiva de pessoa do sexo masculino. (...) A mulher podia ser funcionária pública, mas em outros setores (...) que não fossem a Magistratura, o Ministério Público e a Polícia.”

Na terceira e última sala do Memorial do Ministério Público, são expostos dezesseis banners, com títulos que remetem ao trabalho de defesa do Ministério Público, são eles: educação; meio ambiente; indígenas; patrimônio público; saneamento

e habitação; acidentes do trabalho; patrimônio paisagístico; fazenda pública; princípios constitucionais; infância e juventude; patrimônio histórico; criminal; deficiente físico; defesa do consumidor; idosos; e registros públicos. Há ainda quatro expositores em cada canto da sala, espalhando ao todo três medalhas, treze documentos e em um dos expositores, o primeiro livro de posse do Ministério Público do Rio Grande do Sul, assinado por Getúlio Vargas, nomeado como segundo Promotor de Justiça de Porto Alegre, em 20 de janeiro de 1908.

### **7.1.1 A heroína Sophia Galanternick**

A sala Sophia Galanternick é a única que expõe a imagem das mulheres no Ministério Público do RS. Como podemos perceber a presença dos homens em altos cargos era exclusiva até certo período, e até hoje eles são a grande maioria.

O positivismo como teoria historiográfica, que está implícita no discurso da Comunicação, contrapõe-se com a prática no Memorial do Ministério Público, pois para o Positivismo, os jornais, fotos e objetos, bases deste memorial, não poderiam ser usados como documentos, pois para essa corrente apenas documentos oficiais são confiáveis e dignos de serem consultados – a memória e a história oral jamais seria uma fonte de pesquisa.

Sobre a figura de Sophia Galanternick como heroína da organização, podemos fazer um recorte da vasta filosofia positivista e destacar que apenas duas figuras femininas são cultuadas na Religião da Humanidade: Clotilde de Vaux, escritora francesa, musa inspiradora de Auguste Comte e cofundadora da religião, que representa no templo a personificação da humanidade, com busto acima da figura de August Comte, uma espécie de messias da religião. Ao todo são quatorze apóstolos da religião da Humanidade, onde apenas o último é uma mulher: Heloísa de Argenteuil, freira e escritora, representante das "Santas Mulheres" ou "A glorificação feminina do positivismo".

Por dentro do templo, que se assemelha muito a igrejas da religião católica, os bustos representando figuras importantes da história da humanidade, equivalentes aos santos católicos, ou seja, podemos perceber que a discrepância entre o número de homens que são verdadeiros heróis em nossa história é muito maior do que a figura de mulheres há muito tempo. Mas a figura da mulher no positivismo não é igual a do

homem, forte inteligente e que representa importantes instituições, como a literatura, as artes e a política, acima da imagem de Clotilde de Vaux, por exemplo, um verso tirado da obra Divina Comédia, de Dante Alighieri, referente à Virgem Maria: “Virgem-mãe, filha de teu filho”.

Essa desigualdade entre homens e mulheres é percebida e discutida até hoje. A grande maioria dos grandes empresários são homens. O Memorial do Ministério Público, entretanto, contrasta com isso. Ele enaltece uma mulher que sofreu com o preconceito de uma sociedade, figura inteligente, que assumiu um cargo que cabia até então apenas aos homens. Com certeza essa não é a mesma figura feminina do positivismo, que se resumem à fertilidade, vida e pureza. Sophia Galanternick representa a instituição justiça, traz uma jornada de batalha para permanecer no cargo e ser exemplo a diversas mulheres, abrindo caminho para que outras também tivessem suas memórias expostas na mesma sala.

Como vimos no capítulo três desse estudo, Heymann (2006) evidencia a formação de uma memória reivindicada por grupos sociais e as organizações devem estar atentas no reconhecimento, assim como conquistar a empatia e a preferência dos públicos através da afirmação de seus valores, de suas contribuições à sociedade e sua participação na construção histórica.

De acordo com a Jornada do Herói, de Campbell (1997), Sophia é o segundo tipo da classificação de herói, que é aconselhado por outra pessoa a tomar a decisão de ir a luta e assim ser um herói, ou seja, alguém mais humanizado. Podemos pontuar a seguir quais os passos foram expostos sobre a trajetória de Sophia Galanternick, numa referência a Jornada do Herói, atualizada por Vogler (2009) no quadro 2.

### **Quadro 2: Jornada de Sophia Galanternick**

#### **I: A partida**

Mundo comum	Não é contado no memorial
O chamado da aventura	Não é contado no memorial
Recusa do Chamado	Não é contado no memorial
Encontro com o mentor ou Ajuda Sobrenatural	Não é contado no memorial
Cruzamento do Primeiro Portal	Sophia aceita e é nomeada como a primeira promotora de justiça do país, em 1938.

## II: A iniciação

O caminho de provas	Sophia enfrenta uma sociedade sexista, sendo notícia na época por ser mulher e trabalhar num cargo que era comum apenas aos homens.
Aproximação	Pela placa em homenagem do Ministério Público, em agradecimento ao seu trabalho, podemos supor que Sophia teve êxito (mesmo que este reconhecimento seja tardio).
Provação difícil ou traumática	A partir de 1941 era necessário fazer concurso público.
Recompensa	Aprovação no concurso público.

## III: O retorno

O Caminho de Volta	A Exoneração, mesmo tendo sido aprovada em todas as etapas.
Ressurreição do Herói	Atuou como advogada até 1998.
Regresso com o Elixir	Sophia deixou sua marca e é referência para outras mulheres na área da justiça brasileira.

Fonte: do autor

Podemos perceber que a jornada de Sophia Galanternick é contada apenas a partir de “Cruzamento do Primeiro Portal”, último item da primeira etapa, denominada “A Partida”. O memorial lança pistas e algumas dessas etapas são fáceis de serem interpretadas, como no tópico “O caminho de provas”, no qual constatamos a dificuldade de uma mulher, nos anos 30, de se inserir no mercado de trabalho, ou mais ainda, de estar à frente de um cargo que simbolize poder.

Sophia Galanternick é a típica heroína inventada. Precisou-se mais de 50 anos após sua injusta exoneração para ser reconhecida e ter um espaço especial na memória do Ministério Público, por ser a primeira mulher a assumir o cargo de procuradora de justiça do país, em 1938.

Ao praticar o ato “heroico”, que evidencia não só a sua coragem pessoal, mas também seu comprometimento com a organização, eles vão se tornando legítimos portadores de uma verdade sobre o destino da empresa, sobre o perfil adequado de seus empregados, sobre os padrões de relações desejados (FLEURY, 1987, p. 10).

Muitas décadas mais tarde a memória dessa injustiça serve para colocar o Ministério Público Gaúcho em evidência nacional, com a figura de uma mulher



precursora e com uma jornada árdua. O fato é que a promotora Sophia Galanternick, de origem judaica, era na tribuna do Júri, em 1938, uma mulher fora do lugar, e hoje recebe *status* de heroína da organização, uma forma de reparar o erro do passado com uma figura transgressora para o seu tempo.

## 7.2 Descrição do Memorial Theatro São Pedro (MTSP)

O Theatro São Pedro é o mais antigo da cidade. Suas obras tiveram início em 1830, mas diante muitas dificuldades foi inaugurado em 28 de junho de 1858. Com arquitetura no estilo neoclássico, o teatro abrigou inúmeras turnês por estar geograficamente bem localizado, entre Rio de Janeiro (a capital do país na época) e Buenos Aires (capital da Argentina).

Após muitos anos e pouco investimento para manutenção, o teatro foi interditado em 1973, devido suas péssimas condições. Em 1975, com a direção de Eva Sopher, começam as obras de reconstrução do prédio, que foi reinaugurado em 1984 e mantém uma programação artística plural, de qualidade e como exigência da Secretaria do Governo do Estado da Cultura, abriga diversas atividades com ingressos populares e entrada franca.

Em 2008 o Theatro São Pedro completou 150 anos, e para comemorar, várias manifestações artísticas foram destaques da programação de aniversário. Uma delas foi a inauguração do Memorial Theatro São Pedro no subsolo do teatro, com a exposição “Nosso Theatro”, dividida em quatro salas para contar a história do teatro mais antigo de Porto Alegre, com patrocínio do Grupo RBS, um dos maiores grupos de comunicação do Estado, e curadoria da agência de comunicação Maria Cultura<sup>12</sup>.

Inaugurado em 7 de outubro de 2008, inicialmente seria apenas uma mostra que se estenderia até o dia 21 de dezembro daquele ano. Contudo, devido à grande aceitação por parte do público visitante e da administração do teatro, passou a ser considerada uma importante mídia a qual recebe escolas, visita guiada por algum diretor ou da presidência do teatro para convidados, como políticos e empresários. O MTSP tornou-se permanente, após doação do Grupo RBS do acervo exposto para a Associação Amigos

---

<sup>12</sup> A Maria Cultura é uma agência de comunicação e criação voltada para a cultura e seus desdobramentos. Ela atua junto a empresas que investem em cultura, agentes culturais e instituições culturais. O foco da empresa é o desenvolvimento de atitudes culturais que interajam com anseios do mundo atual: inclusão social, sustentabilidade, educação, tecnologia, entretenimento.

do Theatro São Pedro (AATSP), transformando-se num importante local de aprendizagem da história de um dos mais respeitados teatros do país.

Com entrada franca, o Memorial Theatro São Pedro, desde 2014, após crise financeira do Estado, não conta mais com funcionário específico no local – tinha desde 2008 uma historiadora recepcionando os visitantes – hoje a visita é somente mediante agendamento, principalmente de escolas e faculdades. O acesso principal é feito pela rua General Câmara, s/nº, primeira porta lateral do teatro (foto 12). Esse espaço que não existia antes da reconstrução do TSP, foi escavado no período da obra e serviu como escritório da administração do teatro. Após a transferência da administração para o Multipalco – anexo cultural que está sendo construído ao lado do Theatro São Pedro -, o espaço foi reformado com o patrocínio da Petrobrás, o que possibilitou a criação do MTSP.

**Foto 13: Entrada principal para o Memorial Theatro São Pedro.**



Fonte: do autor

O Theatro São Pedro é um dos poucos prédios históricos que sobreviveu às grandes transformações e crescimento da capital gaúcha. O Memorial Theatro São Pedro não conta apenas a história dessa casa de teatro, mas sim da vida cultural e do desenvolvimento do centro histórico de Porto Alegre.

Após constantes visitas ao memorial para fotografá-lo e listar o conteúdo da mostra, verificou-se que estão expostos os seguintes materiais: fotos, jornais e objetos históricos e textos explicativos em algumas paredes. Ao todo são 106 fotografias, 79 recortes de jornais, 33 objetos antigos e 11 textos na forma de mural explicativo.

As fotografias são em sua maioria de artistas que passaram pelo teatro, sendo reproduções de imagens do acervo do Theatro São Pedro e dos museus Hipólito José da

Costa (Museu da Comunicação) e Joaquim José Felizardo (Museu Histórico da cidade de Porto Alegre) e dos arquivos do jornal Zero Hora - que pertence ao Grupo RBS.

Hoje, o Memorial Theatro São Pedro é uma importante mídia, que precisa ser atualizada e divulgada pelo setor de comunicação. O memorial foi criado para expor momentos marcantes dos 150 anos do Theatro São Pedro, contudo, com sua permanência, o memorial sofreu algumas alterações e atualizações. Algumas fotos, objetos e até mesmo recortes de jornais foram incluídos na mostra, de acordo com necessidades posteriores.

Trabalhar com a preservação da memória de uma instituição que é patrimônio cultural, tem um caráter estético e simbólico, de embate com a descaracterização promovida pela modernização. Analisando o papel dos museus, Garcia Canclini (2011) afirma: “Se o patrimônio é interpretado como repertório fixo de tradições, condensadas em objetos, ele precisa de um palco-depósito que o contenha e o proteja, um palco-vitrine para exibi-lo” (p. 169). O autor nos faz refletir, que como qualquer mídia, a criação de espetacularizações e mitos e heróis para chamar atenção do público à história que é contada nos museus é algo cada vez mais frequente.

Para ambientar o público, o memorial divide sua linha do tempo como se fosse um espetáculo quatro salas abertas, denominando cada uma delas de ato, nome dado às divisões cênicas de uma peça teatral. A primeira sala, ou I Ato (foto 13), tem o nome de “Abrem-se as cortinas” e data de 1833, ano do início das obras de construções do Theatro São Pedro. Neste espaço, é narrada a afirmação do TSP como a principal casa de espetáculos de Porto Alegre, desde sua fundação, em 27 de junho de 1858, até a suspensão das atividades, em 1972, à espera de uma reconstrução da edificação.

**Foto 14: I Ato do MTSP**

Fonte: do autor

O II Ato (foto 14) chama-se “Intervalo”, datando de 1973, ano da interdição do prédio, devido às precárias condições de uso, até 1983, quando o TSP finalmente se encaminhava para a reabertura, após anos de muitos esforços para conseguir reabrir um dos principais teatros do país. O texto de apresentação, exposto na parede, já nos apresenta a heroína, chamando-a de protagonista da recuperação de um teatro que estava abandonado e completamente destruído pelo tempo:

O Theatro São Pedro carregava muita história em seus pilares e gradis. Mas também carregava os milhões de cupins que se instalavam nas estruturas de madeira. Inevitavelmente, o prédio foi abandonado em 1973 e suas portas fecharam-se ao público. Um impacto na vida cultural porto-alegrense. Assim, o que se vê neste segundo ato é um período em que, fechado, o teatro passa por um forte trabalho em favor da sua recuperação. Eva Sopher é a protagonista dessa luta pela continuidade do espetáculo, assumindo em 1975 a administração das obras de reconstrução do Theatro São Pedro, batalha que se seguiu até 1984, ano da sua reinauguração. (MEMORIAL THEATRO SÃO PEDRO, 2008)

As paredes desse espaço são da cor cinza, nada alegre e colorido como nos outros espaços, demarcando uma época sem arte, apenas muito trabalho para a obra de reconstrução do edifício que estava em péssimas condições de uso e tomado pelos cupins. As fotografias e recortes de jornais expostos nessa sala evidenciam as dificuldades financeiras em arrecadar dinheiro para o restauro, a omissão do Estado em arcar com a promessa de entregar novamente à comunidade um dos principais aparelhos culturais e é aqui neste período que surge a figura de Eva Sopher, presidente da

Fundação Theatro São Pedro até os dias de hoje. Sua chegada foi em 1975, como diretora das obras de reconstrução do Theatro São Pedro.

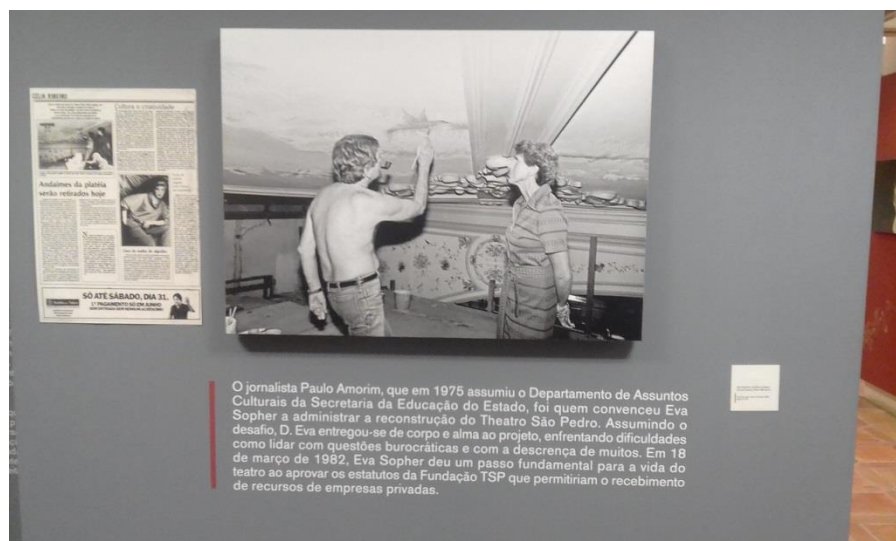
Ao todo neste espaço são seis fotos, cinco delas são de Eva Sopher, e vinte e sete recortes de jornais, das quais seis aparecem Eva Sopher com destaque na reportagem, sempre como figura importante, seja na luta para arrecadar recursos, mostrando seu trabalho e na jornada para recuperar o Theatro São Pedro e devolvê-lo à comunidade (foto 15).

**Foto 15: II Ato do MTSP**



Fonte: do autor

**Foto 16: Eva Sopher conferindo o trabalho da pintura do teto do TSP**



Fonte: do autor

Na foto 15 podemos ver Eva Sopher ao lado do arquiteto Carlos Antônio Mancuso, responsável pela arte do teto do Theatro São Pedro, com imagens que simbolizam a fauna e a flora do Rio Grande do Sul. Na parede, o seguinte texto:

O jornalista Paulo Amorim, que em 1975 assumiu o Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação do Estado, foi quem convenceu Eva Sopher a administrar a reconstrução do Theatro São Pedro. Assumindo o desafio, D. Eva entregou-se de corpo e alma ao projeto, enfrentando dificuldades como lidar com questões burocráticas e com a descrença de muitos. Em 18 de março de 1982, Eva Sopher deu um passo fundamental para a vida do teatro ao aprovar os estatutos da Fundação TSP que permitiram o recebimento de recursos de empresas privadas. (MEMORIAL THEATRO SÃO PEDRO, 2008)

A retomada das atividades culturais do teatro, entre 1984 e 1991, inspira o III Ato (foto 16), nomeado “Reinauguração”, que apresenta em suas paredes vermelhas fotos e recortes de jornais desse período de renascimento. O ano de 1984 marca o retorno do Theatro São Pedro na vida cultural dos gaúchos e essa sala narra os acontecimentos mais importantes dessa fase, desde a noite de reabertura e a temporada de “Piaf”, espetáculo protagonizado pela atriz Bibi Ferreira, até o ano de 1991 quando o único governador do Estado do Rio Grande do Sul – Alceu Collares - se opôs à permanência de Eva Sopher na presidência da Fundação Theatro São Pedro, o que ocasionou uma comoção e uma série de protestos da classe artística, episódio conhecido como “Abraço ao Theatro” (foto 17). Além disso, destaca-se a intensa programação artística da casa, mostrada com fotos de espetáculos e *shows* que vieram à cidade graças a reabertura da casa centenária. O respeito e a admiração pelo trabalho de Eva Sopher frente à administração do teatro é exposto em uma parede branca (foto 18) com a ampliação de autógrafos de várias artistas famosas. Ao todo são trinta e cinco assinaturas de atores, diretores, jornalistas e dramaturgos de grande prestígio no país, que por meio dessas dedicatórias cumprimentam e agradecem o empenho da Presidente do teatro. Fernanda Montenegro, Antonio Fagundes, Jô Soares, Paulo Autran e Tom Jobim, são alguns nomes que autografam dedicatórias para “Dona Eva”, como muitos a chamam carinhosamente.

**Foto 17: III Ato do MTSP.**

Fonte: do autor

**Foto 18: Abraço ao teatro.**

Fonte: do autor

**Foto 19:** Parede com autógrafos.

Fonte: do autor

A última sala do memorial, IV Ato (foto 19), tem o nome de “Nosso Theatro” e aborda de 1991 aos dias atuais, evidenciando o esforço pela ampliação do Theatro São Pedro por meio da construção de um complexo cultural anexo ao prédio: o Multipalco, projeto iniciado em 2003, que promete transformar o espaço, não só de apresentações, mas de formações em várias modalidades artísticas, em um dos maiores da América Latina.

**Foto20:** IV Ato do MTSP.

Fonte: do autor



Com as paredes nas cores, vermelha, branca e amarela, exhibe um teatro com uma intensa programação artística e plural (teatro, dança e música) de espetáculos regionais, nacionais e até internacionais. O Multipalco é representado por diversas formas. Além de um expositor com fotografias de cada ano da obra, há outro com 24 recortes de jornais que engloba reportagens sobre o futuro complexo cultural e campanhas publicitárias também de páginas do jornal Zero Hora<sup>13</sup>. Uma maquete do complexo cultural, incluindo a casa centenária e os prédios ao redor, é encontrada dentro de um expositor de vidro, na parte final da exposição, que encerra com um painel com a ficha técnica da mostra, o qual informa dados importantes como curadoria, produção executiva, crédito das fotos expostas, entre outros.

### **7.2.1 A heroína Eva Sopher**

A vida de Eva Sopher conta inclusive com uma biografia lançada pelo jornalista Antonio Hohlfeldt, em 1994, com a obra *Doce Fera*, biografia de Eva Sopher. Nela, conta como a menina judia, nascida em 1923, fugiu com seus pais e sua irmã para o Brasil, quando tinha apenas 13 anos de idade. Eva começou a trabalhar, mesmo contra a vontade da família, em lojas de arte e mais tarde como produtora cultural, principalmente com música erudita. Mas sua imagem está entrelaçada ao trabalho realizado no Theatro São Pedro.

Segundo a classificação de Freitas (1991), que divide os heróis organizacionais em duas categorias: natos e criados, podemos enquadrar Eva Sopher como uma heroína nata, ou seja, aquele herói que torna o sucesso atingível e humano, que simboliza a organização para o mundo exterior, e tem um status de fundadora, talvez por estar à frente de sua reconstrução, após 11 anos interdito e completar, neste ano de 2016, 41 anos de sua gestão.

Outro ponto interessante da análise é ver como a contradição ao positivismo se repete também nesse memorial. Assim como o Memorial do Ministério Público, o uso de fotos e recortes de jornais são os objetos escolhidos pela curadoria para construir a narrativa da heroína da organização. Vemos aqui mais uma vez a figura de uma mulher

---

<sup>13</sup> O trabalho de conclusão de curso *O registro da imprensa na construção da história organizacional: Memorial Theatro São Pedro*, de Maia (2012) faz uma análise de como os recortes expostos no jornal Zero Hora ajudam a contar e a história do teatro, assim como afirmar a importância do Grupo RBS na conclusão das obras de reconstrução do prédio.

como protagonista, num meio dominado predominantemente por homens, como é o serviço público. Uma mulher forte e com o trabalho reconhecido e quando o governo tentou exonerá-la, ao contrário de Sophia Galanternick, causou grande comoção e sua permanência é garantida até os dias de hoje.

Abaixo, um quadro (quadro 3) mostrando as etapas da jornada percorridas por Eva Sopher, mostradas no Memorial Theatro São Pedro:

### Quadro 3: Jornada de Eva Sopher

#### I: A partida

Mundo comum	não é contado no memorial
O chamado da aventura	não é contado no memorial
Recusa do Chamado	não é contado no memorial
Encontro com o mentor ou Ajuda Sobrenatural	O jornalista Paulo Amorim convenceu Eva, em 1975, para ela ser a responsável pela direção das obras de reconstrução do Theatro São Pedro.
Cruzamento do Primeiro Portal	Eva assume em 1975 e começa uma jornada para trazer de volta ao cenário cultural do Estado o teatro mais antigo da Capital.

#### II: A iniciação

O caminho de provas	São apresentadas diversas fotos e recortes de jornais que mostram o trabalho de Eva para a captação de recurso, a evolução da obra e os detalhes da reconstrução do TSP.
Aproximação	Os êxitos de Dona Eva podem ser demonstrados não só na conclusão da reconstrução da centenária casa, mas pelo carinho da comunidade artística através da parede de autógrafos, com nomes conhecidos do cenário artístico brasileiro.
Provação difícil ou traumática	A dificuldade financeira para execução da obra foi o grande tormento, que fez com que a obra atrasasse por muito mais tempo que o previsto.
Recompensa	Em 28 de junho de 1984 é reinaugurado o Theatro São Pedro.

#### III: O retorno

O Caminho de Volta	Eva tem o desafio de continuar na
--------------------	-----------------------------------

	administração do teatro. Agora concluído, sua missão é trazer de volta uma grade de programação artística intensa, com teatro, dança e música.
Ressurreição do Herói	Em 1991, no governo de Alceu Collares, uma medida para trocar de administração e colocar outra pessoa no lugar de Eva. A comunidade artística no entanto se junta, pedindo a permanência de Eva no Theatro São Pedro.
Retorno com o Elixir	Eva Sopher fica e permanece até os dias de hoje, sendo uma referência como produtora cultural e captadora de recursos financeiros para o teatro. Ela representa a instituição cultura e trabalha também, desde 2003, na construção de um complexo cultural ao lado do Theatro São Pedro: o Multipalco.

Fonte: do autor

Podemos perceber que a jornada de Eva Sopher é contada apenas a partir de “Encontro com o mentor ou Ajuda Sobrenatural”, ou seja, na classificação de Campbell (1997), Eva é o segundo tipo de herói, aquele que é aconselhado por outra pessoa a tomar a decisão de ir à luta, no caso, aconselhada por Paulo Amorim, responsável pela coordenadoria de assuntos culturais do governo do Estado no ano de 1975.

Eva possui o que muitos heróis organizacionais - principalmente de empresas privadas – possuem, que é o carisma, diálogo com a imprensa, com os empresários, políticos de todos os partidos (sobrevive no mesmo cargo há 42 anos, um cargo de confiança do governo) e com os funcionários do Theatro São Pedro. Receber o público na entrada dos espetáculos e os artistas no camarim, sempre com um bilhete desejando sorte e sucesso ao elenco. Sopher já foi garota propaganda das campanhas da Associação Amigos do Theatro São Pedro e do Multipalco.

Eva Sopher é uma heroína que foi criada pela imprensa e por ela própria ao longo dos anos. Suas entrevistas à frente da instituição, sempre falando sobre todos os assuntos referentes ao Theatro São Pedro a tornou símbolo deste que é um cartão postal das artes de palco em Porto Alegre. Ao contrário da exposição do Ministério Público aonde a mulher parece estar no lugar errado, na hora errada, Eva é apresentada como a mulher salvadora que apareceu no momento certo, que sem seu comando o TSP estaria de volta às ruínas. Essa dependência da imagem de Eva Sopher ao Theatro São Pedro vem sendo trabalhada com a equipe de comunicação há algum tempo, trazendo outras pessoas técnicas em cada assunto para falar sobre a organização, mas ainda é um caminho longo, e com certeza Dona Eva terá sempre seu espaço na memória do teatro.

### 7.3 Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul

Inaugurado em 2010, o Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul tem por objetivo, segundo site<sup>14</sup> da organização, preservar e divulgar a história do parlamento gaúcho. O casarão rosado (foto 20) da rua Duque de Caxias, número 1029, foi inaugurado em 1790, sendo o prédio público mais antigo de Porto Alegre, o único do século XVIII, e foi sede do legislativo estadual durante 132 anos, de 1835 a 1967.

**Foto 21: Casarão rosado**



Acervo histórico do site da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/DesktopModules/Gallery/GalleryPage.aspx?ctl=Viewer&tabid=3600&mid=4997&path=ALRS%20Antiga&currentitem=0> Acessado em: 23 de março de 2016.

Segundo a página do Memorial do Legislativo, no site da organização, a gestação de uma política de proteção ao patrimônio histórico e documental na Assembleia Legislativa iniciou em 1967, na presidência do deputado Carlos Santos com

---

<sup>14</sup> <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/>

a Resolução n.º 1.587, de 20.12.1967, que organizava os serviços administrativos da Casa.

A previsão de um Museu Legislativo, dentre as atribuições da Diretoria de Atividades Culturais (DAC), já demonstrava a preocupação da Assembleia Legislativa em preservar a sua Memória Institucional. O efetivo funcionamento desse serviço deu-se em 19 de setembro de 1978, quando inaugurado pelo Presidente Nivaldo Soares, sob a designação de “Serviço de Pesquisa, Documentação Histórica e Museu da Assembleia Legislativa”. O Museu situava-se no hall de entrada do plenário, podendo ser considerado como o embrião do Memorial do Legislativo.

Em 1982, o Serviço de Pesquisa, Documentação Histórica e Museu foi instalado no Solar dos Câmara, recém adquirido pela Assembleia Legislativa, sendo o primeiro serviço da Diretoria de Atividades Culturais a ocupar o prédio, antes mesmo de ser restaurado.

Em 1996 assumiu a denominação de “Centro de Pesquisa e Documentação da História Política do Rio Grande do Sul” (CPDHPRS), continuando a integrar a Diretoria de Atividades Culturais. No mesmo ano, foi implantado o Projeto Memória do Parlamento, que estreou com o lançamento do Catálogo de Parlamentares Gaúchos, a publicação de perfis de parlamentares gaúchos com destacada trajetória política e a realização de uma série de atividades como exposições históricas, palestras e seminários. Através desse projeto, a Assembleia Legislativa deu um importante passo no sentido de resgatar a história político-parlamentar gaúcha que, apesar de toda sua riqueza, permanecia desconhecida por boa parte da população.

A alavancada do Projeto Memória do Parlamento e todas as ações desencadeadas, através dele, reavivaram o velho sonho, existente desde a década de 80, de retomada do Casarão da Rua Duque de Caxias, antiga sede da Assembleia Legislativa, para que ali fosse instalado um local destinado à preservação da memória política dos gaúchos.

O Casarão é um dos testemunhos mais antigos da história urbana de Porto Alegre, mas sua importância histórica não reside apenas na sua antiguidade. O prédio, cuja construção data de 1790, foi sucessivamente sede da Provedoria (tesouraria) da Real Fazenda; Casa da Junta; Câmara; Cadeia; sede do Conselho Geral da Província; sede da Assembleia Provincial e da Assembleia Legislativa do Estado. Foi um dos cenários mais significativos da história administrativa e política de nosso Estado por mais de 200 anos, dos quais em 132 foi a sede do Poder Legislativo gaúcho. Em 19 de

setembro de 1967, sob a presidência do Deputado Carlos Santos, lá foi realizada a última sessão plenária. O Legislativo rio-grandense, no dia seguinte, transferiu-se para o outro lado da rua, quando foi inaugurada sua nova sede, o Palácio Farroupilha, em frente ao monumento Júlio de Castilhos, na Praça da Matriz.

Em 1998, toda essa preocupação com a memória institucional da Casa foi apresentada em um suplemento publicado pelo Correio do Povo. O objetivo, naquele momento, era transmitir à sociedade o desejo de transformar a antiga sede da Assembleia Legislativa em um espaço destinado à história política do Rio Grande do Sul.

Enquanto se desenrolava todo esse movimento, o setor continuava desenvolvendo, normalmente, suas atividades no Solar dos Câmara, integrando o Departamento de Atividades Culturais. Até que em janeiro de 2005, fazendo parte das comemorações dos 170 anos do Parlamento Gaúcho e marcando o término de sua gestão como Presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Vieira da Cunha apresentou o projeto de restauração do prédio do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Na solenidade, que marcou o início das obras de restauração, foi descerrada uma placa alusiva ao início das obras.

A primeira etapa das obras de recuperação do prédio foi oficializada em fevereiro de 2005 pelo novo Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Iradir Pietroski. Na ocasião Pietroski enfatizou que o projeto foi instalado na gestão do deputado Vieira da Cunha e seria concretizado em sua gestão e pelas próximas Mesas Diretoras. A primeira etapa das obras de recuperação do prédio foi entregue oficialmente em 26 de janeiro de 2006, no término de sua gestão.

Outra ação alusiva à preservação da memória institucional foi empreendida em 17 de agosto de 2005, quando foi instituído pela Resolução de Mesa nº 2.947, o Programa de Preservação e Resgate da Memória Institucional da Assembleia Legislativa (PREMIAL). A iniciativa teve como ponto de partida a constatação de que faltava à instituição políticas e normas direcionadas à gestão documental e à preservação da memória.

Em janeiro de 2008, o Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Alceu Moreira, realizou a entrega da segunda fase das obras de restauração do prédio. Nesse mesmo ano, o Memorial do Legislativo foi criado, oficialmente, através da Resolução de Plenário 3.030, de 23 de dezembro de 2008.

O Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, projeto integrante do PREMIAL - Programa de Preservação e Resgate da Memória Institucional da Assembleia Legislativa, criado pela Resolução nº 2.947, de 17 de agosto de 2005, tem como objetivos abrigar, reunir, preservar, gerenciar e divulgar o acervo histórico e contemporâneo - documental, bibliográfico, iconográfico e multimeios – do Poder Legislativo, e resgatar a memória institucional da Casa empreendendo ações junto à comunidade que evidenciem a importância do Parlamento Gaúcho no contexto da história do Estado. (Resolução de Plenário 3.030, de 23.12.2008, Art. 16)

Essa mesma resolução criou o Departamento de Relações Públicas e Atividades Culturais (DRPAC), que acolheu as atividades do antigo DRI. A Divisão de Biblioteca, órgão de apoio desse Departamento, manteve o acervo da Memória Parlamentar, bem como suas atribuições.

Em 2009, o Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ivar Pavan, instituiu o Comitê Gestor do PREMIAL, composto por servidores de diversos setores da Assembleia Legislativa. As obras de restauração do Memorial prosseguiram durante todo o ano e, dessa forma, o acervo referente à história político parlamentar continuou integrando a Divisão de Biblioteca, subordinada ao Departamento de Relações Públicas e Atividades Culturais (DRPAC). Nesse mesmo ano, o Memorial do Legislativo foi regulamentado pela Resolução de Mesa n.º 959, de 23.12.2009.

Em 30 de junho de 2010, o Memorial do Legislativo do RS (foto 21) abre suas portas à comunidade em Sessão Solene, sob as presidências dos deputados Giovani Cherini e Ivar Pavan.

### **Foto 22: Fachada do Memorial do Legislativo do RS**



Fonte: do autor

Logo na entrada (foto 22), o visitante encontra no lado esquerdo um banner de apresentação do Memorial do Legislativo e ao lado direito uma placa com os seguintes dizeres: “1773 – José Marcelino de Figueiredo, Governador da Capitania do Rio Grande do Sul, mandou construir este prédio para a tesouraria da Real Fazenda. Projeto e construção: Capitão Alexandre José Montana – 1835-1967. Abrigou o Legislativo Rio-grandense. 1982. Restaurado na administração do Governador José de Augusto Amaral de Souza”.

No subsolo do memorial, ficam guardados documentos históricos, atas, arquivos de mídia, como jornais gaúchos desde a época do império, anais e toda a documentação de constituições e leis estaduais.

### **Foto 23: Hall de entrada do Memorial do Legislativo do RS**



Fonte: do autor

Na sala principal, aberta ao público, as disposições da história da Assembleia Legislativa estão divididas em quatro cantos. No primeiro canto, começando pelo lado esquerdo, um espaço dedicado a Getúlio Vargas (foto 23). Com um quadro; um painel azul com a cronologia, desde o ano de nascimento, em 1883, até o suicídio, em 1954; um busto com a escrita “Presidente Vargas”; livro dos anais dos representantes da Assembleia; e uma placa que ficava na fachada do prédio com os dizeres “Assembleia Legislativa – Rio Grande do Sul”.



**Foto 24:** Primeira parte, destaque para a figura de Getúlio Vargas



Fonte: do autor

O painel com a cronologia de Getúlio Vargas resalta pontos da vida deste político brasileiro. Contudo, faz um resumo geral, ou seja, não se detém à vida política de Getúlio no legislativo:

- 1883 – Nasce em São Borja, no dia 19 de abril, filho de Manoel do Nascimento Vargas e Cândida Dornelles Vargas;
- 1899 – Alista-se no 6º Batalhão de Infantaria de São Borja;
- 1900 – Matricula-se na Escola de Preparatória e Tática de Rio Pardo;
- 1903 – Ingressa na Faculdade de Direito Livre de Porto Alegre;
- 1906 – É escolhido orador dos estudantes na homenagem ao Presidente Afonso Pena;
- 1907 – Participa do Bloco Acadêmico Castilhistas, na campanha contra a dissidência republicana. Forma-se Bacharel em Direito;
- 1908 – É nomeado por Borges de Medeiros, 2º Promotor Público do Tribunal de Porto Alegre;
- 1913 – É reeleito para a Assembleia dos Representantes, mas renuncia;
- 1914 – Retorna a São Borja e à sua banca de advocacia, atuando politicamente ao lado da família Vargas;
- 1917 – É reeleito deputado estadual, assumindo a função de Líder Republicano;

- 1921 – Reeleito deputado estadual, participa da Reação Republicana;
- 1922 – Preside, na Assembleia, a Comissão de Constituinte de Poderes, que estabelece a vitória de Borges de Medeiros nas eleições para a Presidência do Estado;
- 1924 – Assume a liderança da bancada republicana gaúcha na Câmara;
- 1925 – Participa da reforma constitucional e atua na Comissão de Finanças da Câmara;
- 1926 – É empossado Ministro da Fazenda pelo Presidente Washington Luís;
- 1928 – Eleito Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, assume o mandato em 25 de janeiro;
- 1930 – Torna-se Líder Revolucionário e Chefe do Governo Provisório;
- 1932 – Enfrenta a oposição dos paulistas, com a eclosão da Revolução Constitucionalista, em São Paulo e da Frente Única no RS;
- 1934 – É eleito, pela Assembleia Constitucional, Presidente Constitucional da República com um mandato de 4 anos;
- 1937 – Através de um golpe de Estado, proclama, em 10 de novembro, o Estado Novo, dissolvendo o Congresso e outorgando nova Constituição, que concede plenos poderes ao Chefe do Executivo;
- 1942 – Decreta, em 31 de agosto, estado de guerra contra os países do eixo;
- 1943 – Encontra-se com o presidente Roosevelt em Natal – RN;
- 1944 – Envia a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para combater na Itália;
- 1945 – Com a redemocratização, em 05 de abril, funda o Partido Social Democrático (PSD) e, em 15 de maio, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 31 de outubro é deposto da Presidência da República pelo General Góis Monteiro e pelas Forças Armadas. Nas eleições de dezembro alcança excelente votação no Senado Federal;
- 1946 – Retira-se para o exílio em São Borja;
- 1950 – Em 03 de outubro, é eleito Presidente do Brasil, pelo PTB, com apoio do PSP, de Ademar de Barros, e do PSD. Recebe uma votação de 3.849.040 votos.
- 1951 – Assume a Presidência da República, realizando um governo de conciliação política, contemplando os apoios da campanha eleitoral;
- 1953 – Cria a Petrobras e coloca em prática um governo de reformas, através do Ministro do Trabalho João Goulart e pelo Ministro da Fazenda Osvaldo Aranha;

- 1954 – Sob forte pressão das Forças Armadas, da oposição política e da opinião pública, e ainda acusado de envolvimento no atentado ao jornalista Carlos Lacerda, Getúlio Vargas comete suicídio em 24 de agosto, encerrando um período político determinante na vida política brasileira.

São vinte e nove datas ressaltadas na cronologia de Getúlio Vargas, apenas seis são correspondente à vida política na Assembleia Legislativa: 1913, 1917, 1921, 1922, 1924 e 1925. O curioso é que são expostas suas reeleições, mas esquece do ano de 1909, ano em que Getúlio Vargas elegeu-se deputado estadual pelo Partido Republicanos Riograndense (PRR).

No próximo canto, um expositor, com destaque um grande livro de taxaço com exemplares do jornal A Federação (foto 24) e uma vitrine (foto 25), com cinco prateleiras, com diversos objetos expostos (cinco placas, cinco medalhas, duas moedas russas, simbolizando antigo acordo do Estado com o país, pena e garrafa de tinteiro – representação de materiais de escritórios utilizados para produção de manuscritos -, e doze carimbos).

**Foto 25:** Jornal A Federação



Fonte: do autor

**Foto 26:** Vitrine 1

Fonte: do autor

A seguir, no meio e no canto direito da sala encontram-se mais dois expositores (foto 26), um com documentos antigos, e outra com os anais da 121ª sessão – a última ocorrida neste edifício, em 19 de setembro de 1967. Em uma vitrine do lado direito da sala os seguintes objetos (uma antiga urna utilizada para votação no plenário; placa do Partido Libertador; cinco medalhas; caneta utilizada para assinatura da constituição de 1989; documentos antigos, dentre eles, carteira de trabalho e o título de eleitor de Getúlio Vargas e ficha de filiação de Getúlio Vargas ao PTB em 10 de novembro de 1945).

**Foto 27: Vitrine 2**

Fonte: do autor

Em um corredor que dá acesso ao subsolo do prédio, encontra-se uma máquina de contabilidade, da marca National (Foto 27). Foi a primeira máquina de contabilidade da Assembleia Legislativa, utilizada para fazer a folha de pagamento dos funcionários, e segundo consta legenda explicativa na mesa, foi utilizada na década de 50. Ao fundo do corredor, uma última vitrine (Foto 28), com forte destaque para a figura de Leonel Brizola, com fitas cassetes com o hino rio-grandense, microfones, vitrola e fitas cassete, remetendo ao Movimento da Legalidade.

**Foto 28: Máquina de Contabilidade**

Fonte: do autor

**Foto 29:** Vitrine com ênfase no Movimento da Legalidade



Fonte: do autor

Por último, um espaço destinado aos materiais gráficos, como folders explicativos sobre a história da Assembleia Legislativa – em português e espanhol -, alguns livros gratuitos do projeto Parlamentares gaúchos, da Série Peres e o livro de assinatura dos visitantes (foto 29).

**Foto 30:** Última parte da sala principal



Fonte: do autor

O visitante pode ainda conhecer o antigo plenário, no andar superior (foto 30). O local ainda é usado em cerimônias especiais da Assembleia Legislativa, como posses, homenagens ou em datas comemorativas. No local, quatro imagens de como era o local há quase cem anos atrás, bem diferente do que está agora, um da década de 1920 e outro na década de 1930. Após anos de reconstrução, o prédio hoje conta com um plenário moderno e o que antes já teve a foto de Júlio de Castilhos, agora tem ao centro o retrato de Bento Gonçalves, uma homenagem ao presidente da República Rio-grandense.

**Foto 31:** Antigo plenário



Fonte: do autor

No total podemos encontrar treze categorias de objetos significativos, são elas: nove quadros, quatro banners, cinco placas, um busto, doze documentos (sendo quatro de Getúlio Vargas), dezoito medalhas, onze carimbos, uma caneta, um recorte de jornal (uma capa do Diário da Assembleia, de 4 de setembro de 1964), quatro livros, três folders, dois cartões de visitas e vinte e um objetos antigos de diferentes representações.

Podemos perceber que o orgulho “Farroupilha” é muito presente neste memorial, tanto que a atual sede do legislativo tem o nome de Palácio Farroupilha. O Projeto da constituição Farroupilha, de 1843, é exposto com destaque, assim como o brasão rio-grandense, símbolo oficial do Estado, é o mesmo desde a época dos Farrapos, com algumas pequenas modificações, mas até hoje possui a inscrição "*República Rio-Grandense*", junto com a data do início da revolução, 20 de setembro de 1835, data amplamente comemorada no estado.

Contudo, o personagem que mais aparece na exposição do legislativo gaúcho é Getúlio Vargas. O político exerceu quinze anos de vida pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Após isso, foi Ministro da Fazenda, no governo do presidente Washington Luis, e eleito governador do Estado do RS, em 1928. Há ainda a menção de Getúlio Vargas como Presidente da República, incluindo um busto (foto 31) exposto na primeira parte da sala de exposições do Memorial do Legislativo.

**Foto 32:** Busto Presidente Vargas



Fonte: do autor

### **7.3.1 O herói Getúlio Vargas**

Getúlio Vargas é um dos presidentes mais famosos da história do país e o que governou o país durante mais tempo, ao todo dezoito anos. A escolha dos historiadores em transformá-lo como o herói do legislativo gaúcho pode ser interpretada de diversas formas. Em primeiro lugar, Getúlio Vargas está no imaginário de todos como Presidente da República ou governador do Rio Grande do Sul. Seus diferentes governos, desde 1930 até sua morte, em 1954, estão nos livros escolares de todo o país. Segundo a classificação de Freitas (1991), que divide os heróis organizacionais em duas categorias: natos e criados, podemos enquadrar Getúlio Vargas como um herói criado. A escolha de ressignificar, ou seja, dar um novo significado para a imagem de Vargas, visto na maioria das vezes como um personagem do executivo, aqui ele se transforma em um protagonista do legislativo também, não deixando de esquecer sua imagem como presidente do Brasil.



Como foi visto no capítulo “A memória do Rio Grande do Sul: um Estado positivista”, Getúlio Vargas foi um dos governadores que era assumidamente simpatizante das ideias positivistas, assim como muitos estudantes de Direito do início do século XX. Podemos perceber na primeira parte do Memorial do Legislativo quase que um altar dedicado ao herói. O busto, um dos símbolos presentes da Religião Positivista encontra-se em destaque na exposição, juntamente com um quadro do ex-presidente. A diferença dos memoriais anteriores é que este não possui uma linha do tempo da organização. Não existe uma narrativa que conte a história da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul apenas objetos históricos espalhados de forma a deixar livre a interpretação do visitante. A única linha do tempo presente é a da vida de Getúlio Vargas, num painel com o título Cronologia. Das vinte e nove datas ressaltadas, apenas seis são correspondente a vida política na Assembleia Legislativa:

- 1913 – É reeleito para a Assembleia dos Representantes, mas renuncia;
- 1917 – É reeleito deputado estadual, assumindo a função de Líder Republicano;
- 1921 – Reeito deputado estadual, participa da Reação Republicana;
- 1922 – Preside, na Assembleia, a Comissão de Constituinte de Poderes, que estabelece a vitória de Borges de Medeiros nas eleições para a Presidência do Estado;
- 1924 – Assume a liderança da bancada republicana gaúcha na Câmara; e
- 1925 – Participa da reforma constitucional e atua na Comissão de Finanças da Câmara.

Serão a partir dessas seis datas e dos anos seguintes que podemos preencher o quadro correspondente à jornada do herói (quadro 4), segundo as etapas da jornada percorridas por Getúlio Vargas, mostradas no Memorial do Legislativo do RS:

#### **Quadro 4: Jornada de Getúlio Vargas**

I: A partida

Mundo comum	A cronologia conta o ano de nascimento de Vargas (1883), em São Borja, e alguns passos antes da vida política, como o ingresso na Faculdade de Direito.
-------------	---

O chamado da aventura	não é contado no memorial
Recusa do Chamado	não é contado no memorial
Encontro com o mentor ou Ajuda Sobrenatural	não é contado no memorial
Cruzamento do Primeiro Portal	não é contado no memorial

## II: A iniciação

O caminho de provas	Eleito pela primeira vez em 1909. Foi reeleito em 1913, mas renunciou pouco tempo depois, em forma de protesto contra Borges de Medeiros.
Aproximação	É reeleito em 1917, assumindo a função de Líder Republicano.
Provação difícil ou traumática	Preside, em 1922, a Comissão de Constituinte de Poderes, que estabelece a vitória de Borges de Medeiros nas eleições para a Presidência do Estado;
Recompensa	Assume em 1924 a liderança da bancada republicana gaúcha na Câmara.

## III: O retorno

O Caminho de Volta	É empossado, em 1926, Ministro da Fazenda pelo Presidente Washington Luís.
Ressurreição do Herói	Eleito Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, em 1928, assume o mandato em 25 de janeiro.
Regresso com o Elixir	Torna-se Líder Revolucionário e Chefe do Governo Provisório, em 1930, dando início a longa jornada no comando do Executivo Nacional.

Fonte: do autor

Podemos destacar os seguintes feitos heroicos de Vargas na Assembleia: sua renúncia em 1913; retorna como deputado estadual em 1917, e assume nesse mesmo ano a função de líder do partido; em 1921, reeleito deputado estadual, participa da Reação Republicana - chapa de oposição contra o candidato à presidência da República apoiado por Minas Gerais e São Paulo - insatisfeitos, alguns estados de importância secundária no cenário político-econômico da época buscavam forças para acabar com a hegemonia mineira e paulista, indicaram o então senador fluminense Nilo Peçanha, para acabar com a República Café com Leite, como ficou conhecida. Um ano depois, Vargas preside na Assembleia a Comissão de Constituição e Poderes, que estabelece vitória

para Borges de Medeiros – político do mesmo partido - nas eleições para presidente do Estado.

Getúlio Vargas venceu desafios dentro da assembleia, foi eleito deputado estadual por quatro vezes e presidente da assembleia. Contudo, nem sempre Vargas é lembrado como deputado estadual. O político é conhecido por ter sido governador do Estado do RS e presidente da República. Sua figura de herói no Memorial do Legislativo é criada, pois tratou-se de uma situação, um momento passageiro na vida pública deste personagem. Ele não deixou um legado filosófico dentro da organização.

Grande parte da exposição do Memorial do Legislativo do RS é em torno da figura de Getúlio Vargas, o que o torna um herói da organização. Um dos políticos mais famosos da história nacional é usado aqui para dar importância ao legislativo gaúcho, onde podemos ler nas entrelinhas que foi o precursor da carreira política do ex-presidente do Brasil, da qual, entre idas e vindas, exerceu ao todo um mandato de quinze anos.

#### **7.4 Descrição do Memorial do Judiciário**

Inaugurado em 9 de janeiro de 2002, o espaço do Memorial do Judiciário (foto 32) apresenta exposições temporárias com temáticas envolvendo processos jurídicos do acervo histórico, com o intuito de contar a história da Justiça no Rio Grande do Sul e sua importância no cenário do desenvolvimento social do Estado. Segundo o site do Tribunal de Justiça, o memorial tem a seguinte missão: “Promover a preservação da Memória do Judiciário Gaúcho, analisando os dados – em qualquer de suas formas – e favorecendo sua difusão na Comunidade”. Passaram pelo local diversas exposições, entre elas: processos sobre a escravidão no RS; cartórios e registros de imóveis; exposição sobre registro de casamentos no Estado etc.

**Foto 33:** Memorial do Judiciário

Fonte: do autor

Contudo, o que nos interessa é a exposição permanente que conta a trajetória da organização. Além do site<sup>15</sup>, que possui um espaço com um breve histórico, tanto da organização, quanto do prédio histórico, há uma mostra à direita da entrada principal do prédio (foto 31). No espaço existem murais que narram em forma de linha do tempo e um monitor com tela *touch* para quem prefere ver essa mesma história e tem dificuldade de enxergar no mural.

**Foto 34:** Exposição permanente do Tribunal de Justiça do RS

Fonte: do autor

<sup>15</sup> Site do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Acessado em 24 de março de 2016. [http://www.tjrs.jus.br/site/poder\\_judiciario/historia/memorial\\_do\\_poder\\_judiciario/memorial\\_judiciario\\_gaucho/institucional.html](http://www.tjrs.jus.br/site/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/institucional.html)

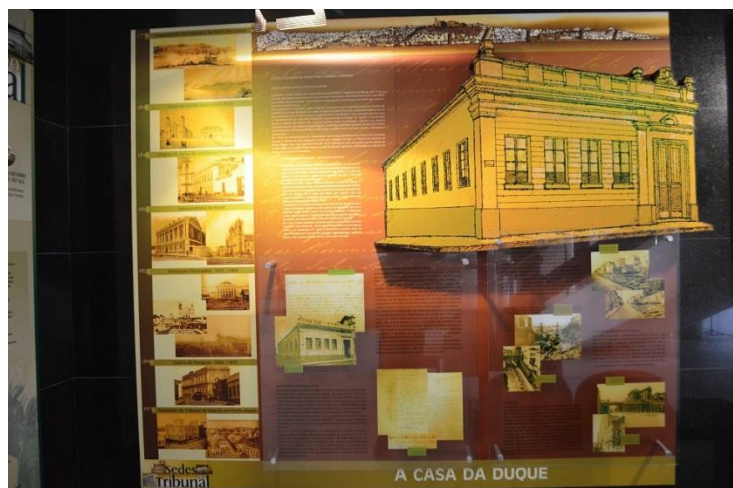
O primeiro destaque, embaixo da escadaria principal do palácio, é a maquete da sede do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (foto 34), situado na avenida Borges de Medeiros, número 1565. É lá que ocorre a maioria dos trabalhos da organização, pois hoje, no Palácio da Justiça, ficam apenas os desembargadores de Justiça, a assessoria de comunicação, os setores administrativos, financeiros e recursos humanos, e aonde são realizadas cerimônias oficiais.

**Foto 35:** Maquete do atual prédio do Tribunal de Justiça do RS



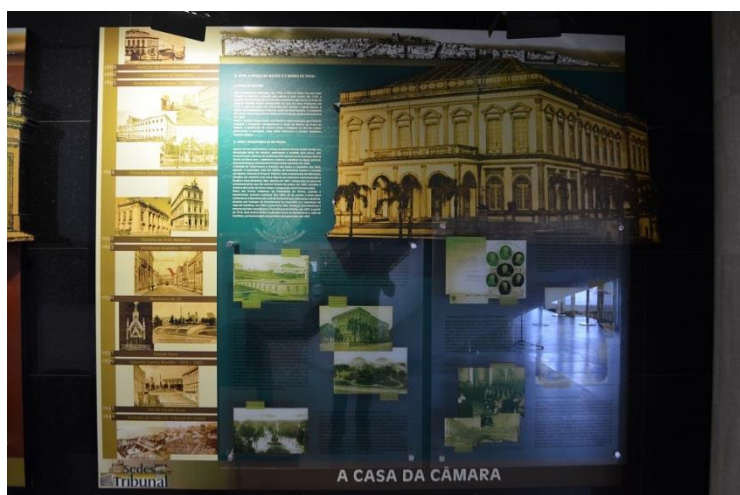
Fonte: do autor

À direita da recepção do Palácio da Justiça, a exposição As Sedes do Tribunal, é composta por cinco murais. Cada painel tem um título que narra uma determinada época, tanto da instituição justiça no Rio Grande do Sul, como da organização responsável no Estado. O primeiro painel (foto 35) tem o nome de “A casa da Duque”, uma referência à rua que corta a Praça da Matriz. Na tela, o texto conta que a origem da rua confunde-se com a fundação da cidade de Porto Alegre em 1772. Nessa região os capitães demarcavam as ruas ao redor da nova Freguesia e distribuíam terras aos açorianos que viviam no porto desde 1752. Foi instalado o primeiro órgão de justiça do Estado na rua Duque de Caxias, o antigo Tribunal da Relação, em 1874. Em 1893, mudou-se para a Praça da Matriz, ocupando a antiga Casa da Câmara Municipal, ao lado do Theatro São Pedro.

**Foto 36:** Painei “A Casa da Duque”

Fonte: do autor

O segundo painei é intitulado “A Casa da Câmara”. Conta a importância simbólica dos poderes político e religioso em torno da Praça da Matriz, e da transformação que ela sofreu ao longo dos anos, assim como a praça foi palco onde o povo comemorou a liberdade dos cativos da cidade, que antecipou a abolição da escravatura, festejou a Proclamação da República e a deposição de Júlio de Castilhos, em 1891, entre outros manifestos cívicos de apoio e revolta. Este painei conta a história até 1949, ano em que um incêndio destruiu o Palácio da Justiça.

**Foto 37:** Painei “A casa da Câmara”

Fonte: do autor

O terceiro painei tem como título “O concurso”, uma referência ao edital aberto para que se escolhesse um projeto para a construção do novo Palácio da Justiça no local.

Foi escolhido o anteprojeto de autoria de Luis Fernando Corona e coautoria de Carlos Maximiliano Fayet, em 1952. É importante ressaltar que o edital exigia uma entrada monumental, digna de um palácio, e um salão para os casamentos públicos - evento que ocorre até hoje, no foyer superior do prédio. Obra emblemática, o Palácio da Justiça (foto 37) foi um dos primeiros edifícios a concretizar a moderna arquitetura brasileira em Porto Alegre, sendo um ícone da arquitetura contemporânea. Segundo o texto do mural, a adoção do repertório da composição modernista revela-se nos grandes vãos estruturais obtidos com a tecnologia do concreto armado, nos elementos de proteção solar, na estereotomia das fachadas e na coexistência de formas geométricas com curvas sinuosas, como se vê nas paredes de granito que configuram o térreo, na proposta do bar circular e nas escadarias. Enquanto isso, os trabalhos do Tribunal da Justiça foi dividido em vários prédios públicos no centro de Porto Alegre.

**Foto 38:** Painel “O Concurso”



Fonte: do autor

**Foto 39:** Palácio da Justiça

Fonte: do autor

A construção do Palácio é o título do quarto painel (foto 39). O Palácio da Justiça demorou 19 anos para finalmente voltar à Praça da Matriz, e muitas peças do projeto original foram substituídas ou excluídas devido à falta de recursos. Em meio a graves crises institucionais e políticas que culminaram no golpe militar de 1964, o Palácio da Justiça foi inaugurado em 28 de dezembro de 1968, com solenidade do então presidente do tribunal, desembargador Balthazar Gama Barbosa. Momento conturbado da vida política do país, quando movimentos de reação da sociedade civil à ditadura militar eram duramente reprimidos; manifestações culturais sufocadas pela censura e muitos professores universitários expurgados das faculdades, entre eles os arquitetos do novo palácio, Luis Fernando Corona e Carlos Maximiliano Fayet, ambos docentes dos cursos de Arquitetura e Belas-artes da UFRGS. Por conta disso, na ocasião da solenidade de inauguração do prédio, os arquitetos foram impedidos de estarem presentes.



**Foto 40:** Painel “A Construção do Palácio”

Fonte: do autor

Antes mesmo da ocupação em 1968, o projeto do Palácio da Justiça, definido em 1953, já não correspondia às novas demandas de espaços necessários para abrigar todos os setores, que ao longo dos anos fez-se necessária sua criação. Durante as obras de construção, as plantas foram sofrendo alterações, à medida que o poder judiciário ampliava. Assim, o Tribunal de Justiça crescia em termos de trabalho e a demanda por espaço exigia sucessivas reformas, que foram gradativamente fragmentando e tornando poluídos os espaços do palácio.

A solução veio com a construção de um novo prédio para o Tribunal de Justiça. Em janeiro de 1998, a 4ª Câmara Criminal deixou o Palácio, iniciando a transferência das novas instalações para a avenida Borges de Medeiros, número 1565, no bairro Praia de Belas. Em 1999, o Pleno do Tribunal realizou sua última sessão no Palácio da Justiça, concluindo a mudança das atividades jurisdicionais para o novo prédio do Tribunal de Justiça. Em janeiro de 2000, alas inteiras do palácio estavam desertas, apenas a alta administração e as atividades administrativas permaneciam no prédio.

O quinto e último painel chama-se A restauração (foto 40), uma referência à reforma, que iniciou em 2003, devido a exigências para atualizações do espaço segundo as novas normas do Plano de Proteção Contra Incêndio da Prefeitura de Porto Alegre. Foi contratado o coautor do projeto original, Carlos Maximiliano Fayet, já que Luis Fernando Corona havia falecido em 1977. Com a reorganização do local, uma das mudanças foi o antigo Salão do Júri, no térreo, que hoje abriga o Memorial do Judiciário, inaugurado em 2002. Um antigo espaço nobre agora dá lugar à memória de uma das instituições mais importantes do Estado.

**Foto 41:** Painel “A Restauração”

Fonte: do autor

Foi a partir da restauração do prédio que elementos artísticos incluídos no projeto original puderam vir à tona. Após cinco décadas, a dureza do paredão fechado da frente do edifício pode ter finalmente a escultura da deusa grega da justiça, a Deusa Themis (posta em dezembro de 2005 na fachada do palácio), uma das maiores marcas do prédio, assim como os elementos de projeção solar, os quebra-sóis e os murais em relevo.

Em janeiro de 2006, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Osvaldo Stefanello, conduziu as solenidades que reinauguraram a sede do Poder Judiciário na Praça da Matriz, decorridos 37 anos desde sua inauguração oficial em 1968.

Como podemos perceber, a linha do tempo do Tribunal de Justiça se detém à história do Palácio da Justiça, seu processo ao longo da Praça da Matriz, uma região nobre da cidade, importante local que demarcou os poderes locais desde a fundação da cidade de Porto Alegre.

Com três folders e um jornal institucional na recepção do memorial, dois deles chamam a atenção por explicar as peças artísticas que compõem as laterais do prédio: no mural leste do edifício, com sessenta representações da terra, fauna e flora; no mural oeste do prédio, 115 personalidades (empresários, políticos, pessoas da área da cultura), mitos, obras e histórias do Rio Grande do Sul. Em destaque neste painel a figura de Balthazar Gama Barbosa, desembargador que conduziu a cerimônia de inauguração do prédio, assim como dos arquitetos responsáveis, Fayet e Corona, e de algumas figuras

que são exaltadas pelos memoriais da Praça da Matriz, como por exemplo Eva Sopher (Memorial Theatro São Pedro) e Getúlio Vargas (Memorial do Legislativo).

#### 7.4.1 Os heróis Carlos Fayet e Luís Fernando Corona

Podemos concluir que diferente dos memoriais anteriores, os heróis organizacionais, no caso os arquitetos, Carlos Maximiliano Fayet e Luís Fernando Corona, são criados a partir do desejo em destacar a edificação como um dos modelos da arquitetura modernista brasileira. Os historiadores do local não ressaltam qualquer feito heroico de algum desembargador, ou seja, não existe uma personificação da organização, alguém que represente a instituição Justiça.

Em contrapartida, é o prédio mais recente, com 48 anos completados em 2016, enquanto os demais existem há mais de 150 anos. Sua memória se desvencilhou da memória positivista dos demais locais, que trazem desde sua arquitetura um elo muito forte com o passado. O trabalho da curadoria da exposição dá ênfase à construção do prédio, aos trabalhos dos arquitetos responsáveis e inclusive nas exposições temporárias há sempre o cuidado de divulgar a história por meio de documentos e histórias da população, não tendo a figura de desembargadores como protagonistas de ações, mas sim a Justiça.

Para a construção desse palácio moderno, situado na praça dos poderes de Porto Alegre, os arquitetos tiveram que enfrentar desafios, o que pode ser facilmente visto no quadro correspondente à jornada do herói (quadro 5):

#### Quadro 5: Jornada dos arquitetos

I: A partida

Mundo comum	O Palácio da Justiça é destruído por um incêndio em 1949.
O chamado da aventura	É lançado um edital para um concurso, com objetivo de escolher a arquitetura da nova construção.
Recusa do Chamado	não é contado no memorial
Encontro com o mentor ou Ajuda Sobrenatural	não é contado no memorial
Cruzamento do Primeiro Portal	Escolha do projeto de Luis Fernando Corona e

	coautoria de Carlos Maximiliano Fayet.
--	--

## II: A iniciação

O caminho de provas	Foram 19 anos para a inauguração do prédio, que por falta de recursos, muitos detalhes do projeto não foram feitos.
Aproximação	O grande êxito do projeto é o reconhecimento como um dos modelos da arquitetura moderna brasileira.
Provação difícil ou traumática	Os arquitetos foram impedidos de estarem na inauguração do novo palácio, em 1968.
Recompensa	Aprovada a restauração do prédio em 2003.

## III: O retorno

O Caminho de Volta	não é contado no memorial
Ressurreição do Herói	O coautor do projeto, Carlos Maximiliano Fayet, foi chamado para ser responsável pelas obras de restauro, incluindo finalizar detalhes da arquitetura que não tinham sido feitas na época.
Regresso com o Elixir	O prédio hoje está totalmente de acordo com o projeto original e é uma referência na arquitetura no país.

Fonte: do autor

É notório o orgulho pela arquitetura do palácio atual demonstrada na exposição. A organização enfrentou inúmeras dificuldades de espaços físicos e mudanças, e hoje conta com um palácio moderno e restaurado, além da sede do Judiciário na avenida Borges de Medeiros.

Como vimos em capítulos anteriores, o documento algumas vezes se confunde com os monumentos e numa exposição como esta é importante perceber como os monumentos e a arquitetura se tornam patrimônios e protagonistas de uma narração histórica de uma organização.

O poder do monumento é o grande destaque do Memorial do Judiciário, e seus heróis acabam sendo os arquitetos. A Praça Marechal Deodoro, conhecida por todos como Praça da Matriz, em Porto Alegre, tem em seu centro o monumento Júlio de Castilhos, e ao redor, vários prédios históricos, que são verdadeiros cartões postais da cidade.

## 7.5 Análise dos Heróis da Praça da Matriz

Percebemos que todos os memoriais analisados são da mesma década, todos a partir do ano de 2000. Esse fenômeno pode ser percebido nas organizações públicas e nas empresas privadas em todo o país. Há uma tendência em mostrar os valores organizacionais através da memória. Para isso, utiliza-se uma história com emoção e de figuras que personificam os valores e condensam a força da organização.

Com o objetivo de compreender como os memoriais da Praça da Matriz constroem sua importância institucional para o Estado por meio de seus heróis organizacionais, encontramos um contexto que evidencia a criação de um discurso consciente na escolha desses heróis para o público visitante ter certeza da importância da organização para o Rio Grande do Sul, e em alguns deles, até para o Brasil.

Os elementos que expõem os heróis de cada organização são diferentes em cada memorial organizacional selecionado. Considerando a comunicação como processual, é importante ressaltar que essa pesquisa se concentrou em estudar apenas a formação e a exposição de seus mitos fundadores ou personagens de destaque da história institucionalizada.

Dos quatro, três são prédios históricos, com mais de um século e meio de existência, ou seja, muitas outras personagens fizeram parte da história da organização, mas se tornam invisíveis diante da exposição de um único herói.

O Ministério Público do RS foi o primeiro no país a ter uma promotora de justiça mulher. Após anos de sua injusta exoneração, os historiadores recuperaram esse fato, transformando-a em heroína da organização, com sala com seu nome e expositor maior que as demais personagens. Sem dúvida é uma heroína que simboliza a instituição justiça e destaca a organização não só perante o Estado, mas como a precursora no país, enfrentando diversos obstáculos sociais em sua jornada.

No Theatro São Pedro Eva Sopher se confunde com a figura do mito fundador, talvez por estar há mais de quarenta anos à frente da Fundação, algo raro nos cargos de direção e presidência em órgãos públicos, pois são de nomeação do governador do Estado. Ao contrário de Sophia, uma mulher vista como fora de contexto, aonde não era permitida a presença feminina, Eva é vista como a heroína salvadora, sem ela o Theatro São Pedro não seria resgatado e trazido de volta à cena cultural do Estado.

Tanto Galanternick quanto Sopher mostram a garra e a força da mulher no trabalho, na produção intelectual e na luta por permanecerem em suas respectivas

organizações. Este é um dos contrapontos do Positivismo e da Religião da Humanidade, da qual cultuavam a imagem de grandes intelectuais da história, porém todos homens. No Estado que foi governado por políticos declaradamente positivistas, por cerca de quarenta anos, com um machismo ainda entranhado na cultura gaúcha, hoje a praça que abriga os grandes poderes estaduais, com prédios históricos e de forte influência positivista, dá lugar a duas protagonistas mulheres. Assim como num altar da Humanidade, esses memoriais criam um verdadeiro culto à intelectualidade, esforço e competência dessas duas personagens. Uma afastada injustamente pelo fato de ser mulher casada, a outra, encontra-se até hoje à frente da presidência da Fundação Theatro São Pedro e tem seu nome fortemente associado à cultural.

O Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul decidiu por cultuar a imagem de Getúlio Vargas. Semelhante a um altar, o espaço destinado a um dos políticos mais famosos da história do país serve para ressignificar a memória, pois muitos tem a lembrança de Getúlio como governador ou Presidente da República, não como deputado estadual, que foi o seu primeiro cargo político. A exposição mescla elementos positivistas, como o culto da imagem do herói e a exposição de muitos documentos oficiais, mas também com outros objetos que fazem parte da construção de um museu e memorial de acordo com a historiografia atual, como pertences, jornais e objetos antigos.

O Memorial do Judiciário do RS, em sua exposição permanente, é o único em que os heróis, no caso os arquitetos Carlos Maximiliano Fayet e Luís Fernando Corona, não representam a instituição do local, a justiça. Eles são heróis, mas sem nenhuma foto de destaque, sem o culto positivista como pudemos perceber na comparação com os memoriais anteriores. O prédio do Palácio da Justiça é o mais novo entre os quatro, com quarenta e oito anos completados em 2016, enquanto os demais contam com mais de 150 anos de existência. A memória de maior destaque é a da construção desse prédio, iniciada nos anos cinquenta, sendo notório o orgulho pela arquitetura e o poder que é dado ao monumento como formador da cidade. Assim como Sophia Galanternick, os arquitetos que são vistos como heróis nesta exposição alcançam uma importância nacional, sendo um projeto modelo da arquitetura modernista brasileira. A homenagem à Sophia e a Fayet e Corona é uma forma das organizações redimirem-se de erros do passado, neste caso, na discriminação das mulheres e de perseguidos políticos, respectivamente.

A Jornada do Herói, preenchida pelos quadros, de acordo com o que é mostrado na exposição, reforça o modelo criado por Joseph Campbell e recriado por outros autores. Existem inúmeras maneiras de contar uma história, mas as etapas são comuns a todos eles, seja em mitos gregos ou nos heróis organizacionais. O sofrimento, a luta por seguir seus ideais e por fim, a vitória ou a injusta derrota, servem como exemplos aos demais colaboradores, tanto no setor privado quanto no público, como é o caso dos heróis e heroínas analisados.

## 8 CONSIDERAÇÕES

O presente estudo procurou compreender como os memoriais da Praça da Matriz constroem sua importância institucional para o Estado por meio de seus heróis organizacionais. Para isso, algumas pesquisas foram necessárias, principalmente em áreas diferentes da Comunicação. Na primeira parte foi fundamental a busca pelo conceito atual de história e memória, de acordo com autores da História e da Ciência da Informação. Lembrar o passado e escrever sobre ele não é uma tarefa fácil, pois tanto na história quanto na memória deve ser levado em conta fenômenos e conceitos como tempo, lembrança, esquecimento, entre outros.

O estudo buscou conceitos que possibilitaram a ligação entre história e memória das organizações. Promover o entendimento de suas origens e desvendar o seu legado para a comunidade, são alguns dos objetivos dos memoriais, espaços que constroem uma narrativa semelhante aos mitos, com a presença marcante de um herói ou heroína.

A constituição de um memorial é semelhante a de um museu, ambos dependem de acervos, bibliotecas e dos centros de arquivo. Ele pertence à museologia, mas se difere dos museus, pois sua construção é menos rígida.

Compreender a vida de uma organização por meio de uma linha do tempo permite analisar os momentos de glória, dificuldades, inovação entre outros fatores que envolvem a demarcação de fases de vida como um todo. A história organizacional nos memoriais é o conjunto dos fatos relevantes que influenciam sua operacionalidade reunidas por uma curadoria construída de forma planejada e intencional.

No capítulo quatro apresenta-se a praça como lugar de memória, com características de sua formação no Brasil e no mundo e depois com foco na formação da Praça da Matriz, de Porto Alegre. Uma das memórias marcantes, apresentadas na pesquisa, é o fato da praça dos poderes estaduais gaúchos se manter no mesmo local e abrigando os memoriais que compõem o estudo. O Positivismo fez parte da política gaúcha durante 40 anos e está presente na arquitetura, filosofia, modo de cultuar os nossos heróis, entre outros aspectos presentes até hoje, principalmente nas organizações ao entorno dessa praça.



Sobre os mitos, cada povo cria os seus e são, na maioria das vezes, protagonizados por um herói, um personagem que enfrenta os medos e etapas de sua longa jornada, sendo referência para a sua comunidade, que irá passar a sua história ao longo de muitas gerações. O capítulo cinco nos mostra que as organizações públicas também constroem suas histórias e elegem seus heróis, ou heroínas.

Após apresentar os procedimentos metodológicos e as categorias de análise, foram feitas as descrições de cada memorial e análise de seus respectivos heróis. Considerando as questões que norteiam esta pesquisa, podemos refletir se foram respondidas e se correspondem as expectativas imaginadas antes da pesquisa. A primeira pergunta era: Que diferentes relações se estabelecem entre as organizações ao entorno da Praça da Matriz de Porto Alegre através de seus heróis? Essa pergunta foi respondida de várias maneiras, seja pelas classificações, segundo autores como Campbell (1997) – com heróis de dois tipos: o aventureiro que luta de forma altruísta, ou o de segundo tipo, que é aconselhado por outra pessoa – no caso dos heróis da Praça da Matriz, temos apenas o do segundo tipo, pois se tratam de cargos públicos, eles só estavam lá por concurso, nomeações ou eleições. Outra classificação foi a de Freitas (1991), que divide os heróis em dois tipos: natos e criados. Vimos que todos os heróis e heroínas dos memoriais são criados, apenas Eva Sopher está entre as duas categorias, pois seu comando à frente da organização se faz há mais de quarenta anos, o que faz com que sua imagem se assemelhe com muitos mitos fundadores de organizações privadas, pois é ela quem responde e concede entrevistas em nome da instituição.

A segunda pergunta foi: esses heróis são personificações da organização e conseguem representar a instituição da qual pertencem? Como foi observado na análise de cada herói, Eva Sopher é sim sinônimo de Theatro São Pedro, sendo um exemplo até hoje de uma empreendedora na área da cultura do Estado. Sophia Galanternick não é uma figura pública conhecida, mas o Memorial do Ministério Público do RS a transforma em heroína e representa a instituição Justiça perfeitamente, tendo uma história de muita luta para permanecer no trabalho e sendo injustiçada pelo preconceito da época, anos de 1930, que não aceitavam mulheres em diversos trabalhos, quanto mais num cargo que era exercido até então por homens. Getúlio Vargas é o herói apresentado pelo Memorial do Legislativo do RS, político famoso, começou sua carreira pública como deputado estadual e é sim um representante da política, não só no Rio Grande do Sul, mas em todo país.

Contudo, para essa resposta existiu uma divergência, pois um dos heróis não é representante da instituição que é a marca da organização. É o caso do Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. Ao invés de ter como mito a história de dificuldades e vitória de um desembargador de Justiça, os curadores decidiram por não haver um destaque para alguma figura, o que levaria, claro, na exclusão dos demais. O orgulho pelo arquitetura do prédio, dando destaque como um monumento histórico, oportunizou o surgimento de dois heróis: Carlos Fayet e Luís Fernando Corona, os arquitetos responsáveis pelo projeto, que é um dos primeiros edifícios a concretizar a moderna arquitetura brasileira em Porto Alegre, sendo também uma referência no país. Ou seja, ao contrário do que se pensava, nem todos os heróis representam a instituição da organização.

Com a certeza de que essa temática deve ser ainda mais discutida pelos profissionais de Comunicação, é importante reforçar que essa foi a primeira incursão do autor na pesquisa empírica após a faculdade de Relações Públicas. Estes temas certamente serão revisitados, virão outros textos e autores que transformarão ainda mais o olhar crítico, reinterpretando as análises feitas, além de ampliar o campo de investigação dentro da Comunicação, transformando a pesquisa acadêmica em uma jornada.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. Revista da Faculdade de Letras – Geografia I, Vol. XIV, Porto, 1998, p. 77 – 97.

AXT, Gunter. Entrevista publicada em 13 de setembro de 2011. **O que é um memorial**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=WRN3V4B6Kxg>>. Acesso em: 20 de abril de 2012.

BALDISSERA, Rudimar. **Significação e comunicação na construção da imagem-conceito**. In: Revista Fronteira: estudos midiáticos. Vol. X, n 3. Set./dez. 2008. Disponível em [http://www.unisinos.br/publicacoes\\_cientificas/images/stories/pdfs\\_fronteras/vol10n3/193a200\\_art06\\_baldissera.pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_fronteras/vol10n3/193a200_art06_baldissera.pdf) Acessado em 24/10/2015.

BALDISSERA, Rudimar. **Organizações como complexus de diálogos, subjetividade e significação**. In: KUNSCH, Margarida (org). A comunicação como fator de humanização das organizações. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2010, p. 61-76.

BARBOSA, Marialva Carlos. História e memória como processo de reflexão e aprendizado. In: MARCHIORI, Marlene (org.). **Faces da cultura e da comunicação organizacional**. 2. Ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008.

BARCELOS, Jorge. **O Memorial como Instituição no Sistema de Museus: conceitos e práticas na busca de um conteúdo**. In: Fórum Estadual de Museus, Porto Alegre, 1999.

BARCELLOS, Jorge. **O memorial como instituição no sistema de museus**. [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/camarapoa/usu\\_doc/concmemor.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/camarapoa/usu_doc/concmemor.pdf) Publicado em XX/XX/2011. Último acesso em 18/09/2016.

BARCELLOS, Jorge. **Museus e exposições**. Encontrado em <http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=116&Numero=235&Caderno=0&Editoria=108&Noticia=296411> Publicado em 23/05/2011. Último acesso em 27/05/2015.

BARROS, José D'Assunção. **História e memória**: uma relação na confluência entre tempo e espaço. Mouseion, v. 3, n. 5, p. 35-67, 2009.

BIRARDI, Angela; CASTELANI, Gláucia Rodrigues; & BELATTO, Luiz Fernando. **O Positivismo, os Annales e a Nova História**. Revista virtual de História, Klepsidra, nº 27, 2006. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra7/annales.html>. Acessado em: 02/09/2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrad, 1998. P. 7-16 e 75-106.

CALDEIRA, Junia Marques. **A praça brasileira : trajetória de um espaço urbano - origem e modernidade.** Tese doutorado. UNICAMP: Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007.

CAMPBELL, Joseph. **A jornada do herói: vida e obra.** Organização e apresentação de Phil Cousineau; tradução de Cecília Prada. São Paulo – SP: Ágora, 2003.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces.** 10 ed. São Paulo – SP: Editora Pensamento, 1997.

CASTELLS, Manoel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura.** Vol. 1 – A sociedade em rede. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias.** 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica.** Tese de doutorado em Ciências da informação – UFRJ. 1997.

CRUZ, Keity Veronica Pereira da. **O documento oral e o documento arquivístico no contexto da preservação da memória organizacional.** Mestrado Acadêmico em Ciências da Informação: Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

DRUCKER, P. F. **Administração em tempos de grandes mudanças.** São Paulo: Pioneira, 1995

ENRIQUEZ, Eugène. **Estruturas de legitimidade das organizações, modelos de gestão e ações sujeitos individuais e coletivos.** In: CHANLAT, Jean-François; FACHIN, Roberto; FISCHER, Tânia (Orgs.) *Análise das organizações: perspectivas latinas.* V. 2. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 137-151.

FIGUEIREDO, Suzel Garcia de Lima. **Interseções entre os valores e a memória na comunicação organizacional.** Dissertação de mestrado acadêmico em ciências da comunicação instituição de ensino: Universidade de São Paulo , São Paulo Biblioteca Depositária: ECA/USP, 2011.

FLEURY, Maria Tereza Leme. Estórias, mitos, heróis: cultura organizacional e relações do trabalho. **Revista Adm. Emp.** Rio de Janeiro, v.27, n.4, p. 7-18, out./dez. 1987.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. **Cultura e poder nas organizações.** São Paulo: Atlas, 1996.

FORTES, Waldyr Gutierrez. **Relações Públicas: Processo, Funções, Tecnologia e Estratégias,** 2ª Edição, Summus Editorial, 2003.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época.** 2ª edição – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1988.

FREITAS, Maria Ester de. **Cultura organizacional**: formação, tipologia e impacto. São Paulo, Makron, McGraw-Hill, 1991.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006

GARCIA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOI, Christiane K., MELLO, Rodrigo & SILVA, Anielson Barbosa da. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

GONÇALVES, Carolina Brandao. **Museus, espaços promissores à divulgação da ciência: o caso do Museu Amazônico da UFAM**. Dissertação de mestrado acadêmico em Ciências da Comunicação. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

GOVEIA, Fabio Gomes. **Cartões-postais de vitória: vistas de uma cidade invisível**. Tese de doutorado em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, 103-131.

Igrejapositivistabrasil. Disponível em: <http://www.igrejapositivistabrasil.org.br/igreja.html>. Acesso em 12 de março de 2016.

HEYMANN, Luciana. **O “devoir de mémoire” na França contemporânea**. III Seminário Pronex “Cidadania e Direitos”, CPDOC, 2006

KESSEL, Ziza. **Memória e memória coletiva**. Publicado em: [http://www.museudapessoa.net/public/editor/mem%C3%B3ria\\_e\\_mem%C3%B3ria\\_coletiva.pdf](http://www.museudapessoa.net/public/editor/mem%C3%B3ria_e_mem%C3%B3ria_coletiva.pdf) último acesso em: 23 de junho de 2016.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Lisboa: Editorial Confluência/Livros Horizonte, 1967, t. II, p. 604, verbete Monumento).

MAIA, Diego Pereira da. **O registro da imprensa na construção da história organizacional**: Memorial Theatro São Pedro. UFRGS, 2012.

MARICANO, Adriano. História e Memória. In: MARCHIORI, Marlene (org.). **Faces da cultura e da comunicação organizacional**. 2. Ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Identidade Cultural e Arqueologia. In: BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira: Temas e Situações**. São Paulo: Ática, 1987.  
Museujuliodecastilhos. Disponível em:  
<http://museujuliodecastilhos.blogspot.com.br/p/historico-do-museu.html>. Acesso em 12 de março de 2016.

MOREIRA, Sonia V. **Análise documental como método e como técnica**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org) Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MORIGI, Valdir Jose; ROCHA, Carla Pires Vieira da; & SEMENSATTO, Simone. **Memória, representações sociais e cultura imaterial**. Morpheus – Revista Eletrônica em Ciências Humanas, ano 9, número 14, 2012.

MORIGI, Valdir José; MASSONI, Luis Fernando Herbert. **Mídia e as informações sobre o patrimônio cultural e a cidade**. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. João Pessoa, 2015.

MORIGI, Valdir José; MASSONI, Luis Fernando Herbert; & SENA, Jocelaine Rodrigues de. **As memórias da cidade nas redes sociais**. II Seminário de Memória Social, Rio de Janeiro, 2016.

NASSAR, Paulo. **Relações Públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações**. 2.ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008.

NORA, Pierre. **Les Lieux de Mémoire**. 3 vol. Paris: Gallimard, 1984.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História: Revista do Programa de Estudos PósGraduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lizete Dias de. **Porto Alegre e seus reflexos: a cidade imaginada e a cidade oficial**. Em Questão, Porto Alegre, v.16, n. especial, p. 17-28, 2010.

OLIVEIRA, Mateus Furlanetto de. **Memória do efêmero: comunicação e memória no processo de institucionalização de grupos de teatro**. Mestrado Acadêmico em Ciências da Comunicação: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Marlene De. **Memória institucional da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN)**. Mestrado Profissional: Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

OLIVEIRA, Roseli Lopes de. **Histórias que tocam: o sentido da comunicação como motor de desenvolvimento e sustentabilidade na gestão social.** Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

PELUSO, Renata. **A jornada do herói.** Nova Acrópoli Brasil. Publicado em 25 de maio de 2015. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=9GfxicDj5Wc> >. Acesso em: 20 de setembro de 2016.

PEREIRA, Ledir de Paula. **O positivismo e o liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na revolução federalista de 1893-1895 e entre maragatos e chimangos de 1923.** Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12772/000633681.pdf?sequence=1>

ROCHA, Ananda Mayara Batista. **Construção e seleção da memória organizacional: o caso do Memorial SEBRAE.** Universidade de Brasília – UnB. Faculdade de Ciência da Informação – FCI, 2013.

RODRIGUES, Lucas De Oliveira. **Positivismo.** Brasil *Escola*. Disponível em <<http://brasilescuela.uol.com.br/sociologia/positivismo.htm>>. Acesso em 10 de março de 2016.

SANTOS, Larissa Conceição dos. **Memória e história organizacionais face à virtualização.** X Encontro Nacional de História da Mídia, UFRGS, Porto Alegre. Alcar, 2015.

SANTOS, Larissa Conceição dos. **História e legitimação organizacional: reflexões acerca das narrativas histórico-organizacionais.** Revista *Organicom*, vol. 11, no 20, 2014. Disponível em: <http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/683/531> Acesso em: 20/02/2015.

SCHEINER, Tereza Crsitina Moletta. Museologia ou patrimoniologia: reflexões. In: **Museu e Museologia: Interfaces e perspectivas/ Museu de Astronomia e Ciências afins – organização de: Marcus Granato, Cláudia Penhas do Santos e Maria Lucia de N. M. Loureiro.** Rio de Janeiro: MASR, 2009. P. (MAST Colloquia; 11)

SCHVARSTEIN, Leonardo. **Psicologia Social de las organizaciones: nuevos aportes.** 2. Ed. Buenos Aires: Paidós, 2002, p. 21-58; 86-114.

SELLTIZ, Claire. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** 2. ed. São Paulo: EDPVEDUSP, 1975.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. **Sogipa: uma trajetória de 130 anos (publicação comemorativa).** Porto Alegre, Gráfica Editora Palloti, Editores Associados Ltda., 1997.

SILVA, Maria Tereza Gomez. **Carreira de presidentes de empresas: a jornada do herói corporativo.** Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença.** In SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 73-102.

SÓLIO, Marlene Branca. **Comunicação, psicanálise e complexidade:** abordagem sobre as organizações e seus sujeitos. Caxias do Sul, Educus, 2010.

SOUTO, Cíntia Vieira. **Dr.<sup>a</sup> Sophia Galanternick:** uma mulher fora do lugar. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0222.pdf>. Acesso em 23 de março de 2016.

SOUSA, Juliana Pereira de. **Mídia:** Enciclopédia da Intercom. Disponível em: <http://www.projeto.unisinos.br/cepos/Enciclopedia.pdf>. Acesso em: 24 de maio de 2012.

STOECKER, Robert. Evaluating and rethinking the case study. In: **The Sociological Review**, N° 39, pp. 88–112, 1991.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TEIXEIRA, Manuel C. **A praça na cidade portuguesa.** Colóquio Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa e ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TORRESINI, Elizabeth Wendhausen Rochadel. Museus de tipologia histórica e imaginação histórica. In: org. SILVEIRA, Andréa Reis da e FILHO, Luiz Armando Capra. **O papel dos museus no mundo contemporâneo.** Porto Alegre: Museu Julio de Castilhos, IEL, CORAG, 2010.

VALENTE, Leonardo Santos. **Transformando conhecimento em memória organizacional: um estudo acerca da formalização do conhecimento em uma empresa pública brasileira.** Mestrado acadêmico em Administração de Empresas. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

VOGLER, C. **A jornada do escritor:** estruturas míticas para escritores. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Sinergia: Ediouro, 2009.

VON SIMSON, Olga R. de Moraes. **Memória, Cultura e Poder na Sociedade do Esquecimento.** O exemplo do Centro de memória da Unicamp. Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias. Questões para a história da Educação. Campinas: Autores Associados, Bragança Paulista, Universidade São Francisco, 2000. p 63-74. Disponível em: <<http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/vonsimson.html>> Acesso em 17 set. 2013.



WHITROW, G. J. **O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman 2005.

## APÊNCIDE I - Estado da arte

Considerando os trabalhos realizados de dissertações e teses sobre memória ou história das organizações, são apontados, até o momento, poucos estudos na área da Comunicação. Uma pesquisa por meio do banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal e de Nível Superior (CAPES), disponível na internet, realizado de setembro de 2015 a março de 2016, nos PPGs em Comunicação foram encontradas: uma dissertação com a palavra memorial; 45 registros com a palavra plural, memoriais, em 17 diferentes áreas do conhecimento; 81 trabalhos com a palavra memória (em PPGs de Comunicação), sendo deles apenas três relevantes para a pesquisa. São elas: Interseções entre os valores e a memória na comunicação organizacional (Figueiredo, 2011); Cartões-postais de vitória: vistas de uma cidade invisível (GOVEIA, 2011); e Museus, espaços promissores à divulgação da ciência: o caso do museu amazônico da UFAM. (GONÇALVES, 2012).

Quando é feita a pesquisa com as palavras memória organizacional, aparecem 55 registros, em 15 diferentes áreas do conhecimento, em 23 instituições de ensino diferentes. Dentre elas, destaco cinco para a pesquisa: Transformando conhecimento em memória organizacional: um estudo acerca da formalização do conhecimento em uma empresa pública brasileira, (VALENTE, 2011); Histórias que tocam: o sentido da comunicação como motor de desenvolvimento e sustentabilidade na gestão social, (OLIVEIRA, 2011); O documento oral e o documento arquivístico no contexto da preservação da memória organizacional (CRUZ, 2012); Memória do efêmero: comunicação e memória no processo de institucionalização de grupos de teatro (OLIVEIRA, 2011); e Memória institucional da associação brasileira de educação em ciência da informação (ABECIN) (OLIVEIRA, 2012).

Pesquisas com a temática do herói organizacional é bem mais frequente, contudo não na comunicação. A grande maioria dos trabalhos encontrados são da Administração, com 901 teses e dissertações, enquanto a Comunicação tem apenas 25 trabalhos com esse foco.

Os memoriais selecionados além de narrar suas histórias, por serem prédios históricos, acabam abordando a história do desenvolvimento da cidade de Porto Alegre

e de sua importância para o Estado. Em levantamento no banco de dados da Capes, encontramos 10 registros com “Porto Alegre” (no resumo) e 21 registros com “Rio Grande do Sul”, todos com outros focos e sem relevância para este estudo.

Sobre a influência do positivismo na vida política e cultural encontramos a dissertação de mestrado em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, de Pereira (2006), intitulada *O positivismo e o liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na revolução federalista de 1893-1895 e entre maragatos e chimangos de 1923*. Para nos ajudar com a pesquisa bibliográfica sobre a constituição das praças durante a colonização em nosso país, e o valor simbólico que existe em concentrar os poderes em uma região central, encontramos a tese de doutorado da Universidade Estadual de Campinas, pelo Programa de Pós-Graduação em História, de Caldeira (2007), intitulada *A praça brasileira: trajetória de um espaço urbano - origem e modernidade*.

Como podemos perceber, esses assuntos adjacentes que permeiam a investigação da história da formação do Rio Grande do Sul não foram estudados em nenhuma dissertação ou tese por pesquisadores da Comunicação. Essa dissertação de mestrado tem um caráter multidisciplinar, mas com a visão de quem estuda e trabalha com a comunicação organizacional, o que nos permite a análise crítica de como é importante pensar a história ao nosso redor e como é construída a memória das organizações.